



PSD p.4

“Foi inegável que o Estado falhou”



Parlamento p.9

“2017, um ano penoso para os portugueses”

POVO LIVRE



n.º 1996

3 de janeiro de 2018

Diretor: Miguel Santos | Periodicidade Semanal | Registo na ERC: n.º 105690 | Propriedade: P.P.D./P.S.D. Partido Social Democrata | Identificação Fiscal: 500835012. | Sede de Redação/Editor: Rua de S. Caetano, n.º9, 1249-087 LISBOA
Estatuto editorial: <http://www.psd.pt/ficheiros/ficheiros/ficheiro1501002248.pdf>

RUI RIO E PEDRO SANTANA LOPES FORMALIZARAM CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA



Os candidatos entregaram as declarações de subscrição e as propostas de estratégia global

Rui Rio e Pedro Santana Lopes formalizaram candidatura à presidência

Rui Rio e Pedro Santana Lopes formalizaram a candidatura a presidente da Comissão Política Nacional do Partido Social Democrata (PSD). No dia 28 de dezembro e no dia 2 de janeiro, foram entregues na sede nacional as declarações de subscrição de cada uma das candidaturas, o orçamento e a proposta de estratégia global, ao presidente e vice-presidente da Mesa do Congresso, Fernando Ruas e Rui Rocha, respetivamente, representantes do Conselho de Jurisdição Nacional (CJN) – o presidente, Jorge Pracana, e Francisco José Martins –, bem como ao representante da Comissão Nacional de Auditoria Financeira (CNAF), Amílcar Mourão.

“É um ato administrativo, mas também tem um valor simbólico”, afirmou Rui Rio, dia 28 de dezembro de 2017. “Simboliza que atingimos um objetivo para o qual muita gente teve de se empenhar”, explicou o candidato. Rui Rio destacou o “trabalho muito grande” que foi desenvolvido e agradeceu “a todos esses militantes que trabalharam para que fosse possível concluir este processo”.

Na terça-feira, dia 2 de janeiro de 2018, Pedro Santana Lopes expressou o significado da entrega do momento. “Formalizar uma candidatura à liderança do partido na sua sede nacional tem um significado especial: representa um compromisso com a sua história, o respeito pelos seus combates, pela sua identidade, pela sua matriz ideológica”, sublinhou. Pedro Santana Lopes entregou as assinaturas de militantes que apoiam a sua candidatura à liderança do PSD.

O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, reuniu com cada um dos candidatos à liderança do PSD.

O Conselho de Jurisdição Nacional declarou verificadas as condições de legalidade e validou as candidaturas de Rui Fernando da Silva Rio e de Pedro Miguel Santana Lopes a presidente da Comissão Política Nacional do PSD.

As eleições diretas e dos delegados ao Congresso decorrem em 13 de janeiro de 2018. O 37.º Congresso Nacional realiza-se nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro de 2018, no Centro de Congressos de Lisboa, na Junqueira/Belém.





PSD mobiliza-se para a eleição do presidente da CPN

A menos de um mês das eleições diretas, que decorrem no próximo dia 13 de janeiro, os militantes do PSD demonstram estar mobilizados para a eleição do novo Presidente do Partido. No total, registam-se 70 385 militantes ativos com quotas pagas, estando distribuídos em todo o território da seguinte forma:

- Aveiro: 7683
- Beja: 358
- Braga: 7830
- Bragança: 1625
- Castelo Branco: 815
- Coimbra: 2972
- Évora: 641
- Faro: 1931
- Guarda: 2017
- Leiria: 3376
- Lisboa AM: 10 765
- Lisboa AO: 509
- Portalegre: 600
- Porto: 13 132
- Santarém: 2209
- Setúbal: 1209
- Viana do Castelo: 2425
- Vila Real: 2991
- Viseu: 1769
- Açores: 1031
- Madeira: 2684
- Europa: 459
- Fora da Europa: 1354

O Congresso terá um total de 960 delegados, sendo a distribuição feita de acordo com os artigos 6º e 7º do Regulamento da Eleição do Presidente da Comissão Política Nacional. Tal como o artigo 6º determina, 750 delegados são distribuídos pelo Continente, Regiões Autónomas e Comunidades Portuguesas. São atribuídos 18 delegados ao círculo das Comunidades Portuguesas, 30 à Região Autónoma dos Açores, 30 à Região Autónoma da Madeira e um Delegado a cada Secção do Continente com mais de 40 militantes inscritos ou com órgãos eleitos. Os restantes delegados são distribuídos pelas secções do Continente rateados proporcionalmente pelos militantes ativos com quotas pagas.

O rateio do total dos delegados de cada uma das Regiões Autónomas pelas respetivas estruturas é determinado pelas Comissões Políticas Regionais. O rateio do total dos delegados das comunidades portuguesas pelas respetivas estruturas é determinado pelo secretariado para as Comunidades Portuguesas.

De acordo com o artigo 7º, os 70 delegados a eleger pela JSD, os 70 delegados a eleger pelos TSD e os 70 delegados a eleger pelos ASD são rateados, de acordo com os critérios definidos pelos órgãos nacionais competentes de cada uma daquelas organizações.

O rateio final pode ser consultado em <http://www.congressopsd.com/>.

O 37.º Congresso Nacional realiza-se nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro de 2018, no Centro de Congressos de Lisboa.



Reação do secretário-geral à mensagem de Ano Novo do Presidente da República

“Foi inegável que o Estado falhou”

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, subscreeve o apelo do Presidente da República para a “reinvenção do país” em 2018, considerando que “foi inegável que o Estado falhou às pessoas”. Numa declaração na sede do PSD, em Lisboa, dia 1, José Matos Rosa recordou que o ano de 2017 “trouxe contradições”. Desde logo, as “tragédias foram demasiado pesadas para que o balanço do ano seja positivo”. Para o PSD, “foi inegável que o Estado falhou às pessoas”, o que exige “refletir sobre como o Estado, o Governo e a classe política podiam ter respondido melhor às necessidades do país”.

Na tradicional mensagem de Ano Novo, o Presidente da República defendeu que 2018 terá de ser o “ano da reinvenção” da confiança, advertindo que os portugueses precisam de ter a certeza de que, “nos momentos críticos, as missões essenciais do Estado não falham”.

José Matos Rosa considerou que “Portugal podia e devia estar melhor”, frisando que o ano começa com a certeza de que “a austeridade escondida e disfarçada tem afetado áreas essenciais” como a saúde e a educação.

Na avaliação do PSD, o governo PS “não sabe o que quer para Portugal” e não está disponível para a “reinvenção” que o Presidente da República pediu, considerando que prova disso foram as opções inscritas no Orçamento do Estado para 2018.

“Esperamos que, em 2018, o governo socialista arripie caminho quanto ao seu eleitoralismo. Os portugueses merecem mais do que a gestão para o imediato”, defendeu.

António Costa “perdeu oportunidade” para mostrar que “ainda é capaz” de governar

Na terça-feira, 26 de dezembro, o presidente do grupo parlamentar do PSD considerou que a mensagem do primeiro-ministro foi uma “oportunidade perdida” para António Costa “demonstrar ser ainda capaz de fazer aquilo que é preciso fazer em Portugal”.

“O senhor primeiro-ministro perdeu, mais uma vez, uma oportunidade de demonstrar ser ainda capaz de fazer aquilo que é preciso fazer em Portugal”, afirmou Hugo Soares, destacando que “a maioria está esgotada nela própria e há só um objetivo de António Costa, a sua manutenção do poder”.

O líder do grupo parlamentar do PSD adiantou que o primeiro-ministro “não foi capaz de trazer nada de novo ao discurso político”. “Faltam dois anos para as eleições legislativas e aquilo que aparenta é que este Governo já não é capaz de apresentar nada mais às portuguesas e aos portugueses que não seja uma governação à vista, de gestão do dia-a-dia mesmo quando o Governo e o Estado falham aos que mais precisam como aconteceu neste ano”, lamentou Hugo Soares.



O que ficou por fazer e responder em 2017



Dois anos após este Governo ter tomado posse a taxa de abandono escolar aumentou, os resultados dos alunos pioraram, as grandes obras públicas (ligação de Sines e Aveiro a Espanha, aeroporto em Lisboa, modernização dos portos para mercadorias) ficam por fazer. O investimento público caiu para mínimos de décadas, o Executivo, às escondidas, desvia fundos europeus do interior do País para aplicar em Lisboa. Na Justiça, nada foi feito, para além das tradicionais cerimónias... O descongelamento das carreiras é uma fraude política às promessas e os inquéritos (Tancos, incêndios, legionella, cedências de espaços em monumentos) ficam na gaveta. Cortes no investimento, cativações na Saúde e no Ensino baixaram o défice. A economia cresce à custa de salários baixos

Luis Leite Ramos: “Prática do Governo desmente descaradamente o que apregoa”

“Sob o discurso constante de que procura amplos consensos e o envolvimento dos principais partidos em matérias que são estruturantes para o País, a prática do Governo desmente descaradamente o que apregoa, escondendo de forma sistemática as suas verdadeiras intenções e decisões do Parlamento e dos portugueses”, denuncia Luis Leite Ramos.

A reprogramação dos fundos comunitários do Programa 2020 é aquilo que classifica como um dos “exemplos flagrantes” da sua afirmação. “O atual Governo está a alterar, nas costas do Parlamento, a programação feita pelo anterior – que envolveu, na altura, um grande debate nacional e mereceu um alargado consenso –, não apresentando as necessárias justificações para tal reprogramação nem explicando como e em que sentido a vai fazer”, justifica.

“E pior. Esconde-se atrás da sua incapacidade, atirando as responsabilidades da sua inação para o anterior Governo, quando simplesmente não tem tido a com-

petência para executar o programado”, reitera. “Como se não bastasse, está a proceder ao desvio de verbas das regiões mais desfavorecidas para os centros mais desenvolvidos, agravando ainda mais os desequilíbrios regionais e pondo, efetivamente, em causa a coesão territorial”, acrescenta.

O vice-presidente do grupo parlamentar dá, ainda, o exemplo do Aeroporto de Lisboa Portela+Montijo. “Ao mesmo tempo que o Governo de António Costa define como grande prioridade que, no pós-Programa Portugal 2020, os grandes investimentos em obras públicas sejam aprovados por dois terços na Assembleia da República, esconde dos portugueses o plano de obras públicas prioritárias já consensualizadas em 2014 pelo anterior Governo”, refere. “É o caso do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (Peti+3), em que se insere a opção Portela+Montijo. Contudo, por força do maior corte em investimento público dos últimos 60 anos, o atual Governo desvirtuou completamente o plano aprovado e o País desconhece hoje, em rigor, quais as atuais intenções do executivo socialista nesta área essencial para o nosso desenvolvimento”, denuncia.

Miguel Morgado: Executivo “não cumpriu e foi incompetente”

Miguel Morgado é claro ao afirmar que o atual Executivo “não cumpriu” no que respeita à Cooperação Estruturada Permanente. “A gestão que o Governo fez do dossiê da Defesa Comum Europeia foi negligente e incompetente como não se via há décadas no País”, explica. “Durante meses, atuou com total desrespeito, não só pela legislação em vigor (que obriga o Governo a informar, em tempo útil, o Parlamento de todas as negociações a decorrer em Bruxelas), como pelo próprio Parlamento”, continua.

Segundo reitera o vice-presidente do grupo parlamentar, “só por sistemática pressão do PSD é que o Governo incluiu, na 25.ª hora e ao seu modo, as linhas vermelhas do País na adesão à Cooperação Estruturada Permanente (CEP)”.

Miguel Morgado alerta que “este é um processo da maior importância que pode transformar, consideravelmente, a segurança da Europa num prazo de 10, 15 ou 20 anos.” Refere mesmo que este processo “tem implicações para o Estado português e para a sua forma de se organizar numa dimensão que toca o núcleo da soberania nacional que é a organização das Forças Armadas”.

Amadeu Albergaria: “Mais um ano perdido para a Educação”

Amadeu Albergaria afirma que “este foi mais um ano perdido para a educação, em que não se preparou o futuro, mas somente se geriu, e mal, o imediato”. “Foi mais um ano de promessas, de anúncios, de criação de expectativas sempre adiadas, mas nunca cumpridas”, denuncia, salientando que estes 12 meses foram marcados pela “incompetência, arrogância, experimentalismo, ausência de rigor e transparência, num ministério sem rumo, incapaz de pensar o futuro, em que os alunos e a qualidade do ensino são secundarizados e submetidos aos ditames de uma agenda política e mediática do Governo, ou entregues à tutela das Finanças.

“Os factos têm vindo a dar razão ao PSD”, esclarece o vice-presidente da bancada social-democrata. “Em dois anos vimos a taxa de abandono aumentar, os resultados dos alunos piorarem; vimos escolas delapidadas de recursos materiais, como é exemplo a total ausência de investimento no parque tecnológico, e humanos, pois dos mais de 3300 funcionários em falta, para garantir o mesmo grau de resposta de 2015, só em 2018 estarão nas escolas apenas 2/3 dos necessários”. “Vimos o ministro da Educação a defraudar os professores, desresponsabilizando-se e enganando-os: na tentativa de impor quotas na doença, no vergonhoso concurso de mobilidade interna, no descongelamento das carreiras. Vimos o investimento público central a diminuir para mínimos históricos, em que se utilizou as cativações para encapotar os cortes. Em 2016 a execução do investimento foi sujeito a um corte de 65,7% face a 2015, e em 2017a estimativa de não execução face ao inicialmente orçamentado é de quase 50%”, denuncia.

Para Amadeu Albergaria, foram “dois anos perdidos, em que se está a hipotecar o futuro, com o retorno ao facilitismo, às passagens administrativas, ao nivelamento por baixo, com o desmantelamento dos instrumentos fiáveis e comparáveis de avaliação externa e comprovadas fraudes caucionadas pelo próprio ministro; com o desinvestimento no ensino profissionalizante, que está já hoje sem verbas para abertura de novas turmas; com a prossecução de uma experiência de reforma curricular apressada, não discutida, não preparada, que em nada acrescenta à autonomia já concedida em 2015”.

O deputado denuncia ainda que “na Educação está um ministro a fazer formação em serviço, mais preocupado em fazer da educação política do que a ter uma política de educação coerente, ambiciosa, rigorosa e de futuro”.

Carlos Abreu Amorim: Ministra da Justiça finge que não é ministra

“Na área da Justiça, importa destacar que os Estatutos das Magistraturas (juizes e Ministério Público) continuam sem estar concluídos, ao contrário das promessas reiteradamente feitas pela ministra da Justiça desde que tomou posse”, afirma Carlos Abreu Amorim.

“Acresce que continua sem ser apresentada a proposta de revisão do regime das incapacidades civis, sendo certo que a maioria de esquerda inviabilizou a proposta, apresentada no início desta legislatura pelo PSD e CDS-PP, com o argumento de que o Governo apresentaria uma proposta sobre esta matéria e a verdade é que até ao momento não o fez”, denuncia.

Segundo o vice-presidente da bancada social-democrata, “é costume dizer-se que há dois modos distintos de um governante exercer as suas funções: existem aqueles que tentam mudar e melhorar as coisas,

tentam reinterpretar a realidade que está, procurando adaptá-la às necessidades da sociedade; do outro lado, há uma categoria de governantes cujo esforço maior parece consistir em fazerem-se passar por invisíveis, despercebidos, não alterando nada, não mudando coisa nenhuma, enfim, ministros que passam o seu mandato a fingir que não são ministros”. Carlos Abreu Amorim é claro: “este ano de 2017 comprovou que a Dra. Francisca Van Dunem pertence, clara e convictamente, a este segundo grupo”.

Adão Silva: Governo recusa avanços na reforma da Segurança Social

De acordo com Adão Silva, “o Governo recusou qualquer avanço na urgente reforma estrutural do sistema público da Segurança Social”. Destaque, também, para o facto de não ter dado “garantias de que vai manter a atual legislação laboral” que, segundo o vice-presidente da bancada social-democrata, “tão bons frutos tem dado, desde 2014, no âmbito do emprego e do desemprego”.

Sérgio Azevedo: Executivo continua a ocultar informação sobre Tancos

Sérgio Azevedo reitera que “o Governo continua a insistir na ocultação ao Parlamento das circunstâncias em torno do caso de Tancos”. “Sob a capa do Segredo de Justiça e da classificação de documentos, o Parlamento português continua sem conseguir saber a razão pela qual só 24 horas após o furto reuniu o Sistema de Segurança Interna e 48 horas após o sucedido a Unidade de Coordenação Antiterrorismo”, denuncia.

O vice-presidente do grupo parlamentar reforça,

também, que o Executivo “não foi claro quanto aos objetivos de Portugal na participação da Cooperação Estruturada Permanente na área da Segurança e Defesa”. Acrescenta que “depois de informações contraditórias entre o ministro dos Negócios Estrangeiros e o ministro da Defesa, o Parlamento continua sem informação sobre os moldes em que Portugal participará neste importante mecanismo europeu”.

De acordo com Sérgio Azevedo, “o Primeiro-Ministro continua sem responder, após requerimento enviado pelo PSD, aos esclarecimentos sobre a utilização de monumentos nacionais para eventos privados, nomeadamente sobre a polémica do jantar da Web Summit no Panteão Nacional. Foram convidados e estiveram presentes membros do Governo ou seus representantes? A organização da Web Summit pagou o evento? Qual foi o procedimento utilizado para a utilização do espaço? Quem autorizou e teve conhecimento o Ministério da Cultura dessa autorização?” O social-democrata responde: “Não sabemos”.

Berta Cabral: PSD pressiona Governo a propósito da descontaminação da Base das Lajes

Berta Cabral refere que “o PSD, no âmbito do processo de descontaminação dos solos e aquíferos da Base das Lajes, apresentou um requerimento, solicitando ao Governo, no ministro dos Negócios Estrangeiros, o estudo elaborado há cerca de uma década pela Força Aérea Norte Americana: ‘Environmental Base Line Survey Report for Lajes Field’”.

“Tendo inicialmente informado não poder disponibilizar o estudo sem autorização dos USA, o ministro, após nova identificação por parte do PSD, afirmou desconhecer tal documento”, explica a vice-presidente do grupo parlamentar social-democrata.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



Conferências de Imprensa, Transmissões em direto, Discursos e intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História, Iniciativas



O dia-a-dia da atividade do PSD



Noticiário semanal todas as sextas-feiras

PSD exige esclarecimentos “imediatos” sobre o Montepio



“No debate quinzenal de ontem, as dúvidas e preocupações agravaram-se”, afirmou esta quinta-feira António Leitão Amaro, sobre uma eventual entrada da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) no Montepio. “O primeiro-ministro fugiu às perguntas”, assinalou o social-democrata. Neste sentido, o PSD exige esclarecimentos “imediatos” sobre “se há ou não decisão”, acrescentando que “o Governo entra, mais uma vez, em contradição flagrante com o provedor e a Santa Casa”.

“Os portugueses veem ser, aparentemente nas suas costas, realizada uma operação muito questionável sem base minimamente sólida, sem avaliação e sem auditoria”, denunciou. Por isso, trata-se de “uma situação que merece da parte do PSD uma enorme preocupação pela forma como a decisão pública é tomada”.

O PSD solicita, assim, que “não haja qualquer concretização da operação” sem a conclusão da avaliação. De acordo com António Leitão Amaro, trata-se de um negócio “altamente questionável”.

Denúncia de discriminação salarial na Groundforce sem resposta

A Autoridade para as Condições de Trabalho escusou-se a responder a quatro sindicatos pela discriminação sindical no pagamento de remunerações a trabalhadores na Groundforce. O PSD pediu esclarecimentos ao ministro Vieira da Silva sobre a falta de resposta. A empresa está a pagar as retribuições apenas a filiados de dois sindicatos.

Foram quatro sindicatos (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins - SIMA, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Aviação Civil - SINTAC, Sindicato dos Quadros da Aviação Comercial - SQAC, e Sindicato dos Técnicos de Handling de Aeroportos - STHA) que apresentaram queixas à Autoridade, alegando que os trabalhadores da Groundforce Portugal filiados nos seus sindicatos foram discriminados no pagamento de uma compensação única e extraordinária equivalente a meio salário base.

Numa comunicação enviada pela Groundforce Portugal aos 2366 trabalhadores, já este mês, são expostos os termos de um Acordo de Revisão Salarial alcançado com dois Sindicatos, SITAVA e STTAMP, e em que se anuncia uma compensação extraordinária, a ser paga até dia 15 de dezembro, apenas aos associados dos dois sindicatos subscritores do acordo e a todos os trabalhadores não sindicalizados.

Deste modo, os trabalhadores sindicalizados nos quatro sindicatos não subscritores do acordo foram excluídos da compensação extraordinária e, no seu entendimento, sujeitos a uma discriminação por filiação sindical, o que configura uma violação de vários princípios elementares presentes na Constituição da República Portuguesa e concretizados no Código do Trabalho.



Guarda acolhe a IV edição da Academia do Poder Local



A IV edição da Academia do Poder Local e VIII Congresso Nacional dos ASD decorrerão no primeiro fim de semana de fevereiro, na Guarda. Em colaboração com o PSD, os Autarcas Social Democratas organizam a IV edição da Academia do Poder Local, que decorrerá na Guarda (Hotel Lusitânia) entre 02 e 04 de fevereiro de 2018. O período de inscrições decorre até 15 de janeiro.

Após a sessão de encerramento da Academia, agendada para a manhã do dia 04 de fevereiro, realizar-se-á o VIII Congresso Nacional dos Autarcas Social-Democratas, onde se definirá a estratégia para o mandato e a eleição dos novos órgãos nacionais da estrutura representativa dos autarcas eleitos pelo PSD.

A Academia do Poder Local destina-se essencialmente a autarcas em exercício de funções, mas também aberta a candidatos que, não sendo autarcas, estão interessados em melhor conhecer as matérias ligadas ao Poder Local. É já elevado o número de inscritos na Academia (APL2018), mas esperam-se ainda mais até 15 de janeiro, data em que encerra o período de candidaturas. À semelhança dos últimos anos, serão admitidos 70 formandos/participantes na Academia do Poder Local, que conta com a preciosa colaboração de vários formadores prestigiados que vão abordar os mais diversos temas relacionados com o Poder Local.

Os temas são vários e do programa constam sessões conferência, durante as refeições, com a presença dos ex-Ministros Daniel Bessa, na sexta-feira, Arlindo Cunha e Teresa Patrício Gouveia, no sábado, que abordarão, respetivamente, os temas "A formação de território inovadores para a competitividade de Portugal", "Descentralizar para promover um Portugal mais equilibrado" e "Coesão e Solidariedade - O papel da sociedade civil?".

Em auditório, Sérgio Almeida, CEO da Powercoaching, falará como "Comunicar com Impacto"; Álvaro Santos, ex-Presidente do Porto Vivo, tem a seu cargo o tema da "Reabilitação Urbana - Desafios e Oportunidades" e o ex-Secretário de Estado Miguel Castro Neto abordará as "Smart Cities - Transformação na gestão das cidades". Por sua vez, o Secretário-geral da UGT, Carlos Silva, a convite dos ASD falará do "Mercado de trabalho num contexto de fortes transformações tecnológicas".

A mesa redonda "Experiências Autárquicas" no domingo de manhã, estará a cargo dos autarcas Almeida Henriques, Alda Correia, Emídio Sousa, presidentes das Câmaras de Viseu, Castanheira de Pera e Santa Maria da Feira, e Olga Freire, Presidente da Junta de Freguesia da cidade da Maia.

Este ano continua a aposta, definitivamente ganha, com conversa diretas entre formandos e dois juristas, nas designadas "Sessões Paralelas", onde João Paulo Zbyszewski e Noel Gomes abordarão com os presentes, divididos em dois grupos rotativos, assuntos relacionados com "Instalação, Atribuições e Competências das Autarquias" e "Finanças Locais, Orçamento e Contratação Pública".

É com cada vez mais satisfação que, Álvaro Amaro, presidente dos ASD, fala da APL: "uma aposta ganha", porque debate-se e aprende-se em prol de maior conhecimento e experiência para elevar o nível de conhecimento dos que têm ou pretendem vir a ter um papel no Poder Local ao serviço das populações.

A abertura dos trabalhos está agendada para as 20 horas de sexta-feira, dia 02 de fevereiro, com a presença do secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, e o encerramento oficial decorrerá no domingo, dia 4, com um almoço, mas, na realidade, a APL ainda terá mais um momento com a entrega de diplomas aos formandos quando, às 18h30, o presidente do PSD, encerrar o VIII Congresso Nacional dos ASD, que irá decorrer no mesmo local da APL, na Guarda, a partir das 15h00.

Debate quinzenal

“2017, um ano penoso para os portugueses”



CTT: “Qual é a posição do Governo?”

Sobre os CTT, o líder parlamentar pediu a António Costa que, “de uma vez por todas e sem ambiguidades, esclareça a posição que tem vindo a debate pelo PS”. “Qual é a posição do Governo? Revê-se na opinião da deputada Catarina Martins?”. Depois de ter lembrado que a privatização deste serviço fazia parte do memorando de entendimento da Troika assinado por José Sócrates, questionou: “é vontade do Governo nacionalizar os CTT?”. Desafiou, assim, o primeiro-ministro a não confundir serviço universal com propriedade da empresa.

Salário Mínimo Nacional: Executivo está na mão do PCP e do BE

Hugo Soares levou a debate a questão do salário mínimo nacional (SMN). “Soube-se que não há acordo na concertação social”, apontou. “É verdade ou não que o senhor primeiro-ministro, ou alguém, terá dado garantias de que não mexeria na legislação laboral”, perguntou. “Qual é o compromisso que o Governo pode

O primeiro-ministro insiste em não responder às perguntas colocadas pelo PSD. Hugo Soares desafiou-o a pronunciar-se sobre a coerência do Governo em assuntos como a associação Raríssimas, os CTT, o Salário Mínimo Nacional e, ainda, o Montepio

“O senhor primeiro-ministro teve ocasião de dizer que este foi um ano saboroso”, criticou no dia 20, Hugo Soares, no debate quinzenal. “Creio que depois de tudo o que passámos ficou muito claro que foi um ano bem penoso para os portugueses e a responsabilidade é sua que é primeiro-ministro”, esclareceu, dirigindo-se a António Costa. Este debate trouxe, ainda, a debate assuntos como a associação Raríssimas, os CTT, Salário Mínimo Nacional ou o Montepio.

Raríssimas: Vieira da Silva violou código de conduta deste Governo

“O ministro Vieira da Silva tomou decisões, sim, fez parte dos corpos sociais, sim”, disse o presidente do grupo parlamentar, depois de ter, por diversas vezes, desafiado António Costa a responder se o ministro tomou decisões sobre uma entidade que integrou. Depois de



o primeiro-ministro ter evitado responder àquilo que classificou como uma “pergunta muito direta”, o líder parlamentar social-democrata afirmou que houve, “sim”, uma violação do código de conduta aprovado pelo atual Executivo. Esta situação vem mostrar que, com este Executivo, “não é só a palavra dada que não é honrada, agora é também a letra de lei que não é validada”, denunciou. “O código de conduta diz que os membros do Governo se devem abster de tomar decisões relativamente a matérias que tenham que ver com entidades onde tenham exercido funções”, explicou.

De acordo com Hugo Soares, e ainda sobre a polémica em torno da Raríssimas, há dois factos a ter em consideração: “Vieira da Silva tem, desde janeiro nos serviços do ministério que tutela, uma denúncia que ignorou olímpicamente”, tendo ainda participado “numa viagem à Suécia, em que a presidente daquela instituição assinou um protocolo em nome de uma fundação que não existe. O ministro, com a sua presença pelo menos, caucionou uma mentira”.

assumir sobre aquilo que é a legislação laboral, vai ou não reverter?”, continuou. António Costa voltou a não responder, pelo que o presidente do grupo parlamentar social-democrata foi claro: “a verdade é só uma, quanto mais se aproxima o final da legislatura e mais fraco está o Governo, mais na mão está do PCP e do BE, agora os acordos que faz na concertação social só duram um ano”.

Sobre a participação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no Montepio, Hugo Soares destacou que a versão apresentada por António Costa não coincide com a da instituição, pelo que pediu verdade política e defendeu a importância de que este assunto “possa ficar esclarecido”.

Depois de mais um debate quinzenal, Hugo Soares deixou claro que António Costa voltou a não responder às questões colocadas pela bancada social-democrata. “Só desconversa”, acusou.

Deslocalização do Infarmed é uma “trapalhada”



O Governo mostra falta de credibilidade, não tem um plano nem estudos técnicos que fundamentem a decisão política de transferir a sede do Infarmed para o Porto. Miguel Santos, deputado do PSD, considera que houve “falta de credibilidade no anúncio” de deslocalização da sede da autoridade do medicamento para o Porto, entendendo que várias perguntas fundamentais não tiveram resposta antes de ser tomada a decisão.

Na audição ao ministro da Saúde, no Parlamento, dia 20, Miguel Santos recordou que há aspetos ainda por explicar. É necessário perceber primeiro qual o custo da transferência do Infarmed, onde se vai instalar e o que acontece à instituição durante o período de transferência. “Quando é que vai o Infarmed para o Porto? Quais são as implicações? Qual o custo? Onde se vai instalar? O que acontece com a certificação dos laboratórios e dos serviços que permitem que o Infarmed concorra a prestações internacionais?”, interrogou o deputado.

Para o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, não há qualquer plano, nem estratégia, nem fundamentação. “Não existe nada, é zero”, sublinhou Miguel Santos. “Está tomada a decisão política e agora o Governo vai haver uma fundamentação técnica que vai confirmar ou contrariar a decisão política. Isto é puro ‘non sense’. Os técnicos sobrepõem-se aos políticos que devem tomar as decisões. Assumir as decisões é uma coisa que ao senhor ministro lhe causa alguma dificuldade”, lamentou.

Miguel Santos apontou ainda a contradição entre a posição do ministro da Saúde e as afirmações da presidente do organismo. “O senhor ministro foi desmentido categoricamente pela senhora presidente do Infarmed”, especificou Miguel Santos, recordando as declarações da presidente da autoridade nacional do medicamento, apanhada de surpresa pelo anúncio de Adalberto Campos Fernandes.

Para o deputado, a transferência da sede do Infarmed para o Porto revela uma enorme “trapalhada”. “Como a decisão é sua [do ministro da Saúde], a falta de credibilidade também é sua”, sintetizou.



POVO LIVRE

Director: Diogo Vasconcelos

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Durão Barroso no Norte



Contacto com o militante anónimo dá-me força redobrada para o combate

- no final de Novembro o Governo limita-se a apresentar o Orçamento Rectificativo o que demonstra que o Executivo está com dificuldade em gerir as contas da Nação
- actual Executivo não passa de uma comissão política eleitoral do Partido Socialista
- Durão Barroso envia carta aos líderes partidários propondo consenso quanto à necessidade de reformar o sistema político

página 8

PSD evoca Sá Carneiro

Presidente do Partido fala em Loures e depõe coroa de flores em Camarate

Edição n.º 1199 do "Povo Livre", de 1 de dezembro de 1999. Manchete: "Durão Barroso no Norte: Contacto com o militante anónimo dá-me força redobrada para o combate". Diogo Vasconcelos era o diretor do "Povo Livre".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



LUXEMBURGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Luxemburgo, para reunir no próximo dia 10 de Fevereiro de 2018 (sábado), pelas 17h00 na sede do CSV – Parti Chrétien-Social, 4 Rue de L’Eau, L-1449 Luxemburgo, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. À l’att. Custódio Portásio – 6, Rue de l’Hippodrome L-1730 Luxembourg

- As urnas estão abertas das 17h00 às 19h00

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Matosinhos, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 10 de Janeiro de 2018, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, 98, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política

MONÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Monção para reunir, no próximo dia 12 de Janeiro de 2018, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita no Largo do Rosal, nº 27, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Apreciação de contas do ano de 2017
- 2 – Plano e orçamento para o ano de 2018
- 3 – Análise da situação política local e nacional
- 4 - Outros Assuntos

PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Portimão, para reunir no próximo dia 03 de Fevereiro de 2018, (sábado) pelas 15h00, na Casa Manuel Teixeira Gomes, sita na Rua Júdice Biker, nº 1, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção
- Mesa da Assembleia de Secção
- Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 15h00 às 18h00

S. PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. Pedro do Sul, para reunir, no próximo dia 27 de Janeiro de 2018, (sábado) pelas 21h00, no Hotel do Parque, nas Termas de São Pedro do Sul, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Aprovação do Relatório de Contas da CPS do ano 2017
- 3 - Plano de actividades e orçamento para 2018
- 4 - Análise da situação política.

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Seia, para reunir no próximo dia 10 de Janeiro de 2018 (quarta-feira), pelas 21h30, na sede sita na Avª 1º de Maio, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1- Prestação de contas do mandato 2016-2017 pela Comissão Política da Secção de Seia do Partido Social Democrata

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 10 de Fevereiro de 2018, (sábado) pelas 16h00, na sede sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212 – 3º sala 14, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 18h00

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Real de Santo António, para reunir no próximo dia 02 de Fevereiro de 2018, (sexta-feira) pelas 18h00, na sede sita na Rua Almirante Cândido dos Reis, nº 98, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede, nesse dia está aberta das 21h00 às 24h00

- As urnas estão abertas das 18h00 às 22h00



CONSELHO DISTRITAL DE FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital do Algarve, para reunir no próximo dia 13 de Janeiro de 2018 (Sábado), pelas 10h30, na Sede do PSD/Algarve, sita na Rua Projectada à Rua de São Luís, n.º 1, 8000 - 285 Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política regional e nacional;
- 3 – Eleição dos representantes da JSD/Algarve na Assembleia Distrital do PSD/Algarve.

ARRONCHES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD de Arronches para reunirem no dia 17 de Fevereiro de 2018, às 17h, na sede do PSD, sita na Rua do Ronquilha, nº 4, 7300-027, Arronches, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário concelhio.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 17 horas e as 19 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital de Portalegre ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, face à demissão dos órgãos concelhios convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Cartaxo, para reunir no próximo dia 3 de Fevereiro de 2018, pelas 16h00, na sede do PSD Cartaxo, sita na Rua Serpa Pinto, nº. 32 A - 1º Dto.º - Cartaxo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD Cartaxo.

Notas:

O Ato Eleitoral decorrerá entre as 16h00m e as 18 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da JSD Distrital de Santarém, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do PSD Cartaxo, sita na Rua Serpa Pinto, n. 32 A - 1º Dto - Cartaxo, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção Eleitoral da JSD Golegã, para reunir no dia 03 de Fevereiro de 2018, pelas 16 horas, na Estrada do Lorrão, S/N, 2150-121 Golegã, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa de Plenário de Secção;
- 2 – Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente de Mesa do Plenário de Secção ou a quem o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral decorrerá entre as 16:00 horas e as 18:00 horas.

NÚCLEO DE ALVORNINHA – CALDAS DA RAINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Núcleo de Alvorinha, para reunir no próximo dia 3 de Fevereiro de 2018, pelas 17 horas, na Sede do PSD/Caldas da Rainha, sita na Praça 5 de Outubro, 18 – R/c Dt.º, Caldas da Rainha, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa de Plenário do Núcleo;
- 2 – Eleição da Comissão Política do Núcleo.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem o substitua, até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorrerá entre as 17h00m e as 19 horas.

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Tomar para reunião no próximo dia 20 de Janeiro de 2018, pelas 14h30 na sede do PSD de Tomar, sita da Rua da Fábrica da Fiação 57-A, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações e análise da situação política;
- 2 - Apresentação do Plano de actividades para o ano de 2018;
- 3 - Outros assuntos.

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, serve a presente para convocar o Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Vila do Conde, a reunir no dia 26 de Janeiro de 2018, pelas 21.30h, na sede concelhia de Vila do Conde do PSD e da JSD, sita na Praça da Republica nº 7 em Vila do Conde, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política local e nacional;
- 2 - Outros assuntos.



VIII Congresso Nacional dos ASD

CONVOCATÓRIA

De acordo com deliberação do Conselho Nacional dos ASD de 19 de dezembro de 2017, e ao abrigo do artigo 20.º dos Estatutos dos ASD, convoco o VIII Congresso Nacional dos ASD para reunir em sessão ordinária, no Hotel Lusitânia, cidade da Guarda, no dia 04 de fevereiro de 2018, pelas 14h30m, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Sessão de Abertura
2. Alteração Estatutária
3. Apresentação das Moções de Estratégia Global;
4. Apresentação das Moções Temáticas;
5. Discussão das Moções;
6. Votação das Moções de Estratégia Global e das Moções Temáticas;
7. Eleição dos Órgãos Nacionais dos ASD (a)
8. Sessão de Encerramento com a presença do Presidente do Partido Social Democrata

(a) A eleição dos Órgãos Nacionais dos ASD decorre das 15h00 às 17h00

O Presidente da Mesa do Congresso dos ASD



Ricardo Rio

20 de dezembro de 2017

ASD - AUTARCAS SOCIAL DEMOCRATAS

Rua Ricardo Espírito Santo, n.º 1, R/C Esq. – 1200-790 Lisboa, PORTUGAL

Telefone: 213950503 - Fax: 213950647

geral@autarcas-psd.pt

www.autarcas-psd.pt



VIII CONGRESSO NACIONAL DOS ASD

Guarda, 04 de fevereiro de 2018

Regulamento do Congresso

Artigo 1.º

Data e Ordem de Trabalhos

O VIII Congresso Nacional dos ASD reúne no Hotel Lusitânia, na Guarda, no dia 04 de fevereiro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Sessão de Abertura
2. Alteração Estatutária
3. Apresentação das Moções de Estratégia Global;
4. Apresentação das Moções Temáticas;
5. Discussão das Moções;
6. Votação das Moções de Estratégia Global e das Moções Temáticas;
7. Eleição dos Órgãos Nacionais dos ASD
8. Sessão de Encerramento

Artigo 2.º

Organização dos Trabalhos

1. Os trabalhos decorrerão de acordo com o seguinte programa:

- 12H30 – Abertura da credenciação dos Congressistas
- 14H30 – Sessão de Abertura
- 15H00 - Apresentação, discussão e votação da Proposta de Alteração dos Estatutos dos ASD
 - Início das votações para a eleição dos Órgãos Nacionais dos ASD: Mesa do Congresso, Conselho Nacional, Conselho de Jurisdição Nacional e Comissão Política Nacional
 - Apresentação das Moções de Estratégia Global
 - Apresentação das Moções Temáticas
- 16H00 – Discussão das Moções e da estratégia Política e Autárquica.
- 18H00 – Votação das moções
- 18H30 – Proclamação dos resultados das eleições
 - Sessão de Encerramento

Nota: A votação das listas aos Órgãos Nacionais processa-se ao mesmo tempo em que decorrem os trabalhos e por voto secreto, entre as 15h00 e as 17h00.

2. A distribuição dos tempos de intervenção processa-se da seguinte forma:

- a) O presidente da CPN usará da palavra sem limite de tempo, no início e no final do debate, bem como no encerramento dos trabalhos.
- b) Os membros da CPN dispõem de 10 minutos.
- c) O primeiro subscritor de cada proposta de moção dispõe de 10 minutos.

d) Aos restantes oradores será atribuído o tempo que resultar da divisão do tempo disponível pelo número de inscritos.

Nota: A acumulação de tempo por cedência de oradores inscritos não poderá exceder 10 minutos.

Artigo 3.º

Delegados ASD

São delegados ao Congresso:

1. A Mesa do Congresso e os titulares dos Órgãos Nacionais (membros do Conselho Nacional, Conselho de Jurisdição Nacional e Comissão Política Nacional).
2. Três delegados por cada Concelho que têm que reunir as condições cumulativas de serem militantes e autarcas eleitos nas listas do PSD.

Artigo 4.º

Eleição de Delegados

A eleição dos delegados será realizada entre as 21h30m e as 22h30m do dia 16 de janeiro de 2018 e conduzida em cada Concelho pelas respetivas Secções do PSD.

Artigo 5.º

Observadores/Participantes

Podem assistir ao Congresso Observadores e Participantes, sem direito a voto, desde que não tenham sido eleitos Delegados.

1. São Participantes, com direito a intervir, todos aqueles que tenham sido eleitos para a Presidência de Câmara Municipal e todos aqueles que, tendo concorrido à Presidência, não foram eleitos e são considerados 1.º eleito.

2. São Observadores os restantes autarcas.

Artigo 6.º

Inscrições de Delegados, Observadores, Participantes

1. A inscrição de todos os Delegados, Participantes e Observadores processa-se mediante a remessa do Boletim de Inscrição à Secretaria Geral dos ASD até às 20 Horas do dia 25 de janeiro.
2. O Boletim de Inscrição deve ser acompanhado da quantia de 15 Euros para Delegados e Participantes e 5 Euros para Observadores, a remeter em anexo ao boletim.

3. A lista de Delegados será publicada em 31 de janeiro no site dos ASD.

4. Só serão permitidas substituições de Delegados eleitos pelos respetivos suplentes desde que deem entrada na sede dos ASD até ao dia 31 de janeiro.

Artigo 7.º

Moções e Candidaturas aos Órgãos Nacionais

1. As candidaturas à Comissão Política Nacional têm de ser acompanhadas de Moção de Estratégia Global.

2. As Moções Temáticas e as Candidaturas com as respetivas Moções de Estratégia Global deverão ser dirigidas ao Presidente da Mesa do Congresso e entregues na sede dos ASD, na Rua Ricardo Espírito Santo, n.º 1, R/c Esq., 1200-790 Lisboa, em suporte informático, ou por e-mail: geral@autarcas-psd.pt, até às 20 Horas do dia 31 de janeiro.

3. O processo de candidatura deverá ser organizado acordo com o disposto no Artigo 4.º do Regulamento Eleitoral dos ASD.

4. As Moções Temáticas têm que ser subscritas por, pelo menos, três autarcas.

5. As Moções entregues serão publicadas no site oficial dos ASD no dia 01 de fevereiro de 2018.

Artigo 8.º

Votações

1. A Mesa submeterá à votação dos Delegados as Moções de Estratégia Global e as Moções Temáticas e outras propostas apresentadas, desde que enquadradas na Ordem dos Trabalhos, ou não o sendo, a Mesa entenda serem pertinentes para o desenvolvimento do Congresso.

2. Considera-se aprovada a proposta mais votada.

Artigo 9.º

Comunicação Social

Podem assistir aos trabalhos do Congresso representantes de Comunicação Social previamente credenciados pelos ASD.

Artigo 10.º

Enquadramento Formal

O presente documento regulamenta e especifica a organização do VIII Congresso, bem como os procedimentos atinentes, no respeito pelos Estatutos Nacionais e pelo Regulamento Eleitoral dos ASD.

VIII Congresso Nacional dos ASD - Guarda - 04 de fevereiro de 2018		
Cronograma		
Nº Orde m	Descrição	Data
1	Envio aos autarcas e às estruturas e publicação no site oficial dos ASD e no Povo Livre da convocatória do Congresso e regulamento e convocatória para eleição dos delegados ao VIII.º Congresso	22-12-2017
2	Publicações no site dos ASD	22-12-2017
3	Publicação no Povo Livre	03-01-2018
4	Eleições dos Delegados ao VIII.º Congresso	16-01-2018
5	Data limite para entrega das inscrições de delegados, observadores e participantes ao VIII.º Congresso (até às 20h00)	25-01-2018
6	Publicação das listas de delegados no site oficial dos ASD	31-01-2018
7	Data limite para entrega ao Presidente da Mesa do Congresso das Moções Temáticas (até às 20h00)	31-01-2018
8	Data limite para entrega ao Presidente da Mesa do Congresso das Candidaturas e respetivas Moções de Estratégia Global (20h00)	31-01-2018
9	Data limite para substituição de delegados (até às 20h00)	31-01-2018
10	Publicação das Moções Temáticas no site oficial dos ASD	01-02-2018
11	Publicação das Moções de Estratégia Global no site oficial dos ASD	01-02-2018
12	VIII Congresso Nacional	04-02-2018



MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

DO PSD PARA O PAÍS

37º CONGRESSO NACIONAL DO PSD



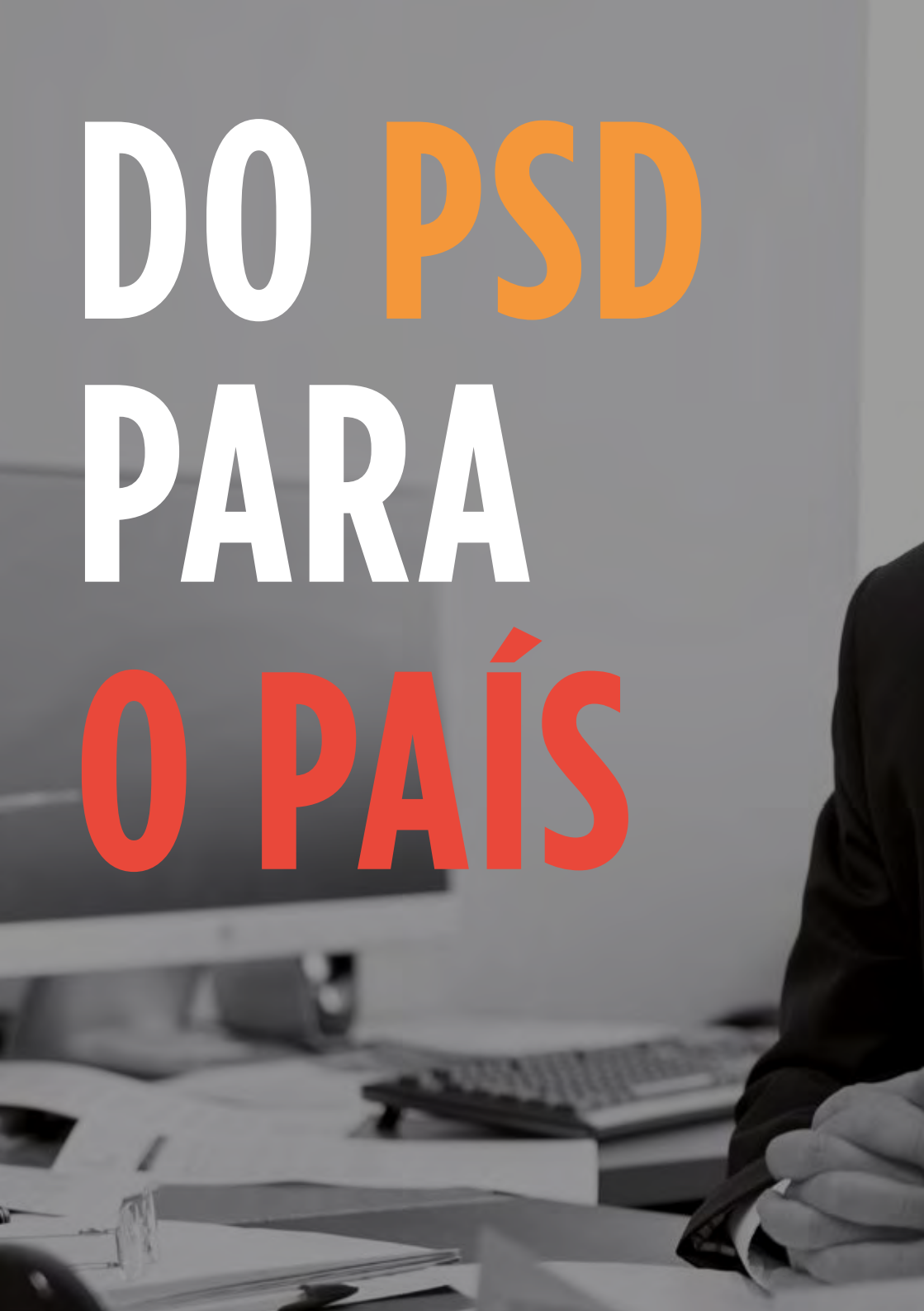
RUI RIO
É HORA DE AGIR



DO PSD

PARA

O PAÍS





ÍNDICE

Ver mais longe para traçar o rumo certo	07
Os grandes desafios das sociedades modernas	09
Os problemas e os desafios de Portugal	11
Os pilares fundamentais do projeto social-democrata	14
Desenvolvimento como liberdade e dignidade	16
Desenvolvimento como bem-estar e sustentabilidade	18
Desenvolvimento, conhecimento e inovação	20
Com a Europa, rumo à sociedade do conhecimento e do bem-estar	23
Por uma ética da ação política	25
Uma Nação coesa e aberta ao Mundo	28
Portugal, país europeu de vocação atlântica	28
Portugal, um país aberto ao mundo	30
Um Estado forte e organizado que liberte e proteja os cidadãos	32



Uma sociedade mais equitativa e mais solidária	35
Desenvolvimento social	36
Educação e Cultura	38
Saúde	40
Bem-estar	42
Uma economia mais dinâmica e competitiva	44
Finanças públicas	45
Crescimento, convergência e emprego	46
Política ambiental e sustentabilidade	48
Um partido capaz de interpretar a vontade dos Portugueses e de concretizar as reformas adiadas	50
PSD – Um partido reformista	51
PSD – Um partido de bases	53

A Moção de Estratégia Global que aqui se apresenta aos militantes do PSD cumpre uma prática que vem desde a fundação do partido, e que visa apresentar as linhas de ação política que o presidente do PPD/PSD e a sua direção nacional se propõem seguir ao longo do seu mandato.

Esta é, pois, a proposta de moção política que é colocada à discussão de todos os militantes, e que, por imperativo estatutário, deverá ser apreciada e votada no congresso de fevereiro, subsequente às eleições diretas de janeiro próximo.

Uma moção política não é um programa partidário, e muito menos um programa de governo. É um documento que resulta de uma reflexão sobre a realidade política portuguesa no tempo que passa, e que implica desde logo uma análise de diagnóstico aos principais constrangimentos que estão a dificultar o desenvolvimento e a modernização do país, visando a melhoria do bem-estar de todos os portugueses, qualquer que seja a sua condição.

Não é, pois, este o momento para apresentar as propostas setoriais de um programa partidário, e ainda menos um programa de governação. Esses serão documentos que a seu tempo, e no lugar certo, serão apresentados ao partido e ao país. De resto, são compromissos que, pela sua natureza, devem ser cuidadosamente preparados por equipas setoriais, com o contributo de todos os militantes que o quiserem fazer, de todos os órgãos do partido, (concelhios, distritais e nacionais), e com a ajuda de especialistas sobretudo nas áreas de elevada complexidade técnica. Os partidos não podem continuar a fazer um imenso rol de promessas simpáticas que, depois, ficam pelo caminho, com o argumento de que “se desconhecia a grave realidade que se herdou”.

Cumpre-me, neste momento, deixar um agradecimento muito sincero a todos os que contribuíram com as suas ideias para a elaboração desta moção, e sobretudo à equipa que comigo trabalhou para a versão final do documento, sob a orientação empenhadíssima do nosso companheiro, professor doutor David Justino.



VER MAIS LONGE PARA TRAÇAR O RUMO CERTO

Portugal sempre se supera quando se mobiliza para um propósito e traça um rumo certo para o alcançar. Fê-lo com a implantação e consolidação do regime democrático, quando lutou pela liberdade contra velhos e novos totalitarismos. Fê-lo quando ambicionou integrar e participar de pleno direito no projeto europeu. Fê-lo quando se quis libertar das amarras do atraso económico e social, convergindo para os padrões dos nossos parceiros europeus. Em todos esses desafios, o PSD – Partido Social Democrata teve um papel decisivo na sua concretização e por isso sempre mereceu a confiança dos Portugueses que nele reconheceram os valores, os princípios e as ideias capazes de concretizar esses propósitos.

Diferente tem sido a história política de Portugal no século XXI. Entre a euforia e o desespero, Portugal deixou de convergir com a Europa, perdeu as oportunidades de se reformar e apetrechar para lidar com os novos desafios da globalização, viu o Estado tornar-se mais débil e inconsequente, as suas instituições desajustadas às novas realidades sociais e o regime político mais desacreditado. Embalados pela ilusão do dinheiro barato centrámo-nos na distribuição em detrimento da produção de riqueza, no consumo em sacrifício da poupança e do investimento, na comunicação propagandística para disfarçar a inação, na polémica estéril para esconder a incapacidade de tomar decisões.

Das duas vezes que no presente século o PSD foi chamado a assumir responsabilidades governativas fê-lo em contextos adversos forçados por graves crises económicas e financeiras.

Em ambas não governou mais que o tempo necessário a reequilibrar as contas públicas, a lançar algumas reformas que se tornaram decisivas e a sanear os desmandos dos seus antecessores. Aos primeiros sinais de alívio, logo voltámos à velha política, adiando as reformas necessárias e respondendo com retórica e mais despesa pública o que deveria ser feito com ação e ponderação.

Foram quase duas décadas em que os partidos e os políticos não conseguiram conceber e transmitir uma visão inspiradora, coerente e convincente, capaz de mobilizar os Portugueses

para uma sociedade do futuro. A ação meritória de alguns dos governantes sociais-democratas, nacionais e regionais, bem como dos nossos autarcas, não foi suficiente para construir essa

visão de futuro e dar continuidade a um projeto inovador que ganhasse e sustentasse a confiança dos Portugueses.

Por isso é hora de agir e de construir uma visão do que pretendemos ser como País e como Nação. É hora de mobilizar os Portu-

gueses e com eles restabelecer a confiança e a esperança num futuro melhor. Para isso é urgente ver mais longe e escolher o rumo certo para concretizar esse desígnio. O PSD – Partido Social Democrata tem de voltar a assumir a responsabilidade de romper com a indecisão e a inação e abrir caminho para a construção dessa nova sociedade.

É hora de mobilizar os Portugueses e com eles restabelecer a confiança e a esperança num futuro melhor.

OS GRANDES DESAFIOS DAS SOCIEDADES MODERNAS

São enormes os desafios que as últimas décadas colocaram às sociedades, às economias e aos estados.

- A globalização estabeleceu um novo quadro nas relações internacionais com efeitos diretos e profundos na organização das sociedades, nos sistemas de valores e das instituições nacionais. Existe uma nova configuração das forças e dos centros de poder dominantes à escala global que obriga a uma reanálise do posicionamento do “mundo ocidental” face aos desafios colocados pela influência crescente do “leste”, o fortalecimento estratégico da China e o reposicionamento das economias e sociedades do hemisfério sul no contexto internacional.

- Hoje vivemos num mundo mais inseguro e mais incerto, onde o terrorismo, as redes de tráfico (drogas, armas e mesmo seres humanos) e os conflitos atípicos subvertem o poder dos estados, a autoridade das instituições, a liberdade, o bem-estar e a dignidade dos seres humanos, bem como a coesão das suas comunidades.

- Os riscos crescentes associados às alterações climáticas e aos desequilíbrios ambientais aumentaram a incerteza e a necessidade de reformular os modelos de desenvolvimento muito focados na satisfação das necessidades materiais do presente, mas limitando a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.

- As sociedades mais avançadas enfrentam já as consequências do envelhecimento das populações, da quebra sustentada da natalidade e da consequente incapacidade de substituição das gerações. Portugal é, entre os países desenvolvidos, aquele que apresenta indicadores mais desfavoráveis.

- As sucessivas vagas de inovação tecnológica acentuaram as disparidades entre os que concebem e produzem essas novas tecnologias e os que apenas as utilizam e consomem. O conhecimento, a investigação científica e as tecnologias digitais tornaram-se os novos ativos estratégicos cuja valorização é indispensável a qualquer modelo de desenvolvimento.

- O modelo de estado nacional enfrenta uma evidente desadequação de escala: é pequeno e incapaz de enfrentar por si só os grandes problemas da Humanidade, e grande demais para resolver com eficácia e satisfação os pequenos problemas dos cidadãos. Por isso terá de ser pensado em função de uma maior cooperação internacional e, simultaneamente, de uma maior descentralização dos seus poderes e competências.

- Adensam-se os sinais de decomposição e fratura dos regimes democráticos ocidentais perante a emergência dos populismos e dos movimentos antissistema perante a evidente crise de legitimidade e de representação

que afetam os partidos políticos tradicionais. O descrédito e os múltiplos casos de corrupção minam os alicerces e o sistema de valores em que assentam os regimes políticos, ao mesmo tempo que ganham voz as alternativas autoritárias e nacionalistas.

Entretanto, foram dados passos decisivos, entre vários domínios, no conhecimento e na investigação científica, na inovação tecnológica, na luta contra a pobreza e o analfabetismo à escala global, no desenvolvimento de novas fontes de energia e na cooperação para o crescimento do comércio internacional. Esses passos representam oportunidades que urge aproveitar para que aos problemas e desafios se responda com soluções e passos seguros rumo ao futuro.

A globalização estabeleceu um novo quadro nas relações internacionais com efeitos diretos e profundos na organização das sociedades, nos sistemas de valores e das instituições nacionais.

OS PROBLEMAS E OS DESAFIOS DE PORTUGAL

Não são muito diferentes os problemas e os desafios que Portugal enfrenta, mas alguns deles ganham especial incidência e gravidade pela exposição da economia e da sociedade aos sucessivos abalos externos a que temos assistido e simultaneamente potenciados pelos problemas endémicos que não foram superados. Em particular, Portugal enfrenta, entre outros, sete desafios críticos:

- **Divergência económica com a Europa -**

À entrada do século XXI Portugal interrompeu mais de quatro décadas de convergência com os países mais ricos da União Europeia. As mudanças desencadeadas pela globalização e pela revolução tecnológica criaram oportunidades que não soubemos aproveitar. Se o modelo de crescimento económico estava esgotado, não fomos capazes de criar uma alternativa adequada aos novos tempos. O século XXI tem sido e continua a ser de estagnação.

- **Desigualdades e assimetrias** - A sociedade portuguesa continua a ser marcada pelas profundas assimetrias e desigualdades sociais, reproduzindo as inúmeras bolsas de pobreza e de exclusão que afetam pelo menos um quarto da população portuguesa. Ao dualismo social alia-se o agravamento das assimetrias regionais sendo cada vez maior o fosso entre os grandes centros urbanos do litoral e o vasto território do interior, pobre, envelhecido e reduzido a algumas cidades que vão resistindo à desertificação e à destruição dos seus ativos.

- **Insustentabilidade demográfica** - As perspetivas demográficas revelam-se muito preocupantes: estima-se que Portugal possa perder cerca de meio milhão de habitantes por cada década futura. Com uma das taxas de natalidade mais baixas, o envelhecimento progressivo da população, a consequente

redução da população em idade ativa e saldos migratórios desfavoráveis, esboça-se um quadro de insustentabilidade demográfica e social que urge conter e, se possível, reverter. O aumento da esperança de média de vida é ao mesmo tempo uma conquista inestimável e um novo desafio que é preciso encarar pelas repercussões que tem nos sistemas de saúde, nos regimes de segurança e proteção social e nos estilos de vida com elevados riscos de exclusão social.

• **Modelo económico assente em baixas qualificações** - Continuamos a ser um país de baixas qualificações, baixos salários e de reduzida qualidade do emprego. Longe de constituir uma vantagem, esta realidade é um fator de atraso e de bloqueio ao desenvolvimento. Esse não poderá ser o caminho para uma sociedade que se queira afirmar no quadro das sociedades avançadas. O conhecimento, a investigação científica e a inovação, as tecnologias e a criação cultural são já e continuarão a ser eixos decisivos de estruturação das sociedades futuras, para os quais não estamos devidamente preparados.

A elevada dívida externa, pública e privada, resultante da acumulação de deficits entre o que consumimos e o que produzimos é o maior fardo que podemos legar aos mais jovens porque lhes rouba a liberdade de poderem construir e desenvolver o seu próprio futuro.

• **Elevada exposição às alterações climáticas** - Não obstante alguns passos positivos que foram dados nas últimas décadas, Portugal continua a revelar uma elevada exposição e fragilidade face às previsíveis consequências das mudanças climáticas e uma elevada dependência energética do exterior. Precisamos de uma nova estratégia que preserve e valorize o património natural, que previna os efeitos da contingência dos fenómenos climatéricos e que através de uma maior eficiência na produção e consumo dos recursos (água, energia, solos) confira maior sustentabilidade e maior bem-estar.

• **Centralismo e corporativismo** - Em 43 anos de regime democrático Portugal não conseguiu libertar-se de dois legados do regime deposedo em 25 de Abril de 1974: o centralismo e o corporativismo. Ambos se alimentam mutuamente para manter um Estado, ao mesmo tempo, débil e omnipresente, alimentando interesses instalados que mais facilmente instrumentalizam em seu proveito os benefícios e bens públicos que deveriam ser de todos.

Construímos um estado social, mas esquecemos a qualidade e universalidade do serviço público, ao mesmo tempo que desvalorizámos as funções de soberania, da defesa e segurança à justiça e administração pública

• **Dívida Externa** - Não podemos continuar a passar para as gerações futuras as responsabilidades e os custos da nossa ineficiência e do nosso despesismo. Este problema põe em causa o princípio da solidariedade intergeracional. O Estado deverá ser o primeiro a dar o exemplo através de contas equilibradas e dívida reduzida.

Este será o quinto ano consecutivo com saldo positivo na balança corrente. Trata-se de um registo histórico que constitui o melhor resultado do processo de ajustamento. Portugal conseguiu recuperar o prestígio internacional e demonstrar que os Portugueses conseguem ser resilientes à adversidade e estão disponíveis para a mudança. Neste breve balanço há razões para recuperar a esperança e contar com os Portugueses para abraçar de forma resoluta uma estratégia que permita reforçar os pilares do regime democrático se entendermos que a democracia, os seus princípios e os seus valores, não pode ser só política, antes terá de impregnar a sociedade nos domínios económico, social e cultural.

OS PILARES FUNDAMENTAIS DO PROJETO SOCIAL DEMOCRATA

A social-democracia tem um capital de reconhecimento inigualável: foi, durante a segunda metade do século XX, o modelo de referência na Europa e no mundo ocidental que consolidou os regimes democráticos, concretizou o modelo de Estado Social e sustentou um dos períodos de ouro de crescimento e desenvolvimento económicos na história da Humanidade. A passagem para o século XXI foi marcada pelo surgimento de movimentos renovadores, geralmente reconhecidos como “terceiras vias”, cujo desenvolvimento não se traduziu na reconfiguração da matriz ideológica original, nem na construção de um novo modelo que respondesse aos desafios que este novo século colocou aos regimes democráticos.

Para o PSD o projeto social-democrata tem de construir-se sobre o legado do século XX e a inovação política, económica, social e cultural que o Mundo neste século XXI obriga a procurar.

Falamos, antes de mais, de um novo contrato social que se afaste do discurso libertário anti Estado e simultaneamente das soluções estatizantes e igualitárias que dominam a esquerda. Um novo contrato social que responda às múltiplas desigualdades com que nos confrontamos, que promova uma nova cidadania enquanto ética de responsabilidade política e social, que incentive o desenvolvimento de um novo espírito de comunidade como base para sociedades mais inclusiva e mais coesas, que concretiza na

prática o princípio da igualdade de oportunidades como o mais decisivo mecanismo de mobilidade social ascendente.

Precisamos de um novo contrato social orientado para o futuro, mais do que arreigado à herança do passado. Um novo contrato social que mobilize todos aqueles que se reveem numa base comum de direitos e deveres e num padrão de valores partilhados. Um novo compromisso capaz de multiplicar os laços sociais entre a diferença, superando tensões e conflitos, e que nos permita repensar os valores básicos da democracia, da solidariedade e da igualdade na satisfação das necessidades sociais. Esse compromisso não poderá emergir da limitada regulação da “mão invisível” e remete para o Estado a responsabilidade de regular a satisfação dos interesses coletivos, a convergência dos propósitos comuns e a justa repartição dos bens públicos.

Neste contexto, torna-se indispensável repensar o Estado de forma a que não se substitua nem duplique a iniciativa dos cidadãos e a ação das instituições da sociedade civil. Se estas prestam serviços socialmente reconhecidos, o Estado só tem de as proteger e incentivar. Se esses serviços se revelam ineficientes ou com custos sociais indesejáveis, só tem de os regular para os tornar melhores.

Falamos, antes de mais, de um novo contrato social que se afaste do discurso libertário anti Estado e simultaneamente das soluções estatizantes e igualitárias que dominam a esquerda.

DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE E DIGNIDADE

É impensável para os sociais-democratas o sacrifício da liberdade e da dignidade das pessoas em nome do progresso. O progresso só pode ser entendido como forma de emancipação. Qualquer modelo de desenvolvimento terá de ser sempre um instrumento que valorize a liberdade dos indivíduos, que os dignifique e que contribua para uma maior inclusão e coesão sociais. Por maiores que sejam as ameaças e os riscos, nenhum justifica a limitação da liberdade e o sacrifício da dignidade das pessoas. Ao Estado não compete impor um modelo de felicidade ou de realização humanas, tão só assegurar o direito e as oportunidades de cada um ser livre para construir a sua própria felicidade. Um crescimento económico que não contribua para o desenvolvimento humano não tem sentido.

Precisamos de um Estado forte e organizado que liberte a sociedade e os indivíduos, mas que ao mesmo tempo os proteja e garanta o exercício dos direitos e deveres de cada um. Justiça e segurança são dois dos pilares de soberania que suportam qualquer ideia de uma sociedade de homens e mulheres livres.

A administração da justiça não pode ser confundida como uma mera prestação de serviços ou da disponibilização de um bem público por parte do Estado. Quem demanda o sistema de justiça não pode ser mais visto como utente ou cliente de um serviço público. Tem de ser olhado e tratado como pessoa e cidadão que procura as garantias reservadas constitucionalmente ao Estado para defesa dos direitos que a lei lhe atribui ou reconhece. A morosidade e a complexidade processual tende a favorecer os mais poderosos e com mais recursos em detrimento dos mais fracos e mais pobres.

Um Estado que não garanta a segurança de pessoas e bens e os proteja contra a invasão da vida privada, a ameaça, a coação, a violência e a adversidade, não merece a confiança dos cidadãos porque o medo, a resignação e o sentimento de insegurança não proporcionam nem o bem-estar nem a liberdade. Em nome da segurança são recorrentes os atentados à liberdade individual e ao direito à privacidade dos cidadãos, mas simultaneamente permite-se ou ignora-se a cedência de bases de dados, os ciber ataques, a violação das comunicações ou a violação da correspondência eletrónica.

Os acontecimentos em Portugal nos últimos meses – de que as duas vagas de incêndios constituem exemplos marcantes – são uma prova evidente de um Estado que não está organizado para defender e proteger os seus cidadãos.

Qualquer que seja o modelo de desenvolvimento, se o Estado não está organizado para exercer os poderes básicos de soberania, nem a liberdade vinga, nem a dignidade se respeita e nem a coesão social se assegura.

Ao Estado compete desenvolver de forma coerente as políticas públicas indispensáveis à boa prossecução dos objetivos socialmente reconhecidos. Neste contexto, não se pode limitar aos poderes de regulação e terá de assumir, através dessas políticas, o papel ativo de dinamizador dos processos de mudança social e institucional nos mais variados domínios que vão da organização social à mobilização dos agentes económicos para a prossecução de objetivos de desenvolvimento estratégico, da qualificação das infraestruturas ao investimento na investigação científica e na qualificação dos Portugueses.

A sociedade Portuguesa continua a ser marcada por fortes desigualdades sociais, elevados índices de pobreza e notórias disparidades no acesso e usufruto dos bens públicos.

Nos últimos 30 anos registámos melhorias significativas na escolarização da população, na

redução do abandono escolar, no acesso generalizado aos sistemas de saúde e de proteção social. Mas nem por isso as desigualdades sociais se atenuaram na mesma proporção. Para além da evidente desigualdade na qualidade do emprego e na sua remuneração, ela reforça-se

quando confrontamos as condições de vida dos grupos com maior exposição aos riscos de pobreza e aqueles que usufruem das mais elevadas remunerações. À desigualdade de distribuição do rendimento associa-se a desigualdade na riqueza, as desigualdades de género, de origem étnica e do acesso aos mais elementares bens primários, da justiça à saúde, da educação às oportunidades criadas pelo crescimento económico e

pelo desenvolvimento social.

Um dos fatores que mais influenciam as desigualdades sociais é a desigualdade de qualificações produzidas pelo sistema educativo. Em Portugal dispomos de um sistema de ensino que continua a ser altamente seletivo: pela inexplicável incapacidade de universalizar uma educação de infância, pelo elevado insucesso expresso pela retenção escolar, pelo abandono precoce da educação e formação e pelos meca-

Qualquer que seja o modelo de desenvolvimento, se o Estado não está organizado para exercer os poderes básicos de soberania, nem a liberdade vinga, nem a dignidade se respeita e nem a coesão social se assegura.

nismos de condicionamento do acesso ao ensino superior. Em situações bem identificadas estes constrangimentos tendem a associar-se em zonas de discriminação e exclusão escolar que, em vez de criarem oportunidades de emancipação, mais não fazem que reproduzir e agravar a pobreza e a exclusão social.

O segundo fator revela-se nas transições da escola para o mercado de trabalho e deste para a aposentação. A rigidez dos processos de transição dificulta a integração qualificada e a qualidade do emprego dos mais jovens, por um lado, e o desperdício de competências entre a população ativa que se encontra perto da aposentação, por outro lado.

O terceiro fator expressa-se, durante a vida ativa, pela valorização da antiguidade em detrimento do mérito e da competência. As carreiras assentes em progressões quase automáticas, sem avaliação do mérito e do desempenho profissional, tendem a ser mais valorizadas, especialmente entre os que detêm habilitações e remunerações mais elevadas e maior segurança no emprego.

Neste contexto as políticas de desenvolvimento social têm de estar orientadas para a valorização das pessoas, para as capacidades e potencial que representam, bem como para a criação de oportunidades de ascensão social e de dignificação do seu contributo para o progresso e coesão da sociedade.

DESENVOLVIMENTO COMO BEM-ESTAR E SUSTENTABILIDADE

O propósito de um estado de bem-estar pressupõe uma perspetiva multidimensional que envolve as condições materiais (rendimento, riqueza, emprego, habitação, etc.), a qualidade de vida e a sustentabilidade.

Por outro lado, não basta assegurar elevados níveis de bem-estar se os mesmos não foram sustentáveis ao longo do tempo, pelo que importa assegurar a valorização e aumento dos stocks de capital indispensável às nossas vidas (capital natural, físico, humano e social) e assegurar o seu legado às novas gerações.

Existe uma excessiva focagem da condição de bem-estar nas condições materiais, desvalorizando ou mesmo ignorando as restantes dimensões. Se os níveis de rendimento ou a estabilidade do emprego são importantes, não menos importantes serão as condições de segurança e de saúde no local de trabalho, a compatibilidade entre emprego, a vida familiar e uma vida social ativa. Se o direito de acesso a uma habitação condigna é inalienável, não menos será a qualificação do espaço público onde se integra, o acesso a

transportes de qualidade e a redução do tempo diário destinado a deslocações.

Neste contexto ganham relevo as políticas públicas orientadas para a qualidade dos serviços, da saúde, da educação, dos transportes ou da cultura.

De pouco nos serve dispor de um Serviço Nacional de Saúde (SNS) se ele não for mais do que um serviço nacional da doença. De pouco nos serve ter um SNS público e tendencialmente gratuito se ele não se integrar num Sistema Nacional de Saúde que incentive a cooperação inteligente entre os diferentes sectores (público, solidário e privado), que promova os estilos de vida saudáveis, que previna a doença em vez de ter de a combater em fase avançada e quantas vezes irreversível.

Se é desejável que os sistemas de saúde aumentem a sua eficiência e capacidade de resposta às necessidades das pessoas, torna-se cada vez mais exigível que o façam em função do contributo para um maior bem-estar dessas pessoas e não só em função do volume das respostas concretizadas. Há que reforçar no SNS a dimensão da dignidade humana.

A promoção de estilos de vida saudáveis e o desenvolvimento de uma sociedade orientada para o bem-estar das suas populações é indissociável da preservação e valorização do património natural, da qualidade ambiental e do desenvolvimento das comunidades locais.

Agir localmente é a condição necessária para garantir o futuro de um planeta sustentável a qual deve começar por afirmar a autonomia das políticas de ambiente, mudando a ideia paralisante de que as políticas ambientais são transversais e por isso dependem da vontade e da sensibilidade dos responsáveis sectoriais. Sem se negar a necessidade de articulação destas políticas com as demais – asserção que valerá para a generalidade das políticas públicas –, a acelerada transformação das condições de vida impostas pelas alterações climáticas e a necessidade de garantir a sustentabilidade, impõem que se reforce a importância, mas sobretudo a efetividade, das medidas de política com esses objetivos.

A promoção de estilos de vida saudáveis e o desenvolvimento de uma sociedade orientada para o bem-estar das suas populações é indissociável da preservação e valorização do património natural, da qualidade ambiental e do desenvolvimento das comunidades locais.

Uma visão integrada das políticas ambientais deve saber combinar a valorização do património natural, o controlo das emissões poluentes e a descarbonização progressiva das atividades económicas - da indústria aos transportes coletivos, da promoção das fontes renováveis de energia à redução da nossa dependência dos combustíveis fósseis - com uma política de ordenamento do território que trave o despovoamento e desertificação das zonas do interior, que reforce o sistema de cidades médias e promova a mobilidade amiga do ambiente.

DESENVOLVIMENTO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

Vivemos um tempo de aceleração da história. Nas últimas três décadas alguns dos pressupostos dos modelos tradicionais de desenvolvimento foram irreversivelmente abalados pelas mudanças operadas à escala global.

O fenómeno da globalização expressa-se, para além das novas tecnologias e pela maior velocidade de circulação da informação, pelo crescimento do comércio de bens e serviços. Durante aquele período o comércio internacional cresceu sempre a taxas superiores às do produto mundial o que revela o maior grau de abertura das economias nacionais e uma significativa incorporação na economia mundial de grandes regiões do globo que se encontravam fechadas sobre si próprias. Para esta mudança profunda muito contribuíram a progressiva eliminação das barreiras alfandegárias e a redução abissal dos custos de transportes e comunicações.

A mobilidade dos capitais, já de si elevada, atingiu níveis nunca registados e ganhou formas cujo controlo os estados têm dificuldade em regular. Mas as novas condições de mobili-

dade não se limitaram às mercadorias, serviços e capitais: estenderam-se aos mercados de trabalho cuja mobilidade acrescida sustenta novos movimentos migratórios e também o que poderemos designar por transnacionalização das dinâmicas laborais.

O segundo eixo de mudança estrutural identifica-se com a inovação, quer se trate de base tecnológica, quer de base organizacional. Se o maior impacto se tem percecionado nos novos produtos e configurações empresariais, especialmente os que sustentam a nova economia digital, os produtos tradicionais têm sido relançados através da aplicação das novas tecnologias, tornando-os cada vez mais competitivos no mercado global.

A mobilização do conhecimento para incorporação nas tecnologias, nos bens e nos serviços, torna-o o bem transacionável com maior valor acrescentado.

O que há de comum nas sucessivas vagas de inovação? Conhecimento, especialmente de base científica, cujo valor incorporado nos bens e serviços tende a representar a maior

proporção em relação ao produto final. A mobilização do conhecimento para incorporação nas tecnologias, nos bens e nos serviços, torna-o o bem transacionável com maior valor acrescentado. Uma perspetiva mais alargada do conhecimento permite igualmente perceber como a criação cultural tem dado um contributo inestimável à inovação e à projeção à escala global das diferentes culturas nacionais. A cultura de um povo é um bem único, mas só se valoriza se souber afirmar-se para além das fronteiras nacionais.

O terceiro eixo identifica-se com o investimento e com os sistemas institucionais. A maior mobilidade, as taxas de juro historicamente reduzidas e a reconfiguração dos centros de acumulação, tornaram o investimento num instrumento cujo acesso é cada vez mais competitivo. Mais do que as oportunidades criadas para o desenvolvimento de projetos empresariais, conta o quadro institucional cujo poder regulatório tanto poderá ser uma vantagem competitiva como um fator que não inspire a confiança indispensável à cobertura do risco.

A confiança dos investidores numa economia nacional exige que os custos de transação e o risco associado aos investimentos possam ser cada vez mais reduzidos. Para tal contribui o ambiente mais ou menos favorável ao desenvolvimento de projetos empresariais, a estabilidade, a previsibilidade do quadro fiscal, regulatório e institucional.

Portugal precisa urgentemente de melhorar e dar estabilidade ao seu quadro institucional:

- A começar pela consolidação do seu quadro jurídico. De há muito que a ação política se encontra condicionada pela resposta casuística, pelo eleitoralismo legislativo, pelos particularismos corporativos e locais. A prática corrente de responder aos problemas, especialmente aqueles com forte impacto mediático, com mais legislação tem de ser alterada. A consolidação legislativa é um dos princípios fundamentais de qualquer estado de direito. É urgente legislar menos para legislar melhor.

As vantagens competitivas de Portugal não podem afirmar-se nem pelos baixos salários, nem pelas reduzidas qualificações que lhe estão associadas.

- Decorrente do anterior, a aplicação da lei tende a promover a litigância com os consequentes custos para a administração da justiça, para os cidadãos e para a autoridade das instituições.
- Passando pelo sistema fiscal, onde o ambiente institucional continua a estar associado a uma imagem negativa. A maior parte dos investidores não elege a carga fiscal como um dos entraves

ao investimento, mas antes a burocracia, a instabilidade, as alterações recorrentes ao quadro existente, bem como a morosidade na resolução dos litígios. Vivemos em situação de ilusão fiscal, de duvidosa transparência e eficácia no que respeita à execução orçamental.

Crescer mais e crescer melhor, sustentados na inovação e na produção de conhecimento, no maior contributo e dinamismo do sector de bens e serviços transacionáveis, na atração de investimento estrangeiro - de grande e média dimensão e com uma base tecnológica sólida - e no aumento das qualificações dos portugueses, são os objetivos estratégicos que importa recenter a partir de um novo modelo de desenvolvimento que tenha as pessoas como o mais importante capital que um país pode mobilizar. As vantagens competitivas de Portugal não podem afirmar-se nem pelos baixos salários, nem pelas reduzidas qualificações que lhe estão associadas.

COM A EUROPA, RUMO À SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E DO BEM-ESTAR

Portugal como membro da União Europeia não pode perder poder político e negocial, sob risco de se tornar irrelevante. Por essa razão, o seu posicionamento estratégico precisa de ser reforçado enquanto país europeu de vocação atlântica, aberto ao Mundo e capaz de construir pontes e encontrar soluções suscetíveis de valorizarem a sua posição na União.

Os desafios estruturais que se colocam à UE não encontram respostas fáceis. Sendo o maior mercado único e detendo a segunda maior moeda com maior utilização a nível mundial, nem por isso nos deveremos esquecer que temos vindo a perder dinamismo: representávamos em 1960 11% da população mundial quando

atualmente não vamos além de 6%; detínhamos 26% do PIB mundial em 2004, quando em 2015 não vamos além de 22%. A Europa está mais envelhecida e simultaneamente menos competitiva, onde as ameaças de populismo e de nacionalismo convergem numa reversão da confiança nas instituições comunitárias, dos direitos humanos, da coesão social, da segurança e da preservação da paz, precisa de eliminar entraves e de ganhar um novo impulso que a faça recuperar do atraso atual face às velhas e novas potências mundiais.

A opção estratégica de Portugal deverá ser a de se posicionar na linha da frente do movimento de reformas das instituições europeias e, simul-

taneamente, definir o seu próprio modelo de desenvolvimento que potencie a sua integração e a sua identidade distintiva.

Fazer de Portugal um país atrativo para os europeus e motivo de orgulho para os Portugueses, onde a segurança, o bem-estar, a qualidade ambiental, o cosmopolitismo e a cultura, possam constituir eixos identitários com elevado valor acrescentado.

Fazer de Portugal um país atrativo para os europeus e motivo de orgulho para os Portugueses, onde a segurança, o bem-estar, a qualidade ambiental, o cosmopolitismo e a cultura, possam constituir eixos identitários com elevado valor acrescentado. Simultaneamente, importa reforçar a dimensão do conhecimento e da inovação pela valorização da participação de

investigadores e instituições científicas portuguesas em redes internacionais, especialmente nos domínios associados à nossa especialização científica e tecnológica. Portugal tem condições para, a médio prazo, constituir-se como centro de alguns clusters internacionais de conhecimento e inovação que em muito poderão beneficiar o seu desenvolvimento económico, social e cultural.

Uma sociedade estruturada em torno do conhecimento, da inovação e do bem-estar, não é uma utopia, é uma ambição concretizável pelo esforço, planeamento, mobilização e concertação entre os Portugueses.

O PSD – Partido Social Democrata tem uma responsabilidade acrescida pela sua história, pela sua capacidade de ver mais longe, pela coragem da sua cultura reformista e pelo poder que tem demonstrado de elevar Portugal para patamares mais avançados de desenvolvimento humano.

POR UMA ÉTICA DA AÇÃO POLÍTICA

São hoje evidentes os sinais de distanciamento entre o regime político e os portugueses. Distanciamento entre uma sociedade que mudou muito e depressa e um regime que não foi capaz de se adaptar a essa realidade. O mundo mudou, Portugal mudou, mas o regime mantém-se, multiplicando os sinais da sua incapacidade para responder aos novos desafios. Impõe-se, 43 anos depois do 25 de Abril, proceder a um conjunto de reformas que possam voltar a trazer ao nosso quotidiano político o contrato de confiança, entre os cidadãos e o regime, que o tempo naturalmente foi desgastando. Seja ao nível da política, da justiça, das relações de poder na sociedade, da credibilização das instituições ou da defesa dos direitos dos cidadãos, temos de saber encontrar as medidas corretas que consigam reconciliar os portugueses com o nosso regime político.

Os partidos políticos são as instituições do regime democrático que mais e melhor evidenciam a falta de credibilidade, conduzindo uma parte significativa dos portugueses a adotarem

um atitude cada vez mais generalizada de indiferentismo e de indisponibilidade para uma cidadania ativa e participada. Ora, a democracia para o ser em substância não se pode afirmar apenas nos seus formalismos e rituais de duvidosa eficácia social. A democracia exige partidos políticos fortes, abertos à participação dos cidadãos, credíveis e plenamente entrosados com a sociedade que visam servir.

O regime democrático em Portugal vive uma crise de representação e de legitimidade dos seus atores centrais. De representação porque

A democracia exige partidos políticos fortes, abertos à participação dos cidadãos, credíveis e plenamente entrosados com a sociedade que visam servir.

não basta a identificação com um líder e com uma opção partidária. Importa valorizar a identificação com os eleitos, aproximá-los dos que representam e sujeitá-los ao verdadeiro escrutínio democrático realizado pelos cidadãos. É possível e desejável encontrar soluções institucionais que, sem prejuízo da proporcionalidade da representação, a torne mais próxima dos cidadãos, mais transparente, mais eficaz e mais credível. É neste contexto que pretendemos construir compromissos para a mudança da lei eleitoral que concretize uma maior proximidade com os cidadãos e credibilize a representação e reforce a autoridade da instituição parlamentar.

A relação com os cidadãos e a sociedade tem de ser mais aberta e favorecendo o papel das múltiplas formas de participação cívica organizada que por vezes é entendida como uma ameaça à ação política desenvolvida pelos partidos, quando poderá representar um contributo inestimável na qualificação das políticas públicas. A tentação para o controlo e instrumentalização das iniciativas independentes dos cidadãos tem de ser substituída pela disponibilidade para cooperar, salvaguardando a sua independência e autonomia.

Os partidos políticos deixaram de controlar o recrutamento dos seus quadros, dando azo à afirmação dos poderes fáticos no escrutínio da sua atividade política. O serviço público exige independência, isenção e competência e

não se pode transformar numa alavanca para interesses privados, próprios ou alheios.

Para o efeito, o PSD deverá dar o exemplo na forma como recruta e seleciona os seus candidatos, quer se trate de militantes ou de simpatizantes disponíveis para representar o partido junto do eleitorado, mas também na avaliação rigorosa, sistemática e isenta que faz do seu desempenho.

Sem independência, competência e responsabilidade, todo o edifício do regime democrático é atingido pelo risco de desregulação, nomeadamente quando as instituições centrais do Estado acabam por ser facilmente partidárias, hipotecadas a clientelas ou interesses corporativos, e governamentalizadas.

O interesse nacional e a defesa do bem comum são os superiores princípios que secundarizam o interesse partidário imediato. Seja no exercício da governação, seja como partido da oposição, o PSD não pode fechar-se a entendimentos, sempre que aqueles superiores princípios estejam em causa. O PSD tem, na sua cultura política e na sua história, a busca do compromisso como expressão de responsabilidade democrática, não só para com os seus eleitores, mas também para com o país. Esse legado não o poderemos apagar ou desvalorizar.

Como maior partido da oposição, o PSD tem uma responsabilidade acrescida: constituir-se como alternativa reconhecida pelos Portugueses

ses e afirmar-se pela intransigente defesa do seu bem comum. Sacrificar esta responsabilidade aos tacticismos político-partidários ou a outros interesses particulares não faz parte da matriz ética nem da cultura política do PSD.

O exercício responsável do poder, a que nível for da administração, pressupõe isenção e transparência no recrutamento, seleção e nomeação dos dirigentes dessa mesma administração bem como de institutos públicos, de empresas com capital público e de entidades reguladoras. O PSD entende que a relação entre governação, regulação e gestão pública tem de ser o mais transparente possível, fundada sobre o mérito e a competência dos nomeados e liberta do estigma da confiança partidária. É indispensável clarificar o que são cargos de confiança política e cargos que requerem autonomia e independência em relação às tutelas.

Como maior partido da oposição, o PSD tem uma responsabilidade acrescida: constituir-se como alternativa reconhecida pelos Portugueses e afirmar-se pela intransigente defesa do seu bem comum.

O PSD tem na sua história ativos relevantes no que respeita à defesa da liberdade de expressão e de opinião, especialmente no que respeita à liberdade e garantia de pluralismo nos órgãos de comunicação social. Mas se somos irredutíveis em relação a qualquer tentativa de condicionamento dessa liberdade e pluralismo, também o somos na defesa da independência do poder político em relação à comunicação social, que, por sua vez e em nome da democracia, não pode deixar de respeitar, não só a verdade, como fundamentalmente, os direitos e a liberdade de todos os cidadãos.

Cada vez mais os media e a produção de conteúdos são alvo do interesse dos grandes grupos económicos e o desenvolvimento da economia digital cria oportunidades tecnológicas para formas de condicionamento da opinião pública que põem em causa o pluralismo e igualdade no acesso à informação e à opinião. O PSD dará especial atenção a este particular domínio na defesa intransigente da liberdade e do pluralismo.

UMA NAÇÃO COESA E ABERTA AO MUNDO

Portugal integra o restrito grupo dos mais antigos estados-nação que mantem, no fundamental, um território, uma língua e cultura comuns e uma identidade forjada ao longo da história que lhe confere uma coesão dificilmente comparável com a maior parte dos países europeus. Mas, simultaneamente, foi uma Nação que se afirmou pelos quatro cantos do Mundo através da presença de comunidades que preservam marcas indeléveis da sua cultura. Esse é o maior capital que pode ser mobilizado para repensar e afirmar as vantagens do nosso posicionamento estratégico.

PORTUGAL, PAÍS EUROPEU DE VOCAÇÃO ATLÂNTICA

A União Europeia confronta-se com alguns dos mais sérios desafios que alguma vez enfrentou, com a paralisação dos modelos tradicionais de integração, o Brexit, a (re)emergência dos nacionalismos, a ascensão dos populismos, a crise dos refugiados, as ameaças internas e externas à sua segurança, a perda de competitividade à escala global. O espaço euro-atlântico atravessa um verdadeiro risco existencial, com o afastamento da Grã-Bretanha da Europa Unida e o retraimento estratégico dos Estados Unidos.

Portugal está assim hoje perante uma pressão em dois eixos essenciais da sua inserção internacional – na Europa e no Atlântico – e a sua posição

só pode ser uma: um renovado empenho na construção de uma Europa mais coesa e mais solidária, com instituições mais dinâmicas e uma economia mais competitiva à escala global; uma nova prioridade ao reforço dos laços transatlânticos, estreitando o oceano que une os continentes europeu e americano.

Ao mesmo tempo, o país deve apostar no que define a sua singularidade e o distingue dos todos os outros, ou seja, a relação com os Estados de língua oficial portuguesa, as comunidades portuguesas presentes em todos os cantos do mundo e o seu vasto mar.

A estratégia de inserção internacional de Portugal deve assentar em cinco pilares fundamentais:

1. A integração europeia, no quadro específico de uma União Europeia cada vez mais unida e coesa, privilegiando o cenário cinco do livro branco da Comissão que aponta para “fazer muito mais todos juntos”. Aqui assumem prioridade o completar da União Económica e Monetária, a questão do avanço da defesa europeia – que tem de ser sempre entendida como contraponto e nunca contraparte à NATO – e as negociações do Brexit – defendendo os direitos dos cidadãos portugueses e europeus no Reino Unido. Ao mesmo tempo, Portugal já deveria ter começado a preparar o Quadro Financeiro Plurianual pós-2020, atendendo a que esta discussão já começa a estar na agenda europeia.

2. A vocação atlântica, construída pela sua história, pelos fortes laços culturais que entreteceu e pelo seu posicionamento geográfico face ao potencial de desenvolvimento que representa esta vasta bacia, onde se concentram mais de metade dos recursos económicos à escala global. Aqui assumem particular importância as relações com os Estados Unidos da América que nos últimos anos têm passado por uma crise, mas sem esquecer outros aliados muito relevantes.

3. A relação privilegiada com os países de língua oficial portuguesa, com os quais deveremos desenvolver relações de proximidade e cooperação, quer no plano bilateral quer multilateral, sem os complexos legados pelo colonialismo. Pretende-se uma rede de parceiros assente no total respeito pela soberania e identidade de cada nação e pela igualdade de tratamento de cada país e cada estado.

4. A rede de comunidades de portugueses dispersos pelo mundo que deverá assumir cada vez mais uma configuração multilateral que densifique os fluxos económicos e culturais e reforce o valor estratégico da língua e cultura portuguesas como instrumentos de cooperação. Ganham especial relevo as comunidades portuguesas residentes fora da União Europeia e entre estas as residentes nas Américas.

5. A Zona Económica Exclusiva e a extensão da Plataforma Continental para além das 200 milhas marítimas confere a Portugal um potencial estratégico acrescido que só será realidade se o Estado

conseguir passar da retórica para a ação com base num plano consensualizado para a sua exploração. De pouco serve determos os direitos se tal não corresponder a um efetivo aproveitamento das suas potencialidades. Muito para além da sua defesa é urgente a produção de conhecimento sobre esse potencial que se encontra por explorar.

Ao mesmo tempo, o país deve apostar no que define a sua singularidade e o distingue dos todos os outros, ou seja, a relação com os Estados de língua oficial portuguesa e as comunidades portuguesas presentes em todos os cantos do mundo

Portugal não tem de remeter-se a uma posição periférica e politicamente irrelevante. A alternativa está na valorização do seu reposicionamento estratégico por via destes cinco pilares, não tendo o país que optar por um em detrimento dos outros. Eles são indissociáveis e potenciam-se mutuamente. E todos devem ser reforçados por aquela que tem de ser a nossa nova grande prioridade: os portugueses que vivem em todos os continentes do globo.

PORTUGAL, UM PAÍS ABERTO AO MUNDO

Ao mesmo tempo devem ser exploradas as novas oportunidades, com destaque para a Ásia, região para onde está a transferir-se a riqueza, e eventualmente a prazo o poder, muito em particular a China, que é já a segunda maior economia mundial e tudo indica que será em breve a primeira, assim como a Índia que continua a conhecer um forte crescimento económico e tornar-se-á a curto prazo o país com a maior população do mundo. Os fortes laços que construímos a partir de Macau são um capital da maior importância, aplicando-se o mesmo conceito a Timor, à Indonésia e à Austrália.

Mas também o Magreb deve merecer uma especial atenção, sobretudo Marrocos e a Argélia, pela sua proximidade territorial, pelos desafios à segurança internacional que daí advêm e pela importância do acesso aos recursos energéticos daí provenientes nos quais assenta o essencial das necessidades de abastecimento de Portugal. Este espaço pode mesmo estender-se, numa segunda instância, até ao Próximo Oriente e ao Golfo Pérsico, incluindo alguns estados desta região rica energética e financeiramente.

Tal como deveremos densificar os laços da vasta rede da diáspora portuguesa pelo mundo, é importante o desenvolvimento de parcerias com os países de expressão oficial portuguesa no sentido de potenciar a mobilidade multilateral de estudantes e quadros superiores que se traduza numa cooperação técnica e científica com vantagens mútuas. No mesmo sentido torna-se incompreensível o desprezo a que estão votadas as instituições detentoras de conhecimento sobre a presença histórica de Portugal no Mundo. Esse inestimável ativo precisa de ser valorizado e partilhado como instrumento de consolidação das relações com as diferentes Nações que conosco comungam de um legado cultural e económico singular.

UM ESTADO FORTE E ORGANIZADO QUE LIBERTE E PROTEJA OS CIDADÃOS

Um Estado tradicionalmente centralista, refém dos poderes corporativos e das sucessivas oligarquias que se alimentam do acesso privilegiado aos bens públicos, é um Estado, ao mesmo tempo, débil e omnipresente, vulnerável e pesado, incapaz de se organizar e de cumprir com as mais elementares funções para que foi concebido.

A principal reforma em que o PSD se deve empenhar é no processo de descentralização e de desconcentração dos diferentes organismos do Estado e institutos públicos. Esse processo deverá ser desenvolvido observando o princípio da subsidiariedade e da valorização da administração local e regional, como forma

de melhorar a eficácia da governação do país e de disciplinar e racionalizar a despesa pública. Tratando-se de um processo complexo e extremamente diversificado em função da multiplicidade de competências a transferir, o PSD entende que se deve privilegiar uma abordagem que reúna o maior consenso nacional, que privilegie a especificidade sectorial, e que se concretize de forma gradualista, sem prejuízo do indispensável planeamento e calendarização. É tempo de Portugal procurar boas práticas de governação, mais competentes, menos despesistas e mais próximas dos cidadãos.

As pronunciadas assimetrias regionais, a crescente rarefação demográfica de vastos

territórios do interior, a necessidade de reforçar o papel das pequenas e médias cidades, transformando-as em âncoras de fixação da população e de atividades geradoras de emprego e de bem-estar, são desafios a que só uma efetiva descentralização e real desconcentração poderão responder com sucesso.

A experiência das Regiões Autónomas, no contexto particular de combate à insularidade, deveria constituir um exemplo de como se torna urgente contrariar o centralismo e a macrocefalia da capital que põe em causa a coesão e o bom ordenamento do território.

As Autonomias terão de ser consolidadas e em alguns aspetos reforçadas, em função dos avanços já realizados, mas também como requisito da sua valorização estratégica no contexto da economia do Atlântico e do alargamento dos limites da plataforma continental.

Há Estado a mais no emaranhado de normas, regulamentos e burocracias, mas há Estado a menos na capacidade de proteger os cidadãos, de prevenir, planear e agir sobre as calamida-

des naturais, de eliminar a incúria e o abuso na defesa e ordenamento do território e do património público e privado.

Quisemos construir um Estado Social, mas negligenciámos a qualidade e a universalidade do serviço público. Multiplicamos as plataformas digitais, mas aumentam as listas de espera para cirurgias. Investimos em novos edifícios escolares, mas continuamos com as mais elevadas taxas de abandono e insucesso escolar.

Simultaneamente desvalorizámos as funções de soberania, da defesa e segurança à justiça e administração pública, que se encontram descapitalizadas de meios humanos e materiais.

O problema não está em termos mais ou menos Estado. O desafio está em termos um Estado democrático mais forte, mais organizado e mais eficaz na prossecução da sua missão.

Precisamos de umas Forças Armadas criteriosamente dimensionadas e equipadas, com meios materiais e humanos que garantam a sua operacionalidade, prontidão e prestígio.

Um Estado tradicionalmente centralista, refém dos poderes corporativos e das sucessivas oligarquias que se alimentam do acesso privilegiado aos bens públicos, é um Estado, ao mesmo tempo, débil e omnipresente, vulnerável e pesado, incapaz de se organizar e de cumprir com as mais elementares funções para que foi concebido.

Na sua missão de defesa importa aumentar a cooperação e coordenação com as restantes forças e serviços de segurança, disponibilizando meios humanos e materiais para a garantia da tranquilidade e do bem-estar dos cidadãos no seu quotidiano. Essa garantia, cada vez mais importante para fazer face aos desafios com que hoje nos defrontamos, não pode limitar-se ao combate a agressões ou a ameaças globais. Deve, mais do que isso, abranger a prevenção e a resposta célere e eficaz a catástrofes, como foi o caso dos trágicos incêndios que recentemente flagelaram Portugal.

**O desafio está em termos
um Estado democrático mais
forte, mais organizado e
mais eficaz na prossecução
da sua missão.**

É neste contexto que importa definir uma estratégia nacional de prevenção e resposta a crises, na perspetiva de um espectro alargado de riscos (catástrofes naturais, ameaças à segurança interna, cibersegurança, acidentes graves, etc.), para as quais se exige coordenação e rápida resposta por parte dos diferentes organismos e forças.

Na administração da justiça, importa estabelecer compromissos visando a simplificação e estabilidade dos diplomas estruturantes do sistema jurídico, designadamente as principais leis adjetivas (leis processuais) e o essencial do direito substantivo. No domínio das magistraturas judiciais, sendo inquestionável o princípio da independência da função judicial e a repartição constitucional das jurisdições, é desejável maior eficiência, especialização, gestão, coordenação e um inegável reforço da transparência democrática.

O mesmo princípio de maior cooperação e melhor coordenação operacional se aplica à investigação criminal, envolvendo as polícias e as diferentes instituições nela envolvidas.

A defesa intransigente dos direitos do cidadão, nomeadamente do princípio da presunção de inocência e do direito a ser patrocinado por advogado, exercendo o mandato com todas as garantias de imunidade e proteção da confidencialidade e do segredo profissional, devem ser valorizados como pressuposto de uma visão personalista e humanista da justiça.

Ao Ministério Público importa centrar as suas competências no exercício da ação penal e na defesa do interesse geral, sendo dotado dos recursos técnicos e humanos indispensáveis à preservação da legalidade democrática e na intransigente defesa dos direitos do cidadão.

UMA SOCIEDADE MAIS EQUITATIVA E MAIS SOLIDÁRIA

O maior desafio que se coloca à sociedade portuguesa nas próximas décadas é o da sustentabilidade demográfica.

O duplo efeito de envelhecimento relativo no topo e na base da pirâmide etária é consequência do efeito conjugado do aumento da esperança de vida e da redução acentuada da taxa de natalidade. A progressiva redução da população em idade ativa tem um efeito direto sobre a sustentabilidade da segurança social. Ignorar ou adiar este desafio é uma irresponsabilidade que o PSD não está disposto a

subscrever. A reforma da segurança social é uma das reformas estruturais que assume a maior urgência, mas que depende, na sua sustentabilidade, de um compromisso parlamentar alargado.

Precisamos de uma política sustentada de proteção da maternidade e de valorização da educação de infância, que desperte esperança e confiança entre os Portugueses em geral e as gerações mais jovens, em particular.

Entretanto, os efeitos induzidos pela evolução demográfica, e pelas diferenças regionais da quebra da natalidade, fazem-se sentir com igual preocupação no sobredimensionamento da rede escolar, por um lado, e na pressão sobre o sistema nacional de saúde. Por isso, o problema da sustentabilidade não é exclusivo do financiamento do sistema previdencial.

Para além da reforma da segurança social é urgente desenvolver políticas orientadas para a proteção da maternidade e da infância, para a promoção da igualdade de género na parentalidade, para contrariar o adiamento da maternidade e para facilitar a antecipação do processo de integração na vida ativa e no mercado de trabalho.

Não poderemos continuar a aplicar paliativos a uma doença que já é crónica. Precisamos de uma política sustentada de proteção da maternidade e de valorização da educação de infância (dos 0 aos 6 anos), que desperte esperança e confiança entre os Portugueses em geral e as gerações mais jovens, em particular.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Não deixa de ser surpreendente a forma como nos resignamos à persistência estrutural da desigualdade de distribuição do rendimento. Siamo o país da Europa onde o coeficiente de desigualdade de distribuição do rendimento é o mais elevado e que o sistema de segurança social debilmente atenua. Por outro lado, são ainda relevantes as desigualdades de género no que respeita ao acesso às oportunidades de emprego e à igual remuneração do trabalho.

Três fatores sustentam este atraso social: os baixos níveis de escolarização de uma parte significativa da população portuguesa – nomeadamente a mais idosa -, a fragilidade das classes médias urbanas e o confinamento dos mecanismos de mobilidade social ascendente.

Difícilmente poderemos almejar maior crescimento da riqueza nacional se não começarmos, desde já, a agir no sentido de corrigir estas assimetrias. Estas desigualdades que se projetam no território são um obstáculo a alcançarmos patamares mais elevados e mais sustentados de desenvolvimento.

As políticas de redistribuição do rendimento não são suficientes para o concretizar e, em algumas situações, acabam por contribuir para a

reprodução da própria pobreza. Porém, o Estado não poderá abdicar delas nem dos princípios de justiça e solidariedade que presidirá à sua ação, sendo desejável que se articule com as instituições da sociedade civil no sentido de definir uma estratégia conjunta de desenvolvimento social, a partir de iniciativas que favoreçam a inclusão e o acesso a mais e melhores oportunidades de valorização social.

A educação terá de ser o instrumento mais decisivo de mobilidade social ascendente e da promoção da igualdade de género. Os seus efeitos não são tão visíveis no imediato, mas são mais consistentes a médio e longo prazo.

O segundo instrumento é de natureza fiscal e terá de se traduzir na progressivo alívio da autêntica asfixia que as classes médias e os trabalhadores por conta de outrem têm vindo a sofrer nos últimos anos.

O terceiro instrumento passa pela valorização das cidades e vilas do interior de forma a reforçar a ossatura urbana indispensável ao seu crescimento demográfico, económico e social. Uma descentralização diferenciada e progressiva terá um efeito reequilibrador na distribuição dos recursos públicos e na atração da iniciativa privada. O impacto que as políticas de descentralização poderão ter na estrutura social poderá gerar o impulso indispensável à revivificação das regiões do interior.

A educação terá de ser o instrumento mais decisivo de mobilidade social ascendente e da promoção da igualdade de género. Os seus efeitos não são tão visíveis no imediato, mas são mais consistentes a médio e longo prazo.

A população em risco de pobreza e exclusão social mantém-se teimosamente, desde há uma década, em torno dos 25%. É altura de ambicionarmos uma redução significativa desta proporção pela criação de maiores e melhores oportunidades no acesso a empregos dignos, melhor remunerados, à habitação, à saúde e ao bem-estar.

EDUCAÇÃO E CULTURA

É com a maior preocupação que assistimos ao retorno do *experimentalismo pedagógico* como princípio orientador das políticas educativas. Trata-se de um retrocesso ao fim do século passado, ignorando a inegável melhoria registada nos últimos 15 anos. Por que razão um modelo que produziu tão bons resultados é desmantelado a cada ação do Ministério da Educação?

As escolas, os professores, os alunos e as famílias exigem estabilidade e confiança. O sistema de ensino não pode estar sujeito às modas ideológicas de quem tudo quer mudar, sem diagnóstico, avaliação, planeamento e compromisso.

O PSD entende a educação como um dos pilares do desenvolvimento socialmente sustentável em que os princípios da liberdade e da equidade, da disciplina e da cidadania, convirjam numa visão personalista dos indivíduos e não na mera produção de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Ambicionamos pessoas capazes, muito para além de profissionais competentes. Ambicionamos jovens preparados para lidar com os desafios e os riscos de um futuro cada vez mais incerto. Ambicionamos igualdade de acesso ao conhecimento e à cultura como forma de contribuir para o esbatimento das profundas desigualdades sociais

com que nos confrontamos em Portugal. Não existem soluções mágicas para concretizarmos esta ambição, tão só esforço, disciplina e mérito. Teremos de garantir o sucesso a todos sem limitar a excelência de cada um.

Na concretização desse propósito contamos com os professores e as escolas, com a sua dedicação e profissionalismo, no sentido de contribuírem para poupar os alunos a tanta instabilidade e insegurança, ao mesmo tempo que prosseguem a inestimável missão de qualificarem as novas gerações de Portugueses.

O PSD dará especial atenção à formação inicial de professores e ao modelo de profissionalização no sentido da valorização do seu estatuto social e da sua qualificação científica e pedagógica.

Temos um sistema de ensino altamente seletivo em que à ilusão do acesso universal se sucede o afastamento progressivo, ciclo a ciclo, dos mais fracos, dos que não tiveram uma segunda oportunidade para ter sucesso. Educar é fazer crescer para atingir patamares do conhecimento e de realização pessoal cada vez mais elevados e não fazê-los descer para criar a ilusão do sucesso fácil.

Portugal precisa urgentemente de quadros altamente qualificados para potenciar a revolução tecnológica e do conhecimento, bem como as novas formas de criação cultural. A atual estrutura do ensino superior é caracterizada pelo domínio das ofertas generalistas de onde sobressaem um punhado de instituições de

elevada qualidade científica. É necessário que uma política para o ensino superior permita um acesso mais alargado e, simultaneamente, que promova a especialização das instituições em domínios onde possam desenvolver o potencial de vantagens competitivas.

O PSD deverá defender uma maior responsabilização das instituições do ensino superior na seleção dos seus alunos e, ao mesmo tempo, alargar o acesso quer através dos cursos regulares quer das formações profissionalizantes do ensino secundário. Um dos fatores que condicionam a maior frequência do ensino superior reside nas condições familiares de origem e na dificuldade em suportar os respetivos custos, nomeadamente quanto se trata de estudantes deslocados. Neste sentido importa garantir a liberdade de escolha do curso e a equidade no acesso aos apoios sociais, nomeadamente no que respeita às residências escolares.

Ainda no que respeita ao ensino superior o PSD acompanha com especial preocupação três problemas que não têm merecido a atenção devida: o envelhecimento do corpo docente, a endogamia

académica e a integração dos centros de investigação em programas e redes internacionais. É reconhecido que se tratam de três problemas com desigual expressão na diversidade das instituições, porém há que as mobilizar para fazer face ao desafio da internacionalização (não basta que esta se verifique na captação de alunos) e da competitividade científica, tecnológica e cultural.

As políticas culturais não podem ser concebidas e desenvolvidas fora do quadro de estreita cooperação:

As escolas, os professores, os alunos e as famílias exigem estabilidade e confiança. O sistema de ensino não pode estar sujeito às modas ideológicas de quem tudo quer mudar, sem diagnóstico, avaliação, planeamento e compromisso.

- Com os Ministérios responsáveis pela Educação, a Ciência e a Investigação Científica no que respeita à promoção da língua e da cultura portuguesas, na difusão do livro e da leitura, na produção de conteúdos e na sua generalização entre as novas gerações.
- Com as autarquias na estruturação de uma rede nacional de equipamentos culturais (teatros, museus, bibliotecas, etc.), na sua animação de forma a democratizar o acesso à cultura e à criação cultural, mas também na reabilitação e difusão do património cultural, tangível e intangível, e na valorização dos centros históricos.

- Com as comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo como alavancas para a internacionalização das obras e dos criadores portugueses.
- Com os Ministérios da Economia e dos Negócios Estrangeiros na definição de uma estratégia de atração e difusão das indústrias criativas, bem como na promoção da imagem de Portugal como destino turístico de elevada qualidade cultural e ambiental.

Portugal precisa de conceber uma política cultural integrada que potencie as oportunidades criadas pela digitalização, pelas novas indústrias e pelas redes sociais globais de modo a concretizar a ideia de uma cultura que, integrando as formas tradicionais de criação e difusão cultural, valorize as novas expressões, do design à moda, e as novas plataformas digitais.

SAÚDE

Face aos cenários de evolução demográfica torna-se cada vez mais premente uma reforma das políticas de saúde que se recente na promoção dos estilos de vida saudáveis e na prevenção da doença. É possível Portugal ter uma população mais saudável, e "mais jovem" até mais tarde. Uma parte significativa das doenças e das limitações que, hoje, mais afetam as populações, pode ser combatida com a promoção de melhores hábitos alimentares e com ajustamentos no estilo de vida. É ridículo o nível de investimento público neste particular domínio: não mais de 1% da despesa total em saúde. Para além do reduzido investimento não existe uma política de comunicação orientada para os diferentes perfis dos públicos-alvo que possa potenciar a promoção da saúde e a prevenção da doença.

A garantia do acesso a cuidados de proximidade e de qualidade, tem de começar por retomar a reforma dos cuidados de saúde primários, valorizar e generalizar a nível nacional o acesso às Unidades de Saúde Familiar e encontrar soluções para os desafios colocados pelo envelhecimento da população. Em particular, no tratamento das doenças crónicas e num âmbito mais alargado no domínio da saúde mental.

A promoção da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar dos portugueses não se compadece com visões ideológicas da oposição entre público e privado. Teremos de entender o Sistema Nacional de Saúde a partir de uma visão integrada, cooperativa e pragmática dos diferentes prestadores de cuidados de saúde, públicos, privados ou da economia social.

Em todo o domínio da prestação de cuidados de saúde, mas com especial incidência na rede de cuidados hospitalares, o princípio orientador terá de ser o da qualidade dos serviços prestados e só depois o da quantidade. Este princípio aplica-se quer à contratualização, quer à avaliação rigorosa das prestações que não poderá ignorar o grau de satisfação dos doentes.

Uma gestão criteriosa da rede hospitalar pressupõe diferenciação das ofertas e partilha de

infraestruturas e serviços comuns de forma a minimizar a duplicação de recursos (humanos, tecnológicos, de produtos e serviços).

Face aos cenários de evolução demográfica torna-se cada vez mais premente uma reforma das políticas de saúde que se recentre na promoção dos estilos de vida saudáveis e na prevenção da doença.

Por outro lado, é necessário minimizar os riscos de infeções, aumentar a segurança dos doentes e profissionais de saúde, bem como assegurar as melhores condições de trabalho e de bem-estar dos doentes, especialmente nas urgências hospitalares.

No mesmo sentido, teremos de estabelecer uma melhor articulação entre

Saúde e Segurança Social, por forma a extrair sinergias dos potenciais interfaces dos dois sectores com vista a aumentar a produtividade geral, o bem-estar da população e a redução dos efeitos adversos da ausência de comunicação entre estes dois sectores.

BEM-ESTAR

Muito para além da conceção dominante nas políticas públicas em torno do bem-estar material, o PSD pretende desenvolver uma nova geração de políticas que promovam o bem-estar social e emocional, a satisfação e o conforto.

Lidamos cada vez mais com problemas generalizados de solidão, com especial incidência entre os mais idosos e em meio urbano, de esgotamento e stress profissional com a progressiva desregulação dos horários de trabalho e uma dificuldade acrescida de compatibilização entre trabalho, vida familiar e vida social; nas grandes áreas metropolitanas adensam-se os problemas dos movimentos pendulares com uma parte do tempo perdido no trânsito automóvel quando, ao mesmo tempo, os transportes públicos são subutilizados ou porque inadequados aos horários e locais de acesso, ou porque não garantem a sua regularidade e conforto.

Numa outra dimensão e não obstante os progressos realizados por ação das autarquias, continuamos a assistir à degradação do espaço público onde são escassas as zonas verdes e de fruição da natureza. A gestão do espaço urbano continua condicionada pelo acumular de urbanizações densificadas e de espaços habitacionais degradados e segregados.

Agrava-se o deficit no acesso à habitação quer pela grande pressão da procura turística quer pelo aumento significativo do valor dos arrendamentos nas grandes cidades. Estimam-se entre 15 a 20 mil os alojamentos precários existentes em Portugal. A sua erradicação é, antes de mais, um problema de dignidade que afeta mais de 100 mil portugueses e que poderá facilmente ser quadruplicado se pensarmos no estado de degradação em que se encontram os inúmeros bairros sociais.

Lidamos cada vez mais com problemas generalizados de solidão, com especial incidência entre os mais idosos e em meio urbano, de esgotamento e stress profissional com a progressiva desregulação dos horários de trabalho e uma dificuldade acrescida de compatibilização entre trabalho, vida familiar e vida social.

É urgente visitar a Estratégia Nacional de Habitação que o atual governo abandonou para podermos beneficiar cerca de meio milhão de portugueses que continuam a viver em condições indignas.

A prioridade à reabilitação do edificado e ao arrendamento a preços controlados exige um plano especial de incentivos fiscais ao investimento e deve assentar na responsabilização alargada da administração central e das autarquias, mas também de senhorios e inquilinos.

UMA ECONOMIA MAIS DINÂMICA E COMPETITIVA

A economia portuguesa tem dado bons sinais de recuperação, mas esconde-se o facto de o seu crescimento ter ficado aquém do ritmo da Zona Euro e muito abaixo dos nossos mais diretos competidores. Quer isto dizer que nos afastamos da média europeia e continuamos numa posição desfavorável no índice de competitividade global.

É decisivo que Portugal retome, desde já, o processo de convergência com a média da Zona Euro, não remetendo para a próxima década um imperativo cada vez mais urgente. Para que tal se verifique o PSD defende como pilares decisivos desse crescimento: as finanças públicas equilibradas, o investimento produtivo, a inovação e as exportações de bens e serviços.

O PSD defende como pilares decisivos desse crescimento: as finanças públicas equilibradas, o investimento, a inovação e as exportações de bens e serviços.

FINANÇAS PÚBLICAS

Desde o início deste século que o aumento do peso das prestações sociais tem dominado a tendência crescente da proporção da despesa pública no PIB, tornando-se a sua principal componente com cerca de 20%.

A dificuldade em reduzir a despesa em outras áreas, tem levado a um aumento da carga fiscal para níveis muito elevados, reduzindo o rendimento disponível das famílias e fragilizando a competitividade da economia portuguesa.

O facto de Portugal ter hoje uma das dívidas públicas (em % do PIB) mais elevadas de entre todos os países desenvolvidos é um fator de incerteza para os investidores internacionais e para o bem-estar dos portugueses.

A incapacidade do Estado em assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, tendo resultado em três pedidos de resgate a instituições internacionais, é mais um sinal das dificuldades do nosso regime democrático.

Torna-se assim essencial garantir que as alterações da despesa pública são sustentáveis no médio e longo prazo.

Por outro lado, prosseguir a quimera de um crescimento assente na despesa pública e no consumo interno não confere dinamismo nem sustentação. Na atual situação das finanças públicas esse tipo de crescimento torna-se a curto e médio prazo um elevadíssimo risco de exposição a choques externos que a experiência da última crise de todo em todo rejeita.

As múltiplas pressões no seio dos partidos apoiantes do atual governo (incluindo o próprio Partido Socialista) para aumentar a despesa pública revelam-se de grande irresponsabilidade querendo fazer crer que a margem das receitas produzidas pelo crescimento económico permite, por razões “políticas e sociais”, aliviar a contenção da despesa.

Perante este cenário, o PSD reafirma a importância da sustentabilidade das contas públicas, ambicionando reduzir a despesa em percentagem do PIB, como meio para a redução da dívida pública e para a redução da carga fiscal que muito penaliza os cidadãos e as empresas. A sustentabilidade das finanças públicas é uma condição necessária para um crescimento económico mais sustentado, maior solidariedade intergeracional e maior resiliência perante os choques externos, que ciclicamente acontecem. Em suma, é uma condição para o bem-estar futuro de todos os portugueses.

CRESCIMENTO, CONVERGÊNCIA E EMPREGO

O crescimento económico é uma condição necessária para a redução do desemprego, das desigualdades e das elevadas taxas de pobreza, bem como para garantir a sustentabilidade do Estado Social. Com uma economia estagnada a igualdade de oportunidades efetiva fica em risco e diminuem as possibilidades de mobilidade social. É necessário recuperar a ambição de convergência para os níveis de rendimento dos países mais ricos da União Europeia.

As mudanças das últimas décadas na tecnologia e na globalização criaram oportunidades que não fomos capazes de aproveitar. Também não soubemos aproveitar as melhores condições de financiamento proporcionadas pela participação na Zona Euro. As políticas económicas continuaram a favorecer os sectores não-transacionáveis, com a concentração excessiva de recursos naqueles sectores.

O aumento do produto potencial da economia portuguesa requer um aumento do peso dos sectores transacionáveis.

O aumento do produto potencial da economia portuguesa requer um aumento do peso dos sectores transacionáveis. Por um lado, estes são os sectores com maior potencial de crescimento da produtividade. Por outro lado, numa sociedade em contração demográfica como a portuguesa, o crescimento do produto tem de assentar na conquista de mercados externos. O maior dinamismo da economia verificado nos últimos anos está associado aos sectores exportadores, com destaque para as empresas da indústria transformadora, o que representa sinais de uma nova trajetória e de uma potencial mudança estrutural. Porém, para que tal aconteça é indispensável que as políticas públicas, através dos incentivos à inovação e à melhoria da competitividade, promovam uma maior concentração dos recursos nos sectores exportadores.

Do mesmo modo é indispensável que essas políticas, através dos diferentes mecanismos de regulação, promovam uma redução das rendas excessivas em mercados protegidos da concorrência internacional – como são os casos dos sectores da energia e das comunicações –, de forma a melhorarem as condições de competitividade das empresas exportadoras e a contribuir para um maior bem-estar dos consumidores.

As rápidas transformações tecnológicas, associadas à Revolução Industrial 4.0, com a digitalização, a inteligência artificial, a robótica e a automação, exigem maior focagem na inovação, melhor adequação das qualificações dos trabalhadores e maior adaptabilidade às sucessivas mudanças nos sistemas produtivos.

A fixação e a capacidade de atração de talento são hoje um fator-chave da competitividade das nações. Para além de fatores como a segurança e a qualidade dos sistemas de educação e de saúde, a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho é também relevante. Portugal tem de melhorar a sua competitividade neste domínio, sendo por isso urgente adaptar o sistema fiscal à maior mobilidade do trabalho e do investimento.

A dificuldade sentida nas últimas décadas em integrar as grandes cadeias de valor globais reflete a falta de competitividade da economia portuguesa e políticas públicas inadequadas ao novo contexto da economia global. Um dos grandes desafios é, por isso, o de conseguir integrar os processos de produção das grandes cadeias de valor nas etapas com maior potencial em termos de criação de valor acrescentado. Neste contexto, ganha relevância o sistema científico e tecnológico cuja qualidade tem vindo a afirmar-se internacionalmente. A geração de conhecimento e a sua valorização e transferência para a economia têm ser uma aposta das políticas públicas.

... é indispensável que essas políticas, através dos diferentes mecanismos de regulação, promovam uma redução das rendas excessivas em mercados protegidos da concorrência internacional.

POLÍTICA AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Uma política ambiental equilibrada não é um constrangimento ao crescimento económico. Pelo contrário, o aproveitamento dos recursos energéticos renováveis cujo potencial está longe de ser concretizado, exige continuidade das políticas de valorização dos recursos endógenos face à dependência externa, especialmente de combustíveis fósseis, sem desprezar o esforço de redução da elevada intensidade energética do consumo. Melhor aproveitamento dos recursos próprios e maior eficiência no consumo dos recursos importados, são vetores de mudança com elevado potencial de crescimento sustentado. Nesse sentido, impõe-se aumentar a eletrificação do consumo energético e descarbonizar a produção de eletricidade.

O enorme potencial que representa a floresta e o sector agroalimentar encontra-se limitado pela incapacidade revelada nas últimas décadas de lidar com as alterações climáticas e com os riscos acrescidos representados pelos incêndios florestais, pelas secas prolongadas e por um desleixo em relação ao valor estratégico da água. Neste último caso o combate ao desperdício é

... o aproveitamento dos recursos energéticos renováveis cujo potencial está longe de ser concretizado, exige continuidade das políticas de valorização dos recursos endógenos face à dependência externa, especialmente de combustíveis fósseis, sem desprezar o esforço de redução da elevada intensidade energética do consumo.

prioritário, nomeadamente pela redução das elevadas perdas nas diferentes redes, bem como pelo aumento dos pequenos sistemas de resame-nto de reduzido impacto ambiental.

Por parte do Estado a incosequência da sua ação é mais reveladora quando não dispomos de um cadastro atualizado do território, em que os mecanismos de controlo preventivo sempre foram sacrificados às ações remediativas, em que o desordenamento florestal é a principal causa

de risco de incêndio. Só a partir do conhecimento aprofundado do território se poderá estruturar uma política de reordenamento que valorize o património ambiental, a biodiversidade e a valorização económica dos recursos naturais.

Se, nos últimos anos, demos passos importantes no turismo urbano e costeiro, teremos de agir com mais determinação no desenvolvimento do turismo ambiental e da natureza para o que dispomos de enormes recursos, em especial nas regiões do interior que carecem de uma aposta mais sustentada por parte do Estado.

UM PARTIDO CAPAZ DE INTERPRETAR A VONTADE DOS PORTUGUESES E DE CONCRETIZAR AS REFORMAS ADIADAS

O PSD tem de refletir muito seriamente sobre o papel que quer desempenhar no futuro da sociedade portuguesa. Se quer reconquistar a confiança dos Portugueses ou se prefere consumir-se em combates internos que não têm correspondência nos problemas dos cidadãos. As políticas concebem-se a partir dos problemas vividos no dia-a-dia das pessoas, não a partir de modelos pré-concebidos onde se tentam encaixar esses supostos problemas. Os modelos são apenas visões simplificadas da realidade e instrumentos orientadores da ação política. Quando um partido deixa de saber ouvir e sentir os anseios das populações e se fecha nas suas próprias conceções e medidas, o risco de cair na ortodoxia e no enquistamento é muito elevado. Quando tal acontece perde legitimidade e implantação, reconhecimento e autoridade para concretizar a sua missão.

Por isso entendemos que o PSD precisa de se reposicionar em função do legado histórico que lhe confere identidade, da sua cultura política e implantação, e da visão e ambição indispensáveis a reganhar a confiança dos Portugueses.

PSD – UM PARTIDO REFORMISTA

A história do PSD sempre foi marcada pela coexistência de diferentes maneiras de pensar os problemas de Portugal e dos Portugueses. Entre diferentes sensibilidades e doutrinas, o PSD construiu, a partir da sua natureza interclassista, a sua principal marca identitária que é a sua cultura reformista.

Não é a primeira vez que o PSD enfrenta uma crise de representação. E nas que identificamos há duas tendências que as alimentam.

O PSD tem de saber ouvir, interpretar e congregar essas diferentes sensibilidades que se manifestam não só entre os seus militantes, mas principalmente entre os seus simpatizantes e todos aqueles que se possam rever nas suas posições.

Em primeiro lugar, o PSD perde a confiança dos Portugueses quando se desvia dos princípios fundamentais da sua matriz ideológica. Cada uma dessas referências, por si só, posiciona-o de forma rígida e confinada no espectro partidário português. Em vez de mobilizar a pluralidade de visões para a construção de soluções para os problemas da sociedade portuguesa, tende a silenciar a divergência, incomoda-se com o debate, torna-se intolerante perante a diferença. Sempre que o PSD privilegia a ortodoxia, aumenta a sua conflitualidade interna e a sua descredibilização externa. O PSD tem de saber ouvir, interpretar e congregar essas diferentes sensibilidades que se manifestam não só entre os seus militantes, mas principalmente entre os seus simpatizantes e todos aqueles que se possam rever nas suas posições.

Em segundo lugar, o PSD precisa de quebrar o progressivo fechamento a que se votou. Por isso tem dificuldade em renovar os seus quadros, em alargar a sua base eleitoral, em consolidar a sua implantação nas comunidades locais e nas respetivas autarquias. Como ficou bem demonstrado nas últimas eleições autárquicas, o PSD revelou uma inusitada dificuldade em recrutar candidatos que pudessem interpretar os problemas, as expectativas e ambições dos Portugueses e, muito em particular do seu eleitorado. Mas com esse fechamento o PSD tem vindo a perder o contributo ativo de muitos quadros que não se revêm na cultura política instalada. Ora, é urgente atrair os que na sociedade se distinguem como

inovadores e empreendedores na diversidade de domínios da sua atividade, das empresas aos serviços públicos, das organizações independentes de cidadãos às instituições de solidariedade social, dos movimentos sociais às organizações sindicais.

Revelar-se-á um grave erro político se essa renovação se fizer em torno de um inexistente conflito de gerações. Nunca na sua história o PSD se afirmou através de ruturas geracionais.

O PSD só se renovará se se abrir à sociedade, se encurtar a distância que o separa do cidadão comum, se se organizar para incluir e não para excluir quem dele se pretende aproximar.

Revelar-se-á um grave erro político se essa renovação se fizer em torno de um inexistente conflito de gerações. Nunca na sua história o PSD se afirmou através de ruturas geracionais. Sempre o conseguiu quando à experiência dos mais velhos soube aliar a capacidade de inovação e o entusiasmo dos mais novos. Inovação e experiência são pilares fundamentais que ligam no presente, o passado e o futuro.

Por isso o PSD precisa de se reencontrar consigo próprio para se reposicionar no lugar que é seu: num centro político alargado que vai do centro-direita ao centro-esquerda, de orientação reformista e com inspiração na social-democracia e no pragmatismo social.

PSD – UM PARTIDO DE BASES

Se quisermos avaliar a dinâmica de implantação do PSD no País basta comparar os resultados obtidos nas últimas eleições autárquicas de 2017 com os apurados em 2005. O número de presidentes, eleitos e votantes para as câmaras municipais expressa uma incontestável tendência descendente. Nos últimos doze anos perdemos poder de representação ao nível que está mais próximo do cidadão eleitor.

Esta tendência só pode ser interpretada como a perda progressiva das suas bases, do ativismo dos seus militantes e dirigentes locais, do esvaziamento das suas sedes enquanto espaço de socialização política e de mobilização. Quebrámos os laços mais fortes que nos uniam aos nossos eleitores, simpatizantes e militantes.

Hoje os partidos políticos portugueses estão cada vez mais fechados sobre si próprios e dependentes dos especialistas em ganhar as guerras internas - mas que não conquistam a confiança dos eleitores – e em explorar a exposição mediática: basta uns tantos debates televisivos, um lugar fixo de comentador ou uns artigos de opinião - seja sobre o que for - para se tornarem “figuras públicas”, logo candidatos potenciais a um lugar político.

Ninguém lhes pergunta pelo seu passado, pela sua profissão e atividade, pelo seu curriculum, pelo seu contributo para o desenvolvimento da sociedade, pelas suas ideias e opções políticas. Basta, tão e só, que sejam “figuras mediáticas”.

A mudança no PSD terá de começar pelas suas bases porque essas fazem parte da cultura e da identidade social-democrata. É a partir das bases que se pode ganhar o País, a confiança dos eleitores e a oportunidade de concretizar um programa ambicioso de reformas e de desenvolvimento para Portugal.

Para isso precisamos de em pouco menos de um ano e meio preparar-nos para a primeira vitória nas eleições europeias de Junho de 2019. Desse sufrágio retiraremos o primeiro sinal para nos tornarmos o partido mais votado nas legislativas de Outubro de 2019 e dois anos depois queremos começar a recuperação da implantação autárquica do PSD.

Até lá temos muito trabalho pela frente que terá de envolver todos os militantes e dirigentes, da base até ao topo, irmanados da vontade de devolvermos o PSD aos Portugueses.

Esperamos da Juventude Social-democrata a irreverência, o dinamismo, a capacidade de inovar na prática e na cultura política através das ideias e da ambição de construir um País de maiores e melhores oportunidades para as novas gerações. Há que reforçar a nossa posição no movimento estudantil, especialmente

A mudança no PSD terá de começar pelas suas bases porque essas fazem parte da cultura e da identidade social-democrata. É a partir das bases que se pode ganhar o País, a confiança dos eleitores e a oportunidade de concretizar um programa ambicioso de reformas e de desenvolvimento para Portugal.

o universitário, ter a capacidade de atrair os jovens talentos nos mais variados domínios da vida social e investir na formação dos quadros que virão a ser os futuros dirigentes do partido. Ao longo da sua história, o PSD sempre soube entender a importância dos jovens e o papel de relevo que eles têm de assumir, e é, por isso, que a JSD continua, como sempre, a ser a maior organização partidária de juventude em Portugal.

Queremos voltar a ter uma voz reconhecida e respeitada no movimento sindical para o que contamos com os Trabalhadores Social-demo-

cratas, da sua experiência e da sua capacidade para construir pontes e compromissos em defesa dos trabalhadores portugueses.

Na ação dos Autarcas Social-democratas depositamos a esperança de por eles passar o desafio de reconstruir um novo PSD a partir de bases renovadas. Para termos uma vitória em 2021 teremos de começar a trabalhar já, definindo uma estratégia de afirmação do poder local como pilar decisivo da ação política e de concretização bem sucedida de uma grande parte das ideias contidas nesta proposta.

Contamos com o contributo das Mulheres Social-democratas, que constituem uma alavanca de mobilização e renovação do PSD.


Um PSD renovado e mobilizado em torno de um mesmo propósito: fazer de Portugal um exemplo de pioneirismo e de ambição na construção de um futuro melhor para todos.

Dezembro de 2017



www.ruirio.pt

 [/ruirio.ehoradeagir](https://www.facebook.com/ruirio.ehoradeagir)

 [/ruiriohoraagir](https://twitter.com/ruiriohoraagir)

 [/ruirio.ehoradeagir](https://www.instagram.com/ruirio.ehoradeagir)

 [youtu.be/r4o0EzVxWsQ](https://www.youtube.com/channel/UCr4o0EzVxWsQ)





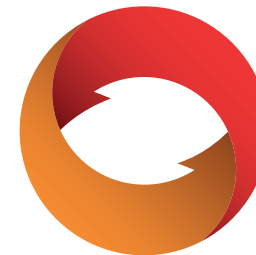
**“Unir o Partido,
Ganhar o País”**

*Moção ao 37º Congresso
Nacional do PPD/PSD*

Dezembro 2017



PPD/PSD



**PEDRO
SANTANA
LOPES**

#UmPSDmaisPPD

Moção ao 37º Congresso Nacional do PPD/PSD

Decidi apresentar a minha candidatura à Liderança do PPD/PSD assumindo dois propósitos essenciais: **Unir o partido, Ganhar o País.**

Acredito que esta candidatura e o meu partido têm condições para lançar um projeto mobilizador para Portugal que leve à construção de uma nova alternativa de poder, através de um PPD/PSD mais popular, mais próximo das pessoas e para as pessoas, com respeito pela sua identidade e matriz ideológicas, mas também mais reformista e, sobretudo, mais forte.

Um projeto que contará com todos, desde militantes, à sociedade civil. Para isso, importa termos:

Um Partido clarificado e unido, com alma e sonho, capaz de **ser** alternativa de Governo, por ter a melhor estratégia para pôr **PORTUGAL** a crescer mais e melhor e a convergir com a EUROPA.

Um Partido capaz de renovar, captar talento e apostar na criação de valor, em parceria com as universidades, colocando o conhecimento ao serviço do País. Quero trazer novas pessoas, incluindo muitos jovens para a política. Quero pessoas da academia e da ciência, empreendedores das novas Tecnologias e empresários das indústrias tradicionais, profissionais do setor privado e funcionários públicos competentes e de excelência e quero operários e agricultores. Também quero novos métodos e novos procedimentos.

Um Partido moderno, aberto e transparente, que aposte nas novas tecnologias quer na sua organização, quer no relacionamento com a sociedade, constituindo-se numa plataforma colaborativa e participativa em que todos contribuem para um **PORTUGAL** melhor.

Comigo o PPD/PSD será um partido permanentemente aberto à sociedade civil. Fui forjado num partido aberto e sou uma pessoa de abertura aos outros. O PPD/PSD não pode ser nunca um espaço fechado. Pelo contrário, tem que voltar a ser o partido capaz de atrair as mulheres e os homens valorosos do nosso País. Quero os melhores e o melhor para o nosso partido.

A velocidade dos acontecimentos, da comunicação, da partilha de informação e dos debates multiplicou-se e não podemos ficar para trás. Há uma nova forma de fazer política e o PPD/PSD tem que se adaptar aos novos tempos.

PORTUGAL precisa de diálogo. Vivemos um tempo em que é fundamental ouvir os portugueses. A política da proximidade às pessoas exige dos líderes a capacidade de as ouvir e de as entender, e depois agir de um modo claro e consistente na satisfação das suas aspirações.

As experiências profissionais que detenho, em diferentes áreas e instâncias deram-me capacidade acrescida para lidar com os vários desafios que se colocam a PORTUGAL, nos planos nacional e internacional. Acredito ser uma vantagem competitiva que pode ser crucial nas políticas de que o País precisa.

Quero um País competitivo que invista no crescimento e no aumento da sua produtividade, através de políticas fiscais atrativas. Quero um País que apoie as suas empresas e indústrias e estimule os setores produtivos clássicos, apoiando-se na inovação como motor transversal da competitividade do nosso País.

Quero um País virado para o Mundo, que ofereça novos produtos e serviços e aumente as suas exportações. Que invista na diversificação das suas fontes de riqueza apostando nos seus recursos naturais, como o mar e a economia da natureza, que fomente a agricultura, as pescas e a floresta e que abrace as novas agendas, como a mobilidade, a economia do conhecimento e a economia do baixo carbono.

Quero um País com um crescimento económico acima dos 3% para criar mais e melhor emprego e promover as políticas sociais adequadas a um País Solidário.

Não quero um País obcecado com o “défice zero”, só pelo lado da despesa. Quero um País com futuro, que substitua “orçamentos de gestão” por “orçamentos com visão”.

Quero um País coeso social e territorialmente, com contas públicas consolidadas e políticas sociais sustentáveis. Um País solidário que cuide das pessoas e assegure as funções básicas do Estado como a Saúde, a Educação, a Solidariedade Social, a Proteção Civil, a Segurança e a Defesa.

A primeira etapa desse caminho será a eleição para a liderança do partido e a conquista da confiança dos militantes.

Depois do próximo dia 13 de Janeiro, terei uma prioridade: unir o partido. Contarei com todos para derrotar as esquerdas e regressarmos ao Governo. Não faço confusões. Sei muito bem quem são os nossos adversários, de que lado estou e em quem voto e em quem não voto. Foi sempre assim no passado e será sempre assim no futuro. Sei que tenho a capacidade de aproximar pessoas e o meu passado no PPD/PSD testemunha o empenho pelo serviço ao partido. Estive disponível para combates eleitorais em muitas circunstâncias difíceis. Todos nós sabemos como os anos de governação entre 2011 e 2015 foram difíceis para o nosso partido. Não foi fácil e os portugueses nem sempre perceberam as nossas decisões e políticas. Mas desempenhámos uma missão patriótica de salvação nacional. Durante esses tempos difíceis, orgulho-me de ter apoiado o governo do nosso partido. Os militantes do PPD/PSD vestem a camisola nos bons e nos maus momentos. A determinação para enfrentar os tempos mais duros unidos, dá-nos a capacidade para construir a unidade de que precisamos depois do dia 13 de Janeiro. Só assim seremos ainda mais fortes!



Lisboa, 28 de Dezembro de 2017

A Moção de Estratégia Global

A presente moção resume em boa parte a visão objetiva e clara que defendemos para o PPD/PSD e para Portugal. Iniciámos esta caminhada de uma forma muito aberta e mostrando soluções aos militantes do PPD/PSD e aos portugueses. No contexto da elaboração da moção lançámos para discussão e partilha o documento “Um Portugal em Ideias”, produzido por uma equipa no seio desta candidatura, para iniciar a construção programática da nossa ação. Foram recolhidos vastíssimos e importantes contributos que, depois de analisados e trabalhados, reunimos nesta proposta de programa que contempla 221 medidas e que agora integram a presente moção. Mais do que retórica quisemos demonstrar que não tememos apresentar medidas concretas, objetivos coordenados e respostas, algumas delas muito precisas, mas necessárias e urgentes.

Quisemos fugir da tradição clássica de apenas apresentar um texto de natureza teórica, alicerçado em visões globais e em princípios e valores que só trariam um sentimento de uma certa distância. Sentimos necessidade de ir mais longe, de apresentar mais ambição e responsabilidade. Necessitamos de abordagens amplas e de vincar princípios globais mas seríamos pouco credíveis se não conseguíssemos mostrar capacidade de construir medidas e apontar caminhos. Mais do que intenções, os portugueses precisam de soluções!

Soluções que atravessarão um longo e amadurecido debate que envolverá não só os militantes e os órgãos do partido como boa parte da sociedade portuguesa. Não evidenciar medidas significaria falta de compromisso, não as propor acentuaria uma aparente incapacidade para a ação ou poderia até significar pouca preparação. Entendemos a realidade dos últimos anos, onde passámos a ter a eleição direta do presidente do partido pelos militantes do PPD/PSD, como algo mais exigente num tempo de maior eficácia na comunicação política.

O atual momento não nos pode abrigar na ideia de que basta um texto cuidado para expressarmos o nosso pensamento seguindo a velha tradição de uma moção. Mais do que cumprir os regulamentos, queremos também por aqui abrir com forte amplitude o nosso discurso a todos, revelando ideias e dando uma perspetiva comparativa, para uma escolha mais segura e mais racional dos nossos militantes. Cientes do trabalho que encetámos enquanto equipa, temos a noção do sinal de exigência que estamos a dar. Mas esse é o nosso caminho. O de Ousar por Portugal!

Aprender com o passado recente

Vivemos tempos fora do comum na política portuguesa. Pela primeira vez, na história da democracia, existe uma frente de esquerda no poder formada no parlamento. O acordo entre as esquerdas segue-se a quatro anos dramáticos e fundamentais na vida política portuguesa. Em 2011, um governo socialista levou o nosso País a uma situação extrema e foi obrigado a pedir um resgate aos nossos parceiros europeus e ao Fundo Monetário Internacional. Como resultado o governo socialista negociou e aceitou um programa de austeridade.

Coube a uma coligação liderada pelo nosso partido executar esse programa, restituindo ao nosso País a independência financeira, o crescimento económico e o respeito externo. Devemos ter orgulho no nosso trabalho e na nossa herança. Mas o trabalho de recuperar o País não terminou em 2015. Portugal estava salvo da crise de 2011 mas faltava tornar-se sustentável e resistente para enfrentar futuras crises e para proporcionar aos portugueses um crescimento económico duradouro.

Os anos de 2011 a 2014 obrigaram à governação num período de exceção, tendo em conta a dureza das políticas que permitiram a recuperação através de medidas com implicações sociais muito relevantes. Mas subjacente à austeridade, e muito menos notado, começou a desenvolver-se um novo paradigma económico, o paradigma de 2011-2015.

Muitas empresas conseguiram resistir e sobreviver à crise e à austeridade. Transformaram-se e diversificaram-se. Reposicionaram o seu modelo de negócio, os seus produtos e os seus mercados. Criaram novas estratégias de negócios e de crescimento.

Foram essas empresas, os seus acionistas e os seus trabalhadores, os grandes agentes da mudança de paradigma económico. Um paradigma que nos demonstra que existe em Portugal um tecido empresarial capaz de passar as piores tormentas e de se afirmar robusto e apto a concorrer com os melhores. A estas empresas devemos grande parte do sucesso de saída da crise, do cumprimento das regras do défice, do saneamento das finanças públicas, do aumento do emprego, das exportações e da diminuição do défice da balança comercial. À frente destas empresas de sucesso e de produção de riqueza não estava o Estado. Estavam, e estão, pessoas com enorme capacidade de iniciativa, apoiadas em trabalhadores de grande profissionalismo, de resistência e, acima de tudo, de ambição.

Como se tornou claro dois anos depois da formação da frente de esquerda, Portugal perdeu o rumo e não tem uma estratégia reformista. Temos uma frente de esquerda incapaz de reformar Portugal para os grandes desafios do futuro. A frente de esquerda desenvolve um Estado que se alimenta da riqueza criada por outros, que constrói teias burocráticas para justificar a sua própria existência. Regressou a ameaça de um Estado que pretende ser o dono e senhor do País, detentor do essencial da actividade económica e ao mesmo tempo agente operador e regulador.

O Estado continua a funcionar numa lógica de detentor quando apenas deve posicionar-se como regulador. O Estado não é um bom empresário como a nossa história económica das últimas quatro décadas tem demonstrado.

Pelo seu passado e pela sua natureza, o PPD/PSD é o partido melhor preparado para liderar uma alternativa reformista à frente de esquerda reacionária e situacionista.

A nossa democracia precisa de reformas. As novas realidades bem o demonstram e exigem de todos e cada um de nós uma atenção especial

na defesa do sistema democrático. Em Portugal, foi a democracia que permitiu e que permite melhor garantir o bem estar, o desenvolvimento e a qualidade de vida das populações. A democracia exige uma atenção e um cuidado permanentes, mas não necessitamos de ruturas sistémicas que visem o fim do regime. A melhoria da qualidade da nossa democracia será uma prioridade para o PPD/PSD.

Portugal não pode ser um país com crises económicas e financeiras cíclicas e recorrentes e com crescimento económico fraco. A nossa prioridade será introduzir as reformas necessárias a um crescimento económico robusto e duradouro. Cumpre-nos entregar aos nossos filhos e netos, um País muito melhor do que aquele que recebemos dos nossos pais e avós. A iniciativa privada tem que ser assumida como um fator determinante para o crescimento económico. O PPD/PSD deve apoiar os nossos empreendedores e, sobretudo, libertá-los de um Estado que os atrofia nas suas iniciativas e os limita nas concretizações.

Nesse País que ambicionamos, o crescimento económico deve ser assumido como um desígnio nacional. O apoio à iniciativa privada deve ser o principal indutor de um desenvolvimento sustentado, através de uma política fiscal atrativa que fixe e faça crescer empresas, multiplicando o tecido produtivo gerador de riqueza e criador de mais e melhor emprego. Só crescendo acima dos 3% será possível convergir com a média europeia.

Queremos um Estado moderno, eficaz, que resolva os problemas das pessoas e que exista para as pessoas. Um Estado parceiro de todos os cidadãos, na simplificação do acesso aos serviços e utilidades que presta e no estabelecimento de relações de transparência e de confiança. Com uma carga fiscal tão grande devíamos ter cada vez mais um Estado melhor, um Estado exemplar. Ao contrário, temos um Estado cada vez mais a falhar! E, para isso, também é preciso afastar o “Estado Abusador” substituindo-o por um “Estado Respeitador”.

Há que libertar a sociedade do peso invasivo do Estado, apoiar empresários e empresas e envolver os trabalhadores na vida das empresas, associando-os aos seus resultados através de estímulos salariais para obter mais e melhor produtividade.

A justiça social não está garantida. Bem pelo contrário. As diferenças aprofundam-se na condição social, na distribuição de riqueza, no acesso aos cuidados de saúde, na educação, no acesso à cultura e mesmo a bens de primeira necessidade, facto que a todos nos devia mobilizar de forma a construirmos um País mais coeso e mais solidário. Mais uma vez, pela sua história, pela sua contribuição para o reforço da justiça social no nosso País, o PPD/PSD é o que está melhor posicionado para encontrar as respostas certas aos desafios sociais que Portugal enfrenta. Para nós, o crescimento económico e a justiça social são complementares. Sem a criação de riqueza, não é possível distribuí-la, a não ser através de um endividamento crescente.

Os desequilíbrios no território e a falta de coesão territorial são entraves gravíssimos ao desenvolvimento sustentável do País e são o resultado das sucessivas políticas erradas do Estado que conduziram à desertificação do interior, cada vez mais desprotegido e mais enfraquecido social e economicamente. Portugal é um só País que deve ser tratado como um todo equilibrado, promovendo políticas de incentivo e dinamização dos territórios com menor densidade populacional.

Criar uma Alternativa para Portugal

O PPD/PSD deverá liderar a construção de uma Alternativa para uma Aliança dos setores reformistas por Portugal. Uma alternativa consistente e coerente em contraponto à atual frente de esquerda. O PPD/PSD apresentará sempre, em cada ato eleitoral, o seu projeto político, pelo que, idealmente, concorrerá sozinho às próximas eleições legislativas.

Se a frente de esquerda se dissolver, dadas as fraturas estruturais que a dividem, o PS não contará com o apoio do PPD/PSD para concluir a legislatura ou para a constituição de um bloco central, nem antes, nem depois das eleições legislativas. Aceitamos e defendemos pactos de regime sobre matérias estruturantes dos nossos sistemas político, económico e social. Mas esses pactos só poderão ocorrer durante a próxima legislatura por considerarmos que nesta, estando próxima do fim. Não será adequado estar a negociar pactos de regime enquanto se constrói a alternativa de governo.

Queremos promover um debate amplo, sem dogmas e aberto a contribuições de fora do partido sobre a reforma do sistema político. É fundamental combater o crescente afastamento entre os partidos políticos e os cidadãos, o que se manifesta, por exemplo, no aumento consistente da abstenção. O PPD/PSD deve liderar o esforço para reforçar a qualidade da nossa democracia, aumentando a participação dos cidadãos na vida política. Temos defendido há muito tempo uma reforma do sistema eleitoral. A partir da próxima legislatura, o PPD/PSD deve conduzir um grande debate nacional sobre a introdução de círculos uninominais conjugados com um círculo nacional ou círculos regionais proporcionais.

Os deputados eleitos nas listas do PPD/PSD serão originários ou residentes habituais no respetivo círculo.

Além das eleições legislativas, o ano de 2019 será marcado por outros dois atos eleitorais importantes. Na eleição regional da Madeira, o PPD/PSD terá um único objetivo: uma vitória clara com uma maioria absoluta para governar a Madeira. A nossa liderança tudo fará para ajudar os sociais democratas madeirenses a alcançarem uma grande vitória eleitoral em 2019.

No plano interno, o calendário político nacional prevê duas eleições no mesmo ano e com menos de seis meses de distância. As eleições europeias serão em maio de 2019 e as legislativas em outubro de 2019. Haverá uma dinâmica política comum às duas eleições. A vitória nas legislativas terá que receber um impulso especial durante as eleições europeias. Nesse sentido, será fundamental apresentar uma lista forte. Uma lista que comece a mobilizar os portugueses para as propostas do PPD/PSD.

Por outro lado, no plano europeu, serão as primeiras eleições europeias pós-Brexit e muito possivelmente num contexto de reformas da zona do Euro. O posicionamento do nosso País numa União Europeia sem o Reino Unido e com uma zona Euro aprofundada exige uma grande discussão em Portugal. O PPD/PSD, o partido mais europeu do nosso País, deverá liderar esta discussão e apresentar propostas para manter Portugal no primeiro pelotão europeu.

Defendemos, naturalmente, o respeito pelos laços de Portugal com os Estados irmãos da CPLP e com os nossos aliados da NATO.

Todo o grupo parlamentar do PPD/PSD tem desenvolvido um trabalho notável durante estes últimos dois anos. Tem sido heróico contra a frente de esquerda e contra um governo sem legitimação eleitoral, depois do partido ter ganho as eleições em 2015. Contamos com o grupo parlamentar para desempenhar um papel central na oposição ao governo durante os próximos dois anos.

Temos a honra e o profundo orgulho de ver na Presidência da República alguém com a dimensão humana e a capacidade política de Marcelo Rebelo de Sousa. É por isso que nas próximas eleições presidenciais reafirmaremos o nosso apoio a um Presidente no qual os portugueses se reveem, respeitam e ao mesmo tempo encontram uma proximidade e um equilíbrio que os ajuda a acreditar de novo na política, nos políticos e, sobretudo, nas capacidades dos portugueses.

Um PSD mais PPD **Um partido popular, moderno e reformista**

O PPD/PSD é na sua militância e capacidade de atração das pessoas um partido de base popular e interclassista. É um partido do litoral e do interior. Atravessa Portugal na sua multiplicidade cultural e na sua unidade histórica. É na sua carta fundadora um partido reformista que entende a dinâmica da sociedade portuguesa.

Com base nos seus princípios e valores, o PPD/PSD promove a adaptação da sociedade e da economia às novas exigências, implementando as reformas aptas a responder-lhes. O PPD/PSD nasceu com uma matriz humanista e popular, defensor da liberdade individual e do primado do direito, elevando a liberdade da pessoa e não a esmagando em benefício de coletivismos utópicos. É um partido social, na preocupação com os mais fracos e mais desprotegidos.

O PPD/PSD orgulha-se da sua história, orgulha-se dos governos que já liderou ou em que participou, orgulha-se da oposição que já fez, orgulha-se da sua JSD, orgulha-se dos seus TSD, orgulha-se dos seus autarcas Social Democratas. Esta diversidade é a nossa riqueza. Somos um partido que nasceu para ganhar, não nasceu para ser segundo de ninguém.

Assumimos com orgulho os nossos princípios e valores, não deixando de combater aquilo que hoje em dia muitos pretendem consagrar, uma ditadura nos temas morais e éticos com origem nos setores mais à esquerda do sistema político português. Não cederemos nas questões essenciais, que respeitam ao ser humano, à sua formação à sua maturação, à sua dignidade.

O PPD/PSD afirma o primado da iniciativa privada porque encontra no indivíduo o centro do empreendedorismo e no Estado o papel de regulador. Afirma a perspetiva social porque atribui ao Estado a sua mais nobre função de promotor da justiça e equidade social.

Afirma-se democrático, porque ainda em plena ditadura os seus pais fundadores lutavam por uma transformação do regime no sentido da sua modernização democrática e social. É por isso que o PPD/PSD votou a Constituição de 1976 como foi igualmente a principal força impulsionadora da sua revisão, em especial a de 1982, com a extinção do Conselho da Revolução, uma marca da pretensão de hegemonia comunista e atrofamento do processo de implantação da democracia e a consolidação de um verdadeiro Estado de Direito. O que hoje surge como adquirido, foi conquistado. Com sangue, suor e lágrimas. E sobretudo com muita convicção nos princípios e nos valores. São esses que ainda e sempre nos vão reger. É por eles que cada vez mais se justifica lutar.

O PPD/PSD é assim um partido único na sociedade portuguesa no sentido em que doutrinariamente se define muito mais pela sua história e experiência do que por uma definição e por um posicionamento ideológico estabelecidos a priori. Olhando para a sua história, o PPD/ PSD esteve sempre na vanguarda da luta por um Portugal democrático, pluralista e livre, quer contra o Estado Novo - através do trabalho de muitos dos seus fundadores - como contra a ameaça totalitária comunista em 1974 e em 1975. O PPD/PSD também se tem destacado na liderança do desenvolvimento económico, na introdução de reformas económicas e sociais e na abertura à sociedade civil. Como se dizia no início da nossa história, somos o partido que luta por atrair as mulheres e os homens capazes da nossa sociedade. Temos que voltar a ser, mais do que nunca, o partido das pessoas que se distinguem nas mais variadas áreas profissionais.

Assim, a democracia pluralista, a liberdade individual, o primado do direito, a capacidade reformista, a igualdade de oportunidades, a justiça social e a abertura à sociedade civil são as marcas que distinguem o PPD/PSD. Mais do que um posicionamento ideológico restrito e castrador, são estas marcas que definem os genes do partido.

Somos o que somos! De nada interessa face à nossa riqueza e matriz ideológicas, rótulos de centro esquerda ou de centro direita. Somos o PPD/PSD e ninguém tem dúvida do que isso significa ou corporiza.

Queremos um partido adequado ao tempo em que vivemos. Um partido em que a investigação, a inovação e o conhecimento produzam soluções inovadoras e de progresso para o País.

Comigo na liderança, o Instituto Francisco Sá Carneiro ocupará um papel central na vida do PPD/PSD. O Instituto deve empenhar-se na abertura do partido à sociedade civil e nos debates sobre as reformas e as políticas públicas que o Portugal do século XXI necessita, apostando na formação de quadros políticos, incluindo de não-militantes, e sobretudo dos jovens. Deve ainda organizar ciclos de conferências, seminários, abertos à sociedade civil, para promover a discussão de políticas públicas e a produção de novas ideias para Portugal. Temos de trabalhar para nos tornarmos um País de topo.

Na organização e atividade do partido, será praticada a discriminação positiva a favor das parcelas de território com mais baixa densidade. Nas listas dos órgãos do partido deve ser assegurado o equilíbrio dos géneros. Dia 19 de março próximo será nomeada a comissão coordenadora para as próximas eleições autárquicas para, com tempo, prepararmos a tarefa de voltarmos a ser o maior partido do poder local.

Componente essencial do PPD/PSD é a da militância dos Portugueses que vivem noutras partes do mundo e com quem a ligação deve ser mantida e aprofundada, reforçando, de modo significativo, o número de filiados.

Ambições para o País

Nos últimos 15 anos, Portugal não convergiu com a média dos Países da UE, divergiu ligeiramente, enquanto Países mais pobres do leste europeu têm estado a crescer continuamente, convergindo com a média da UE. Portugal, em termos comparativos, fica mais afastado de um processo de convergência, apesar de este ser o objetivo da política de coesão através de ajudas comunitárias ao desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas.

Desde há trinta anos que Portugal recebe da UE, uma média de 9 milhões de euros de por dia. Não tem ajudado a baixa produtividade do trabalho, as debilidades no governo das instituições públicas e das entidades privadas, a insuficiente qualificação da força laboral, o desperdício de recursos, o fraco ordenamento do território e uma visão centralista do País, sem comparação na maioria dos Estados desenvolvidos da UE. Em consequência assistimos à degradação e diminuição da qualidade do Estado, das suas políticas sociais e ao intenso despovoamento e empobrecimento do interior do País.

Apostar em três grandes eixos para transformar Portugal

Eixo temático 1.

Inovação, crescimento e competitividade

Eixo temático 2.

Um Estado Melhor: investir bem nas políticas sociais

Eixo temático 3.

Governar Melhor: Um País (mais) Inteligente

Eixo temático 1.

Inovação, crescimento e competitividade

Portugal continua a crescer devagar, mantém-se demasiado dependente de fatores externos e sujeito a inúmeros riscos, como o aumento dos juros ou do preço do petróleo. O baixo crescimento continuado está ligado ao excessivo endividamento da economia que impõe um elevado custo de capital e um peso excessivo do Estado. O défice orçamental diminuiu, mas a eficiência da máquina estatal não melhora e o desagravamento fiscal não acontece.

A uma fase muito dura da nossa vida coletiva sobre rigor orçamental, deve seguir-se uma fase de promoção e de apelo ao crescimento.

É urgente crescer acima da média europeia, ultrapassando os 3%, única via para convergirmos com a Europa, através do aumento da produtividade, do investimento e das exportações. Produzir mais e melhor e captar investimento são verdadeiros desígnios nacionais.

Verifiquem os PIB de Países da União Europeia e olhem para as respetivas populações. Espanha tem uma população cerca de quatro vezes mais do que a nossa e tem um PIB cerca de oito vezes superior. A Irlanda tem metade da nossa população. Era um país da coesão e hoje em dia, a este ritmo, caminha para duplicar o nosso produto interno bruto, para não falar do PIB per capita. A Suécia, que tem mais ou menos a nossa população – 9,5 milhões de pessoas – tem um PIB muito superior ao nosso. Porque é que esses Países têm uma criação de riqueza e volume superior à nossa? Serão melhores do que nós? Serão mais capazes do que nós? Já passaram anos e anos desde que aderimos à Comunidade Europeia. Temos de assumir que somos capazes de optar por políticas que estimulem o crescimento económico e que assegurem que o mesmo é constante e não meramente conjuntural.

O que está mal na comparação dos PIB de outros Países da União Europeia com o nosso, não são os portugueses – que muitas vezes são melhores e trabalham mais horas do que os outros – é o modelo de crescimento, são as políticas públicas e são algumas elites políticas e económicas que ao longo de anos, como hoje em dia se vê, não colocaram os interesses de Portugal e dos portugueses acima dos seus próprios interesses.

A consolidação orçamental é, sem dúvida nenhuma, necessária, mas Portugal não se pode fechar numa resignação injustificada. Entre 2011 e 2014, Portugal viveu uma situação de emergência financeira necessitando de empréstimo externo para evitar a bancarrota. Coube ao nosso partido equilibrar as contas públicas, salvar o País e recuperar o crescimento económico. Esta situação não poderá ser repetida no futuro.

Num plano mais alargado, o País tem acumulado dívida pública e tem aumentado a despesa pública de um modo consistente desde o início do século. É este problema estrutural que deve ser combatido de uma forma duradoura e sistemática. Não se podem corrigir desequilíbrios estruturais de décadas em poucos anos, sob pena de continuarem políticas de austeridade dissimuladas que afetam gravemente o investimento público. É o crescimento económico sustentado que levará a uma descida gradual e consistente do défice e da dívida e tornará as contas públicas equilibradas. É este o compromisso do PPD/PSD.

O aumento e a melhoria da produtividade do País devem ser o motor do nosso crescimento económico e do aumento da sua competitividade. Reduzir a questão da falta de produtividade aos baixos salários e à remuneração do trabalho é não querer discutir de forma integrada o desafio que temos pela frente. Se assim fosse, com os baixos salários que

são auferidos, já seríamos um país competitivo. Não somos, porque a maior parte das outras variáveis que contribuem para a produtividade não têm tido a atenção devida. Falamos do financiamento a pequenas e médias empresas, da estabilidade macroeconómica e fiscal, do ensino superior e formação profissional, da modernização e incorporação de tecnologia nas nossas empresas e da concorrência.

Para agravar a situação, o Estado, designadamente na justiça e nos serviços de licenciamento, não acompanha a velocidade que o País e os portugueses tentam imprimir. Mais, fazendo reformas e introduzindo as políticas públicas adequadas, o nosso mercado de trabalho terá capacidade para aumentar os salários.

É através das empresas e dos seus trabalhadores, que a economia pode acabar com o período de crescimento incerto em que nos encontramos há décadas. Sabemos que Portugal, apesar da dinâmica positiva das exportações e de uma afirmação do seu turismo, continua a registar uma erosão da competitividade no panorama mundial. Portugal necessita de quebrar esta lógica e afirmar-se como um País produtivo e competitivo em que aquilo que é produzido e criado merece a preferência e a confiança dos mercados nacionais e internacionais, aumentando a sua riqueza através das exportações e da internacionalização das suas empresas e das suas indústrias.

Para que tal aconteça é imperioso alterar o posicionamento do Estado com todos os agentes económicos, principalmente com as empresas porque são quem cria riqueza e que, portanto, devem ser apoiadas para se tornarem mais competitivas e mais rentáveis. Só assim teremos mais crescimento, mais emprego e maior receita fiscal.

A asfixia fiscal do País, que sustenta uma enorme despesa pública, deve dar lugar a uma fiscalidade equilibrada para incentivar e premiar quem investe e quem quer produzir. Temos de ser capazes de ter uma política fiscal atrativa que fomente o investimento privado e favoreça a captação de talento, quer dos nossos que estão fora, quer mesmo de estrangeiros que consigamos atrair para o nosso País.

Acreditamos ainda numa maior transparência e cidadania fiscal, em estratégias de maior eficácia na cobrança e na redução dos desperdícios de recursos públicos e privados, tal como no redesenhar de um novo modelo para um sistema bancário mais forte e modernizado.

O PPD/PSD deve olhar para a dimensão da criação de riqueza, para o aumento do PIB, como uma grande meta nacional visando a convergência com a União Europeia e nesta visão estratégica não se pode descuidar a relevância dos financiamentos comunitários seja por via dos programas operacionais temáticos, dos regionais ou até dos mecanismos de escala europeia como o Horizonte 2020 e o plano Juncker, cruciais, por exemplo, para responder à criação de um forte e consistente ecossistema de inovação.

Somos um País inovador. Porventura esse é já um dos nossos maiores contributos para a competitividade nacional. Temos que o conseguir direcionar, aliando a inovação a processos de organização e gestão que os líderes das nossas empresas e das nossas indústrias têm que interiorizar e assumir cada vez mais.

Portugal deve assumir a investigação e a inovação como motores de desenvolvimento da economia aplicando os resultados obtidos em todos as suas áreas de atuação desde a económica à social, exponenciando a sua produtividade. Quando se discutem as funções vitais do Estado, falamos inevitavelmente de política externa, de segurança interna, de defesa, saúde, segurança social, educação. Temos de incluir nesse elenco cimeiro a Ciência, a Inovação e a Investigação.

Na verdade, a inovação é a base essencial da competitividade, assim como as atividades de base tecnológica, que tornam imperativo olhar para a transferência do saber e do capital humano especializado como um desafio de ecossistema, ao invés de um processo sucessivo unidirecional.

As várias medidas e princípios em que desdobrámos o nosso documento “Um Portugal em Ideias”, chamam a atenção para esta vertente. Mais do que insistir no discurso das últimas duas décadas que defendia um fomento da ideia de progresso assente no conhecimento e na ciência, torna-se fundamental perceber que já alcançámos comunidades científicas relevantes com capacidades produtivas e até com dimensão ou potencial internacional.

No entanto, o impacto deste progresso na economia e na criação de emprego não é tão evidente por não termos um tecido industrial com capacidade para o desenvolvimento das componentes de I&D. Dito de outro modo, não temos indústria “suficiente” e com escala para atrair os nossos investigadores. Há que estimular mais ofertas profissionais, o que envolve políticas fiscais e de empregabilidade, bem como a nossa capacidade de atrair grandes indústrias para o País.

A sociedade enfrenta hoje um conjunto de desafios que podem e devem ser abordados através de uma investigação consequente e focada. É importante transformar o paradigma de ciência do Estado, pequeno e paternalista, num novo conceito em que o Estado surge como promotor, dinamizador e investidor. Não descurando a investigação fundamental, é crucial desenvolver estratégias de especialização inteligente das nossas regiões (NUT'sII) e definir diretrizes de investigação estratégica em áreas chave para a sociedade nacional como o Território (gestão das florestas, dos recursos de água e sustentabilidade), a Energia (tecnologia de energias renováveis, etc.), o Mar (recursos, hidráulica, biotecnologia) as Alterações Climáticas (ambiente, impacto, prevenção), a Agricultura (inovação, logística e sustentabilidade), a Saúde (envelhecimento, doenças neuro degenerativas, doenças infecciosas “tropicais”, resistência a antibióticos) ou a Economia Social.


É fundamental aproveitar a força de conhecimento que existe, sobretudo, nas universidades e nas grandes empresas para a modernização do

tecido empresarial português. Temos, felizmente, um número crescente de investigadores e cientistas cada vez mais reputados e reconhecidos internacionalmente. Esta força de conhecimento e saber, ainda muito desaproveitada, pode ter um papel incontornável para ajudar o nosso país a modernizar-se e a incorporar mais tecnologia e ciência nas nossas empresas, produtos e serviços.

Queremos um País ainda mais inteligente. Portugal tem hoje um dos mais baixos indicadores de patentes registadas na Europa e no mundo. Muitas vezes, a ideia original, a genialidade da sua criação e desenvolvimento, não só não são devidamente protegidos, como por falta de incentivos e de apoio, acabam por ser interrompidos no complexo processo burocrático. Perde o País, perdem as suas empresas.

Para além disso, é necessário aumentar o investimento em áreas que não são devidamente exploradas, ligadas ao ambiente e aos oceanos. Já perdemos a conta aos inúmeros relatórios, anúncios sobre as oportunidades do mar e a da chamada economia circular que permite que se usem recursos naturais no respeito integral da nossa região e do nosso planeta. Para um país que tem quase mais vinte vezes mar do que terra, um dos grandes desígnios do Estado será o de criar as condições para finalmente desenvolver a economia do mar.

O aumento da competitividade do nosso País passa também por abraçar as novas agendas: a mobilidade, a economia do conhecimento, a economia da natureza e a economia do baixo carbono que deverão ser mais potenciadas enquanto motores do crescimento económico. O desenvolvimento sustentável dos recursos é também uma nova visão do modelo de sociedade para o aumento da riqueza nacional. Os impactos gerados serão tão transversais que vão desde a regeneração de regiões do interior à criação de novas gerações de empreendedores ou de classes criativas, portadoras de conhecimento de base científica, tecnológica ou de natureza endógena ou identitária.



Por outro lado, deverá ser impulsionado o crescimento e a inovação dos vários setores produtivos como a Agricultura, a Indústria ou o Turismo. Portugal é uma marca muito valiosa e acaba de ganhar o prémio de melhor destino turístico do mundo. O que fazer para potenciar esse estatuto?

Apesar do crescimento nos últimos anos, estamos na UE em 21º lugar em percentagem de estrangeiros, segundo dados publicados (Pordata); a percentagem de turistas versus a população residente é na UE de 49% e em Portugal de 29%. O potencial de crescimento é ainda evidente, mas é fundamental ter infra-estruturas aeroportuárias à altura e oferta de recursos humanos qualificados.

Também a cultura deve ser vista como um recurso nacional criador de riqueza. Os setores tradicionais são beneficiários claros desta visão que faz das nossas riquezas naturais, do património construído, da Língua Portuguesa, da economia criativa ou da criação cultural, a manifestação do talento de um povo que se afirma cada vez mais no mundo, gerando empregos e contribuindo para o crescimento económico. Organizar um ambicioso e inovador plano de promoção e desenvolvimento dos recursos culturais e pensar um novo modelo de financiamento são tarefas que marcam a nossa visão. Na sua ligação à educação, à ciência, ao turismo, ao desenvolvimento e coesão do território e ao empreendedorismo, a cultura é um elemento essencial e deve ser promovida no âmbito de um modelo de desenvolvimento plural que afirme a nossa presença como comunidade no sistema internacional.

Eixo temático 2.

Um Estado Melhor: investir bem nas políticas sociais

A qualidade das apostas sociais de um Governo estimula a perceção de um Estado com mais prestígio e mais reconhecido por todos. Não discutimos o Estado pelo tamanho, mas pela sua qualidade e eficácia. Quanto maior for a qualidade do cumprimento das funções do Estado como a Saúde, a Educação e a Proteção Social, melhor será a qualidade de vida dos portugueses.

Essa qualidade tem de ser marca distintiva do nosso caminho. Na assunção de um Estado Solidário que vai para lá de um Estado Social. Na defesa intransigente da equidade e justiça sociais. Nas medidas que fomentem e privilegiem a mobilidade social, no garante de que cada português dispõe das ferramentas necessárias à construção do caminho por si escolhido.

Concebemos um Estado Solidário na garantia do combate às desigualdades, de correção dos desequilíbrios e de promoção de um desenvolvimento social. São premissas dessa concretização, na sua vertente de Solidariedade e Segurança Social: um Estado que só é verdadeira e solidamente Solidário sendo Sustentável; um Estado Solidário porque o seu Sistema Público de Segurança Social é eficiente, eficaz e responsável nos serviços que presta aos portugueses; um Estado Solidário porque reconhece, maximiza e incentiva o trabalho em rede e as parcerias com aqueles que mais e melhor fazem pelas pessoas; um Estado Solidário porque trata os seus recursos com seriedade, combatendo o desperdício e a falta de rigor que resultarão, irremediavelmente, em injustiça social. Estado Solidário, principalmente, porque distingue os que podem suportar os custos da sua prestação daqueles que nada ou pouco têm.

Para a concretização deste Estado Solidário é essencial encontrar formas de financiamento que deem resposta à procura crescente de cuidados e apoios sociais e que assegurem o envolvimento de todos os atores e entidades que compõem o terceiro setor e dinamizam a economia social.

A pressão demográfica, com a longevidade em alta e a natalidade reduzida, exige uma capacidade de intervenção gigante que impõe o esforço coletivo do Estado com as todas as entidades que compõem a economia social, desde a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Misericórdias do País, IPSS, Cooperativas e outras organizações, governamentais ou de voluntariado, que de forma sustentável, articulada e eficaz garanta as respostas sociais adequadas por todo o País.

A saúde constitui uma das principais preocupações dos Portugueses e na qual persistem grandes desigualdades entre os cidadãos no acesso aos cuidados de saúde, impostas por barreiras económicas ou geográficas. O SNS enfrenta hoje inegáveis desafios desde o seu financiamento aos decorrentes da evolução tecnológica, da inovação terapêutica e das determinantes demográficas, que o colocam sob permanente e crescente pressão.

Entre 2011 e 2015, os Governos liderados pelo PPD/PSD fizeram um assinalável esforço de reduzir substancialmente a dívida sem afetar os níveis de prestação de cuidados de saúde às populações.

Com a atual maioria de esquerda, a dívida do SNS voltou a subir, ultrapassando já os dois mil milhões de euros, ao mesmo tempo que se verifica um acentuado corte no investimento público no setor. Em resultado disso, o acesso das pessoas aos cuidados de saúde está a degradar-se, como o demonstra a deterioração do tempo médio de espera para a realização de consultas nos hospitais e o crescimento das listas de espera para cirurgias. Igualmente os indicadores de saúde estão a piorar, como sucede com a taxa de mortalidade infantil, que voltou a aumentar em 2016, ou como sucede nos indicadores de consumo de ansiolíticos ou tranquilizantes mais prescritos no SNS.

A Educação é um dos pilares de uma sociedade democrática e a base sustentável para atingir os objetivos estratégicos que propomos para Portugal. Só através do aumento da escolaridade e da formação dos portugueses será possível atingir os níveis de inovação e crescimento que preconizamos. É, por isso, fundamental, valorizar os atores do sistema, perceber que os alunos estão no centro e que os métodos pedagógicos de ensino-aprendizagem e os seus resultados devem estar enquadrados em ambientes de forte estabilidade, autonomia e motivação de toda a comunidade educativa, pais, docentes e não docentes e, claro, alunos.

Maior proximidade às comunidades locais e mais autonomia das escolas deverão dominar a nossa agenda para a Educação, tal como o desafio da evolução tecnológica e das mudanças no mercado de trabalho que exigem políticas públicas educativas inovadoras. Isso não implica recusar abertura e liberdade de escolha nos modelos de escola pública ou privada.

É crucial promover novos modelos de ensino-aprendizagem que promovam o conhecimento e as competências chave para este século XXI. A promoção do trabalho colaborativo entre escolas e entre professores, a partilha de boas práticas que promovam a criatividade dos alunos e projetos que valorizem o papel dos professores serão determinantes nesta evolução para um sistema de ensino moderno e estimulante para toda a comunidade escolar.

Vários estudos têm demonstrado a necessidade de adaptação dos sistemas de ensino, porque “o mundo está a mudar” e a Educação tem o dever de formar, bem, os cidadãos do futuro muito próximo.

Estima-se que a maioria dos alunos que estão agora no início do seu percurso escolar vão trabalhar em empregos que hoje ainda nem sequer existem. Este é o grande desafio!

Esta visão estratégica é moldada pela evolução assinalável a que assistimos no Portugal democrático, em que a taxa real de escolarização subiu de 40% para 75%, entre 1975 e 2015, com mais jovens a concluírem o ensino secundário e mais jovens a entrar no ensino superior.

Apesar disso, Portugal está ainda longe da média europeia em termos de formação da população, em termos de retenções e abandono escolar, com 14 % dos alunos a abandonar precocemente a escola e a formação no nosso País. Não nos podemos esquecer que ainda hoje 53% da população portuguesa não completou o ensino superior. E temos ainda o desânimo e a frustração daqueles que não conseguem trabalho nas áreas dos seus estudos, sendo obrigados a optar por profissões não condizentes com as suas capacidades ou qualificações. Isto significa que há muito a fazer pela educação e por um modelo de escola que consiga responder aos desafios do mundo aberto em que nos encontramos.

Queremos um sistema de ensino superior que articule e equilibre aptidões individuais com necessidades coletivas, que crie mais empregos científicos e promova a investigação aplicada e o conhecimento como motor estratégico do processo de desenvolvimento, enquadrando-o nas necessidades e oportunidades que configuram a realidade do País que temos e daquele que queremos construir.

Defendemos a proximidade da educação às empresas e aos setores produtivos, indexando o conhecimento à produção e à criação de riqueza.

Entrando noutra tema, o do envelhecimento do País, que reclama uma intervenção estratégica e integrada urgente. A relativa indiferença sobre esta questão tem gerado uma letargia nos decisores políticos que teimam em não o colocar no topo das prioridades das políticas públicas. Portugal, mercê de um avanço extraordinário nas condições de vida e nos serviços de saúde, nos últimos 50 anos, a par da evolução da ciência médica, é hoje um dos Países com maior esperança média de vida do mundo, com uma idade de referência que já ultrapassa os 80 anos.

Mas do outro lado da moeda, temos um País com dificuldades em assegurar a renovação das gerações. O nosso número de crianças nascidas por cada mulher portuguesa é de cerca de 1,3 crianças, o que é muito baixo. São muitas as razões que explicam este problema para o qual terão que ser tomadas medidas.

Sentimos que milhares de portugueses estão descrentes no futuro e temem não conseguir dar aos seus filhos uma vida digna, segura e confortável. O País não pode continuar a ignorar um problema que irá fazer regredir a nossa população em centenas de milhares de pessoas nas próximas décadas. Um País é a sua história, mas é sobretudo o seu futuro e sua capacidade de realização conjunta.

Temos por isso que desenvolver a esperança apoiando uma natalidade desejada de forma inequívoca.

Os pais portugueses têm que sentir que, quer estejam na escola, quer estejam no trabalho, a legislação protege a conciliação entre a vida pessoal e profissional. Os futuros pais portugueses têm que sentir que a educação pré-escolar e escolar dos seus filhos, a habitação da família, a mobilidade nas grandes cidades e a legislação laboral, incentivam a ter filhos e não o contrário.

Quando se diz que as pessoas não são números é disto que estamos a falar: valorizar os mais velhos e incentivar a natalidade. Como partido de forte consciência social e humanista, cabe ao PPD/PSD garantir que a sociedade portuguesa cria condições para que os mais idosos sejam cada vez mais respeitados e se mantenham ativos para se sentirem valorizados e respeitados.

Vamos assumir um papel de inovação social tratando as questões ligadas à demografia do País de forma integrada. Esta é uma questão política fundamental. Não só porque o modelo de Estado social e da sustentabilidade da segurança social está em risco, mas sobretudo porque um País, como o que concebemos, não deixa ficar ninguém para trás, nem olha para ao lado fingindo que os problemas não existem.

No dia em que Portugal conseguir voltar a um ciclo de natalidade que lhe devolva a força da juventude e em que os mais seniores ponham a sabedoria da sua vida ao serviço do futuro, não só seremos um País mais produtivo, como mais rico, mais solidário e mais feliz. Além da identificação do problema demográfico como um dos grandes problemas nacionais, é fundamental ter uma agenda para a promoção da igualdade de género que estimule a igualdade entre homens e mulheres e uma verdadeira agenda para a criança que acautele os seus direitos e promova a mobilidade social ao longo da vida.

Eixo temático 3.

Governar Melhor: Um País (mais) Inteligente

Queremos um Estado respeitador, justo e regulador que deixe o País trabalhar e viver condignamente, cumprindo e fazendo cumprir a lei. Que consiga reter e atrair quadros técnicos de qualidade, que se orgulhem de servir o nosso País. Um Estado que seja responsável pelo desenvolvimento de políticas de longo prazo apoiando as empresas na sua missão de criar e distribuir riqueza, recolhendo os seus impostos para a intervenção social, para a segurança dos cidadãos e para gestão do património comum. Um Estado centrado nas suas funções vitais será sempre um Estado mais produtivo e que assim contribui para o desenvolvimento económico do País.

Defendemos um Estado valorizado nas suas funções de soberania, prestigiando e reforçando as nossas forças armadas, as forças de segurança, a justiça, os nossos diplomatas e os nossos serviços de informações.

Nos últimos tempos, tivemos vários sinais de fragilização do Estado Português no exercício das suas principais funções. Muito recentemente, assistimos ao flagelo dos incêndios na zona centro e no interior do País, a falhas na área da Defesa, como em Tancos, ou na Saúde. O mesmo sucedeu há alguns anos, por exemplo, no setor financeiro e bancário quando não previu e, portanto, não evitou a crise no sistema bancário, em várias instituições, BPN, BPP, BES, BANIF sobre os quais se atuou tardiamente causando prejuízos enormes à Nação e aos Portugueses.

Não queremos um Estado pesado que consuma a maior parte da riqueza nacional e que depois não assegure com eficácia áreas essenciais da governação como a económico-financeira, a segurança, a saúde, a educação, a ação social e também na justiça que se pretende célere.

Ao Estado falta uma estratégia a médio e longo prazo para os grandes desafios nacionais o que implica necessariamente uma ação articulada

entre os diferentes atores governamentais e as diferentes forças políticas e por várias legislaturas. Falamos, obviamente, das grandes obras públicas, da coesão territorial e povoamento do interior, do problema demográfico, do solo e da sua competitividade, da agricultura à floresta. O Estado revela ainda uma ausência de planeamento ou posicionamento no que se refere à investigação e às inovações tecnológicas que devem ser integradas nos setores tradicionais ou sobre as novas agendas, como a mobilidade, a automação e a inteligência artificial com fortes repercussões no mercado de trabalho.

É por isso fundamental inovar e modernizar o Estado, reformando-o, de molde a torná-lo apto a responder às necessidades dos cidadãos e aos desafios de futuro. Reforma que deve abranger não só a administração central e desconcentrada do Estado, mas também as regiões autónomas e a administração local, que deverão adotar uma gestão inteligente, inovadora e eficiente, numa clara aproximação aos cidadãos. Melhoria que também deve ser conseguida com a União Europeia, otimizando o grau de participação e envolvimento de Portugal nas decisões que dizem respeito ao nosso território o mesmo se aplicando a todas as outras organizações internacionais, pugnando pela salvaguarda dos interesses do nosso País. Queremos um Estado que governe Melhor.

Segundo o 7.º Relatório da Coesão publicado, no passado mês de outubro, pela Comissão Europeia, Portugal na União Europeia é um dos Países que regista maiores desigualdades territoriais e sociais. O País continental, em termos de desenvolvimento, inclina-se para a frente atlântica e para sul, convergindo em Lisboa, que centraliza cada vez mais a população, a economia, a administração pública, o poder político, agravando as assimetrias no território. Apesar disso, a Região Norte, no período de 2010 a 2015, foi a única região NUT II da Península Ibérica com crescimento positivo.

Também a nível social, a situação não é positiva. A diferença da média de rendimento entre os 20% da população mais rica e os 20% da população mais pobre é de cerca de 1 para 6, uma das mais elevadas na UE, o que evidencia o facto de Portugal não se encontrar a convergir com a média europeia apesar das ajudas comunitárias ao desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas. Não é aceitável que em 5% do território (grande área metropolitana de Lisboa e grande área metropolitana do Porto) se concentre cerca de 40% da população e 50% do PIB.

Estas assimetrias e desigualdades só podem ser corrigidas por um Estado forte, reformista e inteligente, que crie riqueza e assegure a sua distribuição em todo o território enquanto conjunto harmónico assente na convergência entre as regiões e no interior de cada região.

O fraco ordenamento do território e a visão centralista do País geraram o intenso despovoamento e empobrecimento do interior. Nas últimas quatro décadas, por vezes, incentivou-se o abandono dos campos, a economia e atividades rurais foram desvalorizadas económica e socialmente, o que ocorreu também na agricultura familiar considerada residual e inviável. As políticas públicas no domínio da agricultura concentraram apoios ao investimento e à produção nas grandes explorações agrícolas, que representam 3%, enquanto as explorações agrícolas familiares representam 97%, do número total de explorações.

A função económica foi desvalorizada assim como todas as outras associadas à presença e à atividade humana no território, como a preservação e valorização dos ecossistemas naturais, da biodiversidade, dos serviços ambientais prestados à comunidade, não quantificados na função económica, mas que representam importantes benefícios sociais, como a qualidade da água, do ar, a preservação da paisagem e de outros bens patrimoniais, legado de gerações e parte importante da identidade e cultura do povo Português.

Com efeito, as atividades agrícolas, pastoril e silvícola garantiam uma presença numerosa de pessoas no meio rural e asseguravam a valorização dos recursos naturais. Muitas dessas atividades desapareceram, a emigração para as cidades e a perda de rendimento associado às políticas de incentivo ao abandono da atividade levaram a que muitas propriedades

deixassem de ser cultivadas. A maioria das pessoas que ficaram nas aldeias são idosas, em parte dependentes de apoios sociais e sentem-se cada vez mais esquecidas pelo Estado que, por sua vez, não lhes garante o acesso aos seus serviços mínimos, como a saúde, a educação, a segurança e a proteção civil.

As tendências demográficas no País não ajudam a perspetivar uma inversão desta realidade, se as políticas não mudarem de forma radical. O mundo rural, os setores da floresta e da agricultura devem constituir apostas no crescimento económico das regiões interiores e mais despovoadas.

O interior está fragilizado, com menos pessoas, mais envelhecido, mais fraco em termos de representação política, com menos força laboral devido à perda de jovens e à baixa natalidade, com menos serviços públicos. Para trás, em parte ignorados, ficam os que por opção, ou falta de alternativa, persistiram em habitar nas muitas pequenas aldeias que compõem e dão identidade ao interior. O Estado alheou-se em parte das suas funções de soberania abandonando o interior, situação que ficou à vista de todos os portugueses com os intensos fogos florestais que este ano devastaram o País e a seca extrema com forte impacto negativo no meio rural. Ambas as situações acarretam graves danos económicos, humanos e ambientais, enfraquecendo ainda mais o Interior, as suas gentes e as atividades económicas, com consequências negativas na coesão territorial.

Nunca, como no último ano, assistimos a um discurso tão defensor pró-agricultura, florestas e ordenamento do território. Este contexto recente abre-nos novas oportunidades para combater a perda de rentabilidade e o abandono de terras verificados nas últimas décadas, com acentuada relevância no interior do País.

É possível inverter a realidade de abandono e despovoamento do interior, com novas políticas que integrem os desafios das alterações climáticas, da globalização, da demografia e da pressão sobre os recursos naturais. As políticas para o interior não podem ser vistas na perspetiva do passado, antes sim numa perspetiva de mudança de paradigma de desenvolvimento, centrado no crescimento verde, nos recursos naturais, no património, no conhecimento e na inovação.

Vamos assumir o “Interior” como um verdadeiro designio nacional e projetar uma estratégia política e económica bem sucedida a partir de uma nova perspetiva de inovação territorial que potencie os recursos endógenos e regenere a vida económica e social das populações. Esta será a única forma de combater a desertificação. O Interior não é menos Portugal, nem um Portugal à parte. É uma parte integral do Portugal Inteiro que pretendemos construir, pois é por via dessa integração total que seremos um todo socialmente mais equilibrado e economicamente mais forte.

Por isso, a inovação territorial deverá ser uma prioridade nas políticas públicas e no fomento dos investimentos privados. Os ritmos científicos e tecnológicos que se esperam ver acontecer a partir da iniciativa universitária e académica deverão estar articulados com as necessidades do território e ser vistos como motores para a promoção das políticas industriais, de oferta turística, de política fiscal e de desenvolvimento rural, da criação de uma economia social, de novos conceitos de gestão urbana e sobretudo de uma gestão integrada do território. Para isso temos que criar mais conhecimento sobre os sistemas ecológicos a preservar e promover mais planeamento para o futuro. O caminho estará na lógica de especialização e na valorização das iniciativas públicas, privadas e sociais com a necessária integração de todas as ações na melhoria da qualidade de vida das pessoas através de uma mais forte rentabilização económica das suas regiões.

Vamos promover uma verdadeira reinvenção e transformação do Estado. Não se trata de matéria de relativa importância. Trata-se de matéria de capital importância. E, por isso, vamos começar por abordá-la através da promoção de um estudo aprofundado dentro do PPD/PSD aberto à participação pública através da criação de uma plataforma online. Devemos ainda aprofundar essa participação a outros setores e estimular mecanismos tão diversos como reuniões, inquéritos, workshops, votações, fóruns, grupos locais de ação, através de meios digitais que aproximem os cidadãos das estruturas de governação e apostar na contratualização de competências com a sociedade civil promovendo a responsabilização e a descentralização.

A descentralização é mais do que um mero conceito jurídico. É um instrumento de indiscutível valor na eficácia da ação pública e da melhoria das respostas do Estado às necessidades das populações. Defendemos claramente um reforço das competências ao nível local devendo o governo central estabelecer uma metodologia específica para este efeito através de Acordos Voluntários de Descentralização. Estes acordos deverão ser feitos entre o governo central e as autoridades locais durante um período de 3 a 4 anos e devem incidir sobre um conjunto alargado de áreas temáticas onde se demonstre maior capacidade de atuação e de resultados por parte da administração local. A avaliação e monitorização destes acordos deverá ter como indicadores resultados reais.

A linha de descentralização deve abranger as autarquias locais e estimular a sua evolução e capacitação técnica, criando nos mecanismos descentralizadores novas oportunidades e novos desafios, que deverão ser estendidos às cim's e às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

É nesta visão diferente para Portugal que pretendemos integrar novos conceitos na Gestão das Cidades. A promoção da reabilitação urbana deve abrir caminho a modelos de gestão inteligente das redes urbanas, à expansão de conceitos de integração de áreas setoriais comuns a várias cidades e municípios. Os fundos comunitários devem ser uma oportunidade para a criação de instrumentos de política que permitam a defesa dos centros históricos. A promoção do património comum, das vivências contemporâneas e a valorização das tradições e singularidades de cada comunidade, devem constituir agendas de intervenção, a par de casos de inovação, que cada cidade deve desenvolver abrindo o seu território à experimentação e ao teste de políticas locais que devem ser acompanhadas e monitorizadas por um observatório nacional das cidades, que funcionará como um estímulo para as áreas da cooperação, liderança e formação.

O PPD/PSD deverá saber construir a partir desta visão e desta estratégia global, uma alternativa que vise a construção de um Portugal Moderno, como referência aglutinadora de um novo posicionamento para um País mais inovador e muito solidário.

“Um Portugal em Ideias” Um Debate pelo País

O documento que constitui a proposta de programa divide-se em 221 medidas, 45 áreas setoriais e 3 grandes eixos temáticos e apresenta 1 visão programática diferente.

São 10 as razões que fundamentam as suas linhas programáticas:

- **Aposta em medidas concretas, caminhos e ações coordenadas e objetivas.**
- **Coloca o PPD/PSD mais próximo das pessoas, pois foca-se em problemas reais.**
- **Torna o PPD/PSD mais credível pois mais do que intenções apresenta soluções.**
- **É uma base que abre caminho a uma verdadeira alternativa de governo. Não é um documento do marketing, vazio de conteúdos.**
- **Tem uma identidade e uma linha ideológica consistente por todo o documento.**
- **Destaca a inovação como a trave mestra dos três eixos programáticos: novas agendas, a ciência focada na área da economia, da sociedade e da governação.**
- **É um documento participativo e colaborativo o que mostra a visão de abertura de um candidato a presidente.**
- **Não são soluções finais, mas caminhos para percorrer.**
- **É um guião para a decisão e para quem gosta de decidir.**
- **Assume compromissos, define metas específicas e não se refugia em princípios universalistas e vagos.**

Ideias para um futuro programa

Um País em Ideias

A candidatura à liderança do PPD/PSD de Pedro Santana Lopes tem como objetivo central introduzir um processo de transformação de Portugal, reformando-o e tornando-o mais inovador e solidário. Visa também assegurar a coesão do partido à volta de uma visão estratégica. A sua experiência e a sua coragem ao longo de anos na vida política cimentou a ideia de que sem causas não nos mobilizamos. Se não conseguirmos identificar os problemas mais prementes da nossa sociedade perderemos um dos maiores patrimónios da nossa história: a nossa capacidade e coragem de reformar, reinventar e de inovar.

Acreditamos em Portugal e temos a força interior de quem acredita que é na proximidade com as pessoas e no conhecimento do que necessitam, que se forjam as grandes ideias e as verdadeiras e legitimadas soluções políticas. Pedro Santana Lopes pediu-nos para abrir o PPD/PSD a todos, a militantes e à sociedade civil, e por isso deixamos desde já o convite para que se juntem nesta caminhada de construção de uma alternativa ambiciosa para um Portugal Moderno.

Uma ideia vencedora no PSD deve passar sempre pela legitimação. Pedro Santana Lopes e o País sabem o que aconteceu quando não impusemos eleições. O País acabou por pagar caro essa ingenuidade inaugurando-se um ciclo que terminou com o País a evitar a bancarrota através de um pedido de intervenção externa da Troika, em 2011.

Essa legitimação terá dois grandes momentos. O primeiro, a 13 de janeiro, quando os militantes do PPD/PSD escolherem o seu novo líder. O segundo, em eleições legislativas. Entendemos que nesta primeira fase a escolha deve passar por um debate de ideias e não apenas por um confronto entre personalidades e o seu passado. Entendemos que a candidatura de Pedro Santana Lopes é uma candidatura de ideias e de propostas e que os militantes devem tão cedo quanto possível perceber quem se mobiliza à volta de slogans vazios ou discursos moralistas como o do “banho de ética”, ou de promessas salvíficas de um “novo 25 de Abril”; e quem privilegia as ideias, setor a setor, como um motor de uma candidatura.

As diretas constituem assim uma primeira fase na sólida e amadurecida construção de um novo programa eleitoral para o PPD/PSD. Se os militantes seguirem este caminho, o caminho das ideias, teremos a seguir às diretas e ao Congresso uma fase de aprofundamento deste programa com a criação de grupos de trabalho setoriais e lançaremos uma plataforma aberta à participação geral debatendo as propostas e legitimando na sociedade portuguesa o que será o futuro programa do PSD, dando-lhe abertura, dinâmica, perspicácia e talento político para ser merecedor do apoio da maioria dos portugueses.

Por agora, num curtíssimo espaço de tempo e com a colaboração de dezenas de pessoas que tive a honra de organizar e de coordenar, foi possível apresentar já mais de duas centenas de ideias, propostas e abordagens organizadas à volta de três grandes eixos temáticos:

- 1) Inovação, Crescimento e Competitividade;*
- 2) Um Estado Melhor - Investir bem nas políticas sociais;*
- e 3) Governar Melhor - um País (mais) inteligente.*

Há em todas elas um objetivo comum: uma enorme vontade de transformar Portugal num País moderno e solidário.

Num País que enfrenta ainda velhos problemas e os desafios globais de novas agendas, diríamos que este documento é apenas o início da estruturação de uma nova forma de governar, de reformar por dentro, de estudar muito, amadurecer ponto a ponto e de observar ainda mais a sociedade portuguesa em colaboração com muitos novos quadros e organizações. A grande tarefa será manter Portugal ligado aos grandes desafios da inovação e do conhecimento.

Não importa agora se este será o resultado final. Se os nossos sonhos ou perspetivas cabem todos ou se as ideias são todas plenamente exequíveis ou só em parte. O que importa agora é relançar o País, descobrir novas soluções, apontar caminhos e libertá-lo de uma frente de esquerda de conveniência partidária em busca de um Portugal Moderno. É porque sonhamos todos no PPD/PSD com um País melhor que defendemos desde já uma discussão no terreno das ideias. Para a candidatura de Pedro Santana Lopes a vantagem das diretas é iniciar o debate.

E é nessa direção que faremos caminho.

Telmo Faria
(Coordenador)

EIXO 1



INOVAÇÃO, CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE



**PEDRO
SANTANA
LOPES**
#UmPSDmaisPPD

Algumas metas e propostas para discussão no crescimento económico

1. Reduzir o endividamento e o peso do Estado através de um reforço das políticas de contenção orçamental e garantir um saldo positivo, nomeadamente o saldo corrente primário.
2. Substituir orçamentos de gestão por orçamentos com visão suportados em estratégias de apoio e incentivo à produção de riqueza e ao aumento da produtividade das empresas e das indústrias para superar a meta dos 3% de crescimento económico, única via de convergência com a média europeia.
3. Criar uma política fiscal atrativa para o investimento e fixação de empresas, com incidência especial no IRC, por forma a captar investimento estrangeiro e a contrariar o êxodo de grandes grupos económicos portugueses para outros Países da Europa na procura de condições fiscais mais vantajosas. Nesse âmbito, a taxa de IRC deve ser reduzida para as empresas que exportam mais, que são mais inovadoras, que empregam mais, que são mais amigas do ambiente, que se fixam e investem em zonas mais despovoadas.
4. Alterar o relacionamento do Estado com os agentes económicos e com os cidadãos em geral, seja ao nível da prestação de utilidades, seja a nível fiscal, acabando com o “Estado Abusador” que chega ao ponto de se financiar com verbas de impostos cobrados indevidamente sem pagar os correspondentes juros.
5. Apoiar a internacionalização de empresas e indústrias e aumentar a sua capacidade exportadora, através da AICEP e do seu trabalho de apoio e de promoção externa, do desenvolvimento de parcerias com associações empresariais setoriais e das Câmaras de Comércio Portuguesas.
6. Desenvolver apoios adicionais à exportação para novos mercados fora da Europa e um programa de incentivo ao consumo de produtos nacionais.
7. Promover e divulgar a Marca “Portugal Dinâmico” no plano nacional e internacional, como um País atrativo para o investimento, dando conta dos casos de sucesso de empresas e agentes económicos como exemplos a replicar nos diferentes setores da atividade económica.
8. Elaborar um Programa Nacional de Aceleração de Investimento, que contemple a eliminação de estrangulamentos burocráticos, diminua a regulação económica, reforce a simplificação legislativa e torne os licenciamentos mais céleres.
9. Garantir uma conta corrente transparente entre o Estado, os cidadãos e as empresas de modo a permitir compensação recíproca de créditos e débitos, incluindo créditos fiscais, da segurança social e de prestação de bens e serviços.
10. Promover a inovação e a aplicação de estratégias de especialização inteligente nos setores tradicionais e nas novas indústrias. Uma aposta forte na competitividade económica dos setores tradicionais, a par das novas indústrias assentes no conhecimento ou na cultura constituem desafios para a economia portuguesa.
11. Desenvolver um programa para a competitividade económica local e regional, capacitando ainda mais os autarcas e as autarquias. O papel da competitividade não deve ficar apenas nas mãos do setor privado e empresarial. Uma autarquia, por exemplo em consórcio com instituições de ensino superior e com empresas, pode ter uma maior intervenção no desenvolvimento económico e ser mais estimulada a fazê-lo.

12. Criar um serviço online com toda a informação sobre a regulação pública económica e a criação de um provedor das Empresas na presidência do Conselho de Ministros para apoiar os empresários com dificuldades no relacionamento com o Estado.

13. Criar um eixo de estabilidade no grande investimento público que estrutura o País devido ao impacto destas decisões considerando o curto prazo, os custos-benefícios, a sustentabilidade e as novas gerações.

Apostar em novas agendas para uma nova economia

14. Promover uma economia de baixo carbono e o desenvolvimento sustentável. Energia e recursos renováveis, água, resíduos, mobilidade ou educação ambiental são alguns dos vários pilares que nos devem orientar na construção das políticas de combate às alterações climáticas. O PPD/PSD deve estar preparado para esta agenda visando um crescimento económico com forte pêndulo de especialização inteligente em articulação com a economia do conhecimento, nas diferentes áreas setoriais. Estas agendas representam enormes oportunidades e o País deverá demarcar-se na área da sustentabilidade, abrindo novas oportunidades para fazer de Portugal, o País europeu com mais ambição nestes domínios.

15. Preparar o País para o desenvolvimento de uma economia da mobilidade. A gestão urbana inteligente deverá privilegiar modelos de ordenamento do território “on demand”, estudar a redução de emissões para a atmosfera dos gases de efeito de estufa, definir mapas de defesa da qualidade do ar e da atmosfera, e aplicar restrições ao uso de combustíveis fósseis seguindo as metas ambiciosas no quadro do Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas e adaptando o plano nacional desta temática.

16. Queremos um País com uma das mais ambiciosas agendas para as alterações climáticas: das escolas à proteção civil, da investigação à economia e também na criação de regimes de “fiscalidade zero” na aquisição de viaturas elétricas eliminando-se os limites atuais dando impulso mais vigoroso ao objetivo de redução das emissões por via da diminuição de um parque automóvel com motores de combustão.

17. Criar uma task-force que acompanhe e fundamente propostas de regulamentação sobre os novos desenvolvimentos tecnológicos, sejam os novos produtos e serviços desde o carregamento dos veículos por indução elétrica, paralela, numa fase inicial, a uma rede nacional de pontos fixos de carregamento, sejam os padrões de qualidade e fiabilidade para a criação de uma rede de conectividade e desenvolvimento da condução autónoma, ou as vantagens do fomento de uma economia da mobilidade partilhada em detrimento da aquisição de veículos próprios.

Descobrir e promover talento

18. Criação de uma “Estratégia para o Talento” com visão para a identificação dos “talent magnets” e captação de talento internacional numa perspetiva integrada entre economia, promoção externa e qualidade de vida. Portugal tem crescido no panorama internacional e desenvolvido um certo magnetismo sobre novos cidadãos, deparando-se com mais turistas, mais residentes e mais estudantes estrangeiros na nossa sociedade. Para aumentar a nossa competitividade, a qualificação e a valorização dos recursos humanos torna-se fundamental apostar na descoberta e na promoção do talento.

19. Criação de uma forte agenda de inovação social que promova a cultura de fazedores, de verdadeiros makers, muitos talentos anónimos da nossa sociedade, a quem o Estado tem de estimular, diminuindo os níveis elevados de aversão ao risco. Num momento em que os níveis de empreendedorismo tecnológico têm subido consideravelmente, torna-se fundamental ter uma estratégia que não incida apenas na criação de start-ups e de desenvolvimento empresarial, colocando-se o centro das nossas atenções nas questões da descoberta das competências individuais de cada um.



Criar um ecossistema de inovação

20. A valorização do conhecimento como base essencial da competitividade é reconhecido por todos, mas é preciso encarar a transferência do saber e do capital humano especializado como um desafio de ecossistema, ao invés de um processo sucessivo unidirecional. A atividade científica e tecnológica em Portugal desenvolveu-se substancialmente e hoje temos uma comunidade científica relevante, produtiva e internacional. No entanto, o impacto deste progresso na economia e na criação de emprego não é tão evidente. É preciso uma perspetiva de sistema, focando a investigação em temáticas de interesse nacional e uma promoção da fecundidade do tecido industrial para acolher o conhecimento e o capital humano gerados pelo sistema científico e tecnológico nacional.

21. Há que promover a atração para Portugal dos centros de I&D industrial, contribuindo para a criação de um tecido industrial fértil, com capacidade de absorção do capital humano e das tecnologias geradas na academia. As tecnologias e os investigadores formados no contexto académico, por vezes, não têm para onde ser transferidas uma vez que os grandes atores industriais não têm os seus departamentos de inovação e I&D sediados em Portugal. Para isso é essencial que os centros de saber (universidades e unidades de investigação) tenham interlocutores no terreno nacional a quem possam comercializar as tecnologias que produzem.

22. É fundamental estimular a oferta profissional da parte da indústria junto de investigadores e técnicos, que procuram desenvolver a sua carreira fora da academia sendo fundamental para isso: alinhar incentivos de natureza fiscal e laboral, e agilizar regulamentação para atrair a indústria através de uma ação concertada entre diferentes organismos e ministérios.

23. Temos que evidenciar e comunicar o potencial nacional como País anfitrião de I&D industrial e saber construir sobre a crescente imagem de Portugal como um País dinâmico e empreendedor e desenhar medidas que permitam realizar o potencial já identificado no País, concretizando definitivamente a instalação dos departamentos de inovação industrial no nosso País. Nesta linha é fundamental promover e facilitar a criação de spin-offs originárias dos centros de I&D industrial e profissionalizar a atividade de transferência da tecnologia nos gabinetes das universidades e centros de saber.

24. Precisamos de um programa aprofundado sobre os desenvolvimentos nos domínios da automação, robótica e inteligência artificial que apure os novos desafios tecnológicos e a sua compatibilização com os recursos laborais, organização do trabalho e emprego face ao crescimento da automatização de milhões de postos de trabalho na Europa e no Mundo. Assistir-se-á assim não apenas a uma revolução tecnológica mas também laboral que exige adaptações nos sistemas de ensino e na formação e qualificação dos portugueses.

Promover o investimento inteligente

Mas como fazê-lo? Deixamos alguns caminhos:

25. Investir em empresas start-ups com elevado potencial de crescimento através designadamente de políticas que promovam a criação de conhecimento técnico especializado de que tanto carecem.

26. Estimular a constituição de fundos de capital de risco privados em setores tecnológicos, através da profissionalização da gestão operacional dos mesmos; fornecer serviços de consultoria centralizados para a apreciação e diligência devida de tecnologias, dirigidos a investidores de capital de risco; facilitar o acesso a investidores experientes e conhecedores; e introduzir mecanismos de validação e certificação das suas competências.

27. Atrair investidores de risco internacionais com experiência setorial para sediarem a sua atividade em Portugal e assegurar que a geografia de atuação dos fundos não é limitada apenas ao território nacional.

Apostar numa ciência focada e estratégica, importa por isso reter:

28. É preciso desenvolver um conceito de Ciência Focada e de investigação estratégica. É importante transformar o paradigma sobre a ciência do Estado, irrelevante e paternalista, num novo conceito em que o Estado surge como dinamizador e investidor. Não descurando a investigação fundamental, é necessário definir diretrizes de investigação estratégica em áreas chave para a sociedade nacional como o Território (gestão das florestas, dos recursos de água e sustentabilidade), a Energia (tecnologia de energias renováveis, etc.), o Mar (recursos, hidráulica, biotecnologia) as Alterações Climáticas (ambiente, impacto, previdência), a Agricultura (inovação, logística e sustentabilidade), a Saúde (envelhecimento, doenças neuro degenerativas, doenças infecciosas “tropicais”, resistência a antibióticos) e a Economia Social. É assim fundamental maturar o sistema científico nacional, assegurando transparência e autonomia, criando focos de investigação estratégica e de relevância nacional com impacto social e económico, e posicionando o Estado como promotor em vez de titular.

29. Criar mecanismos de financiamento de investigação em áreas estratégicas de interesse nacional, como as acima identificadas, com orientações top-down ao nível da temática, mas assegurando liberdade intelectual na aplicação das linhas de investigação; introduzir mecanismos de financiamento de investigação fundamental bottom-up que foquem o investimento nos cientistas de excelência em vez de projetos individuais e alavancar centros de conhecimento na formação avançada e na investigação estratégica.

30. Revisitar os incentivos e modelos de financiamento institucional dos laboratórios do Estado e das unidades de investigação; reformar/reinventar os laboratórios do Estado, reposicionando-os como centros de ciência excelente perante a comunidade científica e a sociedade civil e atrair alguns dos melhores cientistas para desenvolver linhas de investigação estratégicas dentro dos laboratórios do Estado.

31. Autonomizar a Fundação para a Ciência e a Tecnologia como um verdadeiro “Research Council” com independência política, focado em promover, avaliar e financiar a investigação científica e descentralizar da FCT a avaliação dos candidatos a doutorandos, retomando a lógica de avaliação de programas doutorais e delegando nos centros de investigação a responsabilidade de avaliação e seleção dos candidatos.

Garantir a competitividade da agricultura e da floresta

Algumas medidas:

32. Defender a competitividade do solo: da agricultura à floresta. É fundamental promover uma agricultura e uma floresta inteligente, desde o processo de produção até ao consumo. A grande oportunidade resulta de uma nova abordagem onde o conhecimento e a investigação multi-setorial, levam ao desenvolvimento de novos processos de produção e de consumo e à criação de novos produtos “sexta gama”, resultantes da especialização inteligente. A relação com o consumidor deve ser diferenciada e de grande proximidade. A associação dos produtos agro-florestais, os produtos exógenos, as novas ferramentas do mundo digital e mix cultural, do turismo à gastronomia, são desafios para a valorização do produto e da sua função num contexto amplo de sustentabilidade.

33. Concluir o processo fundamental de cadastro dos prédios rústicos no País, interrompido há décadas e que deixou boa parte do Centro e do Norte do país ainda sem cadastro.

34. Estimular e valorizar o potencial do setor florestal, através da dinamização do cluster da pasta de papel e mobiliário, bem como do aproveitamento dos resíduos florestais para a produção de energia potenciando muito mais o recurso da biomassa.

35. Maximizar os apoios aos agricultores: assegurar a comparticipação nacional necessária para concluir o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), co-financiado pela UE até 2020 e proceder à transferência de verbas entre medidas, no âmbito de uma eventual revisão do PDR, junto da UE; aumentar o valor limite considerado para efeitos de projetos de pequenos investimentos, em que assumem a característica de financiamento não reembolsável; criação de serviços de apoio aos agricultores - loja do agricultor no âmbito da competência a contratualizar com as CIM's.

36. Aproximar investigadores, formadores e formandos, com a participação das universidades, dos institutos politécnicos e associações de agricultores, contribuindo para uma melhoria do conhecimento e das qualificações técnico-profissionais de técnicos e agricultores, reforçando a inovação na agricultura.

37. Criar um mecanismo jurídico e sob a forma de incentivo, que permita aos agricultores ceder as suas terras de forma voluntária, quando não tenham capacidade ou condições para as explorar, fomentando o arrendamento rural.

38. Colaborar com o poder local para estimular a comercialização de produtos locais, incentivando a criação de Mercados Low Carbon de proximidade.

39. Preparar o programa de investimentos de apoio comunitário e respetiva legislação para o período pós-2020 através do acompanhamento e aprovação da PAC 2020-2026, defendendo os apoios aos agricultores e a manutenção do quadro de apoio ao desenvolvimento rural.

A elaboração deste programa, com a participação das associações de agricultores e empresas, deverá assentar na simplificação administrativa das candidaturas, incluindo discriminações positivas para jovens e pequenos agricultores, continuar a aposta nos investimentos nos diversos tipos de explorações e apoiar sistemas de agricultura típicos do nosso País.

40. Reestruturar a propriedade agrícola, demasiado parcelada e nalguns casos indivisa, por forma a dotá-la da dimensão adequada para a produção na devida escala que assegure a competitividade dos produtos.

41. Combater a interioridade, a desertificação e o abandono dos solos, através de um conjunto de políticas e instrumentos, designadamente: PAC 2020-2026 e do Plano Nacional de Regadio. Não há desenvolvimento agrícola, em terras de qualidade adequada, sem água. Esta oportunidade permitirá mais alquevas pelo interior do País, onde se dará a Portugal, a oportunidade de criar novos serviços e produtos conexos, próprios de um desenvolvimento rural moderno e polarizador de talentos.

Apostar na indústria

42. Reforçar a inovação das PME's desde os processos tecnológicos, organizacionais às ferramentas de marketing aumentando a eficiência e competitividade da indústria nacional através da criação de novos equipamentos, produtos e serviços.

43. Incentivar processos de automação, robótica e controle industrial nas indústrias, recorrendo a sistema de fabrico assistido por computador, tendo em vista a otimização da quantidade e qualidade da produção, compatibilizando essa necessidade com a proteção dos direitos dos trabalhadores.

44. Aplicar a capacidade de inovação da indústria nacional nos setores mais tradicionais, por forma a que as empresas possam criar mais valor e aceder com maior facilidade aos mercados externos.

45. Aproximar universidades, empreendedores, centros de I&D à Indústria num esforço coletivo de desenvolvimento, valorização e transferência contínua de novas tecnologias para as empresas, bem como de ideias e soluções inovadoras que contribuam para aumentar a sua competitividade internacional.

46. Simplificar o licenciamento industrial e desenvolver processos céleres de propriedade industrial.

Promover o turismo e a cultura

47. Defender uma agenda que impulse ainda mais o crescimento do setor do Turismo. Nos últimos anos tem sido muito positivo para a economia portuguesa e é também um fator de exportação assinalável, fruto de um elevado nível de internacionalização do nosso mercado turístico, pelo que constituem grandes preocupações o estado das nossas infra-estruturas aeroportuárias que devem ser melhoradas.

48. Aprofundar o alargamento das ligações aéreas e impulsionar viagens de diferentes mercados de origens que não exclusivamente o europeu, devem constituir tarefas prioritárias no campo das políticas públicas para o turismo de modo a fazer crescer as viagens nos períodos de maior sazonalidade. Não se trata só de ter mais turistas mas perceber como podemos fazer essa distribuição de acordo com os interesses da economia portuguesa. Como podemos aumentar os gastos médios dos turistas?

49. Qualificar recursos humanos na área do turismo face à crescente oferta de infra-estruturas turísticas e hoteleiras por forma a dar respostas com maior qualidade nos serviços prestados.

50. Promover a cultura como um recurso nacional criador de riqueza. Os setores tradicionais são beneficiários claros desta visão que faz das nossas riquezas naturais, do património construído, da Língua Portuguesa, da economia criativa ou da criação cultural a manifestação do talento de um povo que se afirma cada vez mais no mundo, gerando empregos e contribuindo para o crescimento económico.

51. Organizar um ambicioso e inovador plano de promoção e desenvolvimento dos recursos culturais e de pensar um novo modelo de financiamento e sustentabilidade cultural. Na sua ligação à educação, à ciência, ao desenvolvimento e coesão do território e ao empreendedorismo, a cultura é um elemento essencial num modelo de desenvolvimento plural que afirma a nossa presença como comunidade no sistema internacional.

Apostar no conceito da Economia da Natureza e relançar o desígnio do Mar

52. Apostar na criação de um roteiro para o desenvolvimento de uma verdadeira Economia da Natureza. Além da defesa conservacionista e de protecção, há que garantir um equilíbrio entre a defesa dos sistemas naturais e ecológicos, preservando os sistemas, mas em articulação com uma perspectiva de modelo de desenvolvimento a partir dos múltiplos potenciais e recursos que daí advém para a economia e sociedade. Esta perspectiva abre caminho também a uma lógica de especialização e a uma ênfase das iniciativas colectivas e a uma integração de todas as medidas/âncoras de desenvolvimento ao nível do conhecimento, da transferência do saber e do potencial industrial de transformação.

53. Relançar o desígnio do Mar. Desenvolver mais as pescas e ir mais longe na Economia do Mar. Não só pela história e tradição do País mas sobretudo pelas oportunidades que a economia do Mar projeta sobre os diferentes setores. Impõe-se uma abordagem política maior, mais ambiciosa, onde a regulação da economia ou os investimentos em ciência e tecnologia sejam rostos capitais do setor público num modelo de governação mais aberto e desburocratizado, verdadeiramente convidativo para um reforço do setor privado, com metas claras de crescimento em volume de investimento e empregos criados, reforçando a plataforma continental.

Promover um eixo de estabilidade para as grandes obras públicas

54. Obter um consenso alargado entre todas as forças políticas representadas no parlamento sobre as grandes obras públicas a realizar nas próximas décadas tendo como critérios fundamentais o aumento da competitividade do País e a relação custo-benefício, bem como a sua sustentabilidade e financiamento.
55. Resolver com eficácia e em tempo útil o problema das limitações do aeroporto internacional de Lisboa, Humberto Delgado, que presentemente não tem capacidade para acolher a procura existente, o que se traduz em prejuízos elevados para a economia portuguesa. Este assunto é uma prioridade e deverá ser criada dentro do PPD/PSD uma unidade de acompanhamento que apresente ao país quais as medidas a tomar. Damos também especial atenção às obras de otimização e melhoramento do aeroporto Francisco Sá Carneiro bem como ao aproveitamento das infraestruturas aeroportuárias existentes.
56. Executar o plano ferroviário nacional e assegurar as ligações ferroviárias dos portos portugueses com a Europa.

Financiamento e fundos comunitários

57. Eliminar a burocracia e acelerar a execução dos fundos europeus. No Portugal 2020 estão autorizados 14200 milhões de euros para os anos 2014 a 2017. No entanto só foram apresentados até setembro de 2017 em Bruxelas 3300 milhões de euros de faturas para pagamentos, o que revela uma taxa de execução muito baixa.
58. CCDR's mais proativas. Não se podem limitar a serem meros recetores de projetos. Exige-se que apresentem soluções e propostas para o território. Portugal tem de olhar para os fundos que são geridos centralmente pela comissão europeia como é o caso do programa de investigação e inovação, denominado Horizonte 2020, com o montante de 80 mil milhões de euros para o período 2014/2020, gerido pelo comissário Português Carlos Moedas.
59. Criar o programa "Portugal Global" - Portugal e sobretudo as PME's têm de tirar partido do mercado interno europeu, constituído por 500 milhões de cidadãos e em simultâneo tirar partido da globalização. Temos ainda de reforçar os nossos laços com os PALOPs. Neste sentido deverá ser divulgado junto das nossas empresas o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (Plano Juncker para África) que tem como objetivo a mobilização de 44 mil milhões de euros.
60. Potenciar a atratividade de Lisboa como praça financeira na sequência do Brexit, nomeadamente para fundos de investimento que pretendam investir nos PALOPs.

EIXO 2



**UM ESTADO MELHOR
- INVESTIR BEM NAS
POLÍTICAS SOCIAIS**



Propostas

Saúde

61. Assegurar aos Portugueses o direito à proteção da saúde, através de um SNS eficiente, com cuidados de saúde de qualidade, capaz de proteger todos os cidadãos na doença, sem desigualdades no acesso e com um financiamento adequado.

62. Investir na promoção da saúde. Desenvolvimento de políticas pró-ativas e de proximidade, em parceria com os agentes sociais, que favoreçam a adoção de hábitos alimentares e estilos de vida mais saudáveis. Para este objetivo, o Estado deve aumentar os recursos afetos à prevenção e à medicina preventiva, designadamente nas áreas da luta contra a obesidade, doenças oncológicas e cardiovasculares, diabetes, tuberculose, toxicod dependência, alcoolismo e VIH/Sida

63. Garantir o acesso de todos aos cuidados de saúde. Para assegurar a todos os cidadãos um efetivo acesso às terapêuticas e aos tratamentos de saúde, independentemente das suas condições sociais e económicas, da sua idade ou do local onde vivam, é fundamental aproveitar plenamente a capacidade instalada no sistema de saúde, promovendo uma efetiva articulação entre os diferentes prestadores e garantindo a liberdade de escolha dos utentes do SNS, que devem ter um maior protagonismo na utilização do sistema.

64. Melhorar a continuidade dos cuidados de saúde. O Estado deve alargar a oferta de serviços de saúde, potenciando a transição de cuidados prestados em instituições para cuidados de proximidade, em articulação com as respostas de parcerias da comunidade, em especial com o setor social, designadamente em termos de reabilitação e de cuidados após hospitalização.

65. Impedir o encerramento de unidades de saúde no interior ou nos territórios de menor densidade.

66. Alargar os cuidados continuados e melhorar os cuidados paliativos no final de vida. Aumentar a oferta existente de cuidados continuados

e paliativos e apostar no reforço dos cuidados domiciliários, melhorando a qualidade de vida e favorecendo soluções que potenciem a autonomia das pessoas, principalmente no caso de doentes crónicos, idosos ou com necessidades de recuperações longas que não requeiram internamento hospitalar. Importa também aprovar o Estatuto do Cuidador Informal, cujo papel social é inestimável.

67. Reduzir a taxa de infeções hospitalares em todo o sistema de saúde Português. Portugal tem uma elevada taxa de infeções hospitalares, da qual resultam muitas mortes evitáveis nos serviços de saúde.

68. Reduzir os pagamentos em atraso do SNS. O descontrolo dos gastos públicos em saúde ocorrido nos últimos dois anos provocou um significativo aumento da dívida do SNS, a qual coloca já sérios problemas de sustentabilidade financeira ao setor.

69. Maior investimento na área da saúde mental. Portugal apresenta um défice crónico na oferta de cuidados dirigidos às populações afetadas por problemas de saúde mental. É tempo de se reforçar claramente o investimento do Estado nesta área, atendendo sempre à necessidade de superar as assimetrias regionais existentes e ao objetivo da integração social e, sempre que possível, laboral, destas pessoas.

70. Maior investimento nos recursos humanos. Os profissionais de saúde são os mais determinantes agentes de mudança no sentido de um sistema de saúde qualificado e próximo das pessoas. Acautelar e promover as suas adequadas condições de trabalho e reconhecer a centralidade da sua função na relação com os doentes é condição de eficácia de todo o sistema. Deverá também ser ponderada a criação da figura do Enfermeiro de Família.

71. Defender um sistema de saúde plural assente num modelo de liberdade de escolha.

72. Criar um modelo de sustentabilidade do SNS que inclua o envolvimento de todos as entidades da economia social numa lógica de aproximação ao utente e de redução de custos, sem comprometer a quantidade e a qualidade das respostas.

Mais atenção à promoção das “vidas saudáveis”

73. Promoção de modelos de vida saudáveis lançando uma estratégia pública de smart living. Os cuidados de saúde e a genética têm um papel relevante, mas os fatores comportamentais, sociais e ambientais têm um impacto ainda maior na saúde global da população. O excesso de peso e obesidade que tem continuado a crescer e o consumo de tabaco e álcool que continua em níveis preocupantes, condições associadas a mais gastos na área da saúde, da justiça e do serviço social. Para mudanças significativas na sociedade é necessário educar os cidadãos, dar-lhes ferramentas que lhes permitam fazer escolhas diferentes, através do incremento da prática desportiva regular e em escala entre a população, tal como a correção de hábitos e dietas alimentares.

74. Desenvolvimento de um programa público de combate ao esgotamento físico e mental. *Portugal mantém-se, há anos, o País da Europa com maior consumo de benzodiazepinas, o grupo farmacológico dos ansiolíticos ou tranquilizantes mais prescritos no SNS.* Torna-se fundamental lançar um grande debate com vista à criação de novas soluções para questões como a socialização virtual e superficial em detrimento de uma rede de suporte social real; as más práticas de higiene mental (sono insuficiente, sedentarismo, ausência de auto-observação ou alimentação com excesso de açúcar e sal). Estamos perante problemas que merecem uma atenção muito particular desta candidatura enquanto nova agenda social.

Educação

75. Defendemos uma Educação centrada no aluno, que permita o desenvolvimento de conhecimentos e competências que permitam a cada aluno “ser o que quiser”. É importante reforçar a colaboração, o pensamento crítico e as competências digitais de forma a preparar todos para um mundo que está em constante mudança.

76. Queremos modernizar o sistema de ensino, as escolas e as práticas letivas. A Educação deve ser um motor de promoção da igualdade de oportunidades e só o será se permitir que todos os alunos, independentemente do seu contexto social e económico possam ter as mesmas oportunidades de aprender e desenvolver-se como pessoas e cidadãos informados e preparados.

77. É fundamental uma aposta reforçada na aprendizagem ao longo da vida, e nas atividades extracurriculares, desde o desporto, à tecnologia e às artes, que permitam despertar os talentos de cada um, e potenciem uma fácil requalificação profissional sempre que o mercado de trabalho, ou a iniciativa pessoal assim o exijam.

78. A estabilidade curricular é determinante para o desenvolvimento consistente durante o percurso formativo dos alunos, sem comprometer a necessidade de atualização periódica derivada dos avanços do conhecimento, sem esquecer a Educação para a Cidadania e para a sustentabilidade e a evolução dos métodos de ensino-aprendizagem.

79. A valorização da Língua Portuguesa como elemento fulcral no percurso escolar, mas também das CTEM – Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática, a par do Inglês e das Artes que ofereçam uma aprendizagem de qualidade e diversificada, que promova o desenvolvimento dos talentos individuais de todos os alunos, independentemente do seu percurso escolar, e lhes abram portas para um futuro no mercado de trabalho global e digital em que vivemos.

80. Descentralização do sistema educativo, com aposta na autonomia das escolas e na transferência para as autarquias de todas as decisões de gestão e administração que não têm de ser nacionais. Devem ser transferidas sustentadamente competências do poder central para o poder local e para as escolas, tendo em atenção as capacidades, as especificidades e as potencialidades de todos.

81. Escola de percursos diferenciados. A normalização de conteúdos é um fator de estabilidade e de unidade formativa importante, mas a normalização de percursos pode ser um fator de profundo desajustamento social para quem não tenha condições psicossociais para cumpri-los. É importante um Ensino com Percursos Plurais (ex: ensino profissional; ensino vocacional) que responda ao potencial de cada um, ajude a despertar talentos individuais e não deixe “ninguém para trás”, comprometendo o direito ao pleno autodesenvolvimento e realização. Todos têm o direito a uma Educação de qualidade independentemente do seu background ou das suas capacidades.

82. Escola inclusiva que não discrimina, mas antes integra todos os alunos e promove a cidadania, a consciência social e o respeito pelas diferenças. A promoção de uma educação para Sustentabilidade alinhada com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que promova a consciencialização dos jovens para os problemas locais e globais e que os motive para serem no futuro cidadãos ativos e interessados.

83. Promoção da valorização dos professores com apostas em formação ao longo da vida e um sistema de avaliação que premeie o mérito e uma qualidade baseada em resultados tangíveis, como a introdução de medidas de discriminação positiva em relação ao recrutamento dos professores do primeiro ciclo, promovendo a atração de jovens motivados e com boas médias de acesso.

84. Ensino Superior baseado na diferenciação e na autonomia das instituições de ensino superior, que garanta uma base social alargada; que assegure padrões de qualidade do ensino e da investigação a nível

mundial; que seja alavanca de inovação, do desenvolvimento nacional e dos territórios regionais; que potencie as sinergias com as indústrias e os atores de desenvolvimento; que adequa a oferta às expectativas e necessidades da sociedade e que racionalize e otimize os recursos públicos. Promover uma avaliação do sistema e o encerramento de cursos ou criação de novas ofertas em função da real procura e setores estratégicos para o País.

85. Afirmção de uma estratégia para a rede de ensino superior que pressupõe: uma clarificação relativamente ao sistema binário (em termos de missão e duração); assumir que o ensino superior tem um papel no desenvolvimento do território nacional (a desertificação da rede tem que ser combatida através de garantias de qualidade e de um modelo de financiamento) e desenvolver políticas de discriminação positivas associadas a critérios de qualidade que potenciem a coesão territorial e uma estratégia para a captação de mais alunos, nomeadamente através da utilização da tecnologia, como o e-learning ou MOOCs.

86. Repensar a carreira académica, introduzindo perfis (docente, investigador, “inovador”) que poderão ser contratualizados de forma diferenciada em função dos interesses da instituição e dos académicos e das necessidades de projetos concretos.

87. Apostar na Valorização do Conhecimento, que garanta maior aproximação entre quem produz conhecimento e quem pode valorizar esse conhecimento, o que passa por aumentar a relação entre as Universidades e as empresas através de programas de doutoramento estruturados em empresas, do desenvolvimento de projetos interdisciplinares com as empresas e de incentivos à participação de docentes na criação de empresas.

Juventude e as novas gerações

- *Sabia que os jovens, além de mais instruídos, estão mais “conectados”? que, 99% usam a internet, adiam a família, e deixam casamento e filhos para mais tarde?*
- *Sabia que os jovens hoje emigram mais e também têm mais desemprego e são mais vulneráveis?*
- *Sabia que o desemprego dos 20 aos 24 anos era em Portugal de 29% no final de 2016, mas na Alemanha era de 7% e em Malta era de 9%?*

Importa também reter que segundo os números do Eurostat de 2015, os jovens portugueses são dos que mais tarde abandonam a casa dos pais, ocupando o sétimo lugar entre os 28 membros da União Europeia. A idade média em que o fazem é 29 anos, contrastando com a Suécia (onde a emancipação se dá aos 19,6), a Dinamarca (aos 21) ou a Finlândia (aos 22).

88. É fundamental ter um modelo muito bem construído para as novas gerações assente em duas missões: na mobilidade social garantida através das políticas de Educação e na promoção de uma sociedade assente no conhecimento e na emancipação. O desemprego jovem elevado, os baixos salários a que são sujeitos no início da carreira, a dificuldade de acesso à habitação (nos grandes centros urbanos muito agravada nos últimos anos), ajudam a explicar esta realidade.

89. Promover políticas de emprego que combatam os baixos salários no início de carreira através de estímulos e discriminações positivas para as empresas que contratam e do desagravamento fiscal na tributação das remunerações do trabalho jovem.

90. Reorganização da oferta do ensino superior ajustada ao mercado de trabalho atual e um sistema de monitorização de procura de qualificações e de levantamento de necessidades que articule novas gerações, emprego e ensino.

91. Fomentar o empreendedorismo jovem reforçando as linhas de apoio à criação de ideias e ao desenvolvimento de projetos inovadores geradores do próprio emprego.

92. Aproximar os setores produtivos e as empresas das universidades, dos polos tecnológicos, das escolas técnicas e profissionais, garantindo o encontro entre procura e oferta.

93. Aumentar os incentivos ao arrendamento por jovens de modo a aumentar os seus beneficiários. Hoje temos uma tributação de quase 30% dos arrendamentos de longa duração, o que inflaciona os preços e promove a economia paralela.

Solidariedade e segurança social

O PPD/PSD tem defendido e bem muitas medidas no parlamento. Há ainda um enorme trabalho político a fazer:

94. Promover uma avaliação regular e independente da situação atual do sistema contributivo de segurança social, concretamente da sua capacidade de poder garantir pensões adequadas às carreiras contributivas em curso e aos direitos em formação. A garantia da sustentabilidade financeira do sistema de Segurança Social, em particular, do seu regime de repartição, deve ser um desígnio absoluto do qual não nos podemos alhear, mesmo que uma conjuntura de crescimento económico temporária pareça ofuscar a realidade.

95. Envolver os Parceiros Sociais no desenvolvimento e maturidade do Sistema de Segurança Social. Num contexto de grande preocupação e incerteza quanto à sustentabilidade do sistema contributivo de segurança social e à potencial insuficiência a prazo das suas fontes de financiamento, torna-se imperativo envolver de forma concreta os membros da Comissão Permanente de Concertação Social – na assunção da seriedade que imprimiremos a este desígnio.

96. Adotar um sistema de transparência e clareza na compreensão do Orçamento e Conta da Segurança Social de acordo com a Lei de Bases, bem como à gestão financeira da Segurança Social como um todo, alargando e tornando mais eficaz e temporalmente adequado

o seu escrutínio. O grau de detalhe e de profundidade da informação disponibilizada nos diversos documentos de natureza orçamental tem sido, invariavelmente, bastante insuficiente para permitir uma análise rigorosa e cuidada e uma perceção adequada.

97. Alargar a base contributiva preferencialmente através do crescimento económico e da criação de emprego, diversificar as fontes de rendimento na reforma e criar formas de financiamento num sistema assente em diferentes modelos.

98. Assumir, sem dogmas, a necessidade de reformar os Sistemas Contributivos de Proteção Social, criando condições de sustentabilidade geracional da Segurança Social pública. A negação da realidade do “duplo envelhecimento” e das alterações decorrentes da própria estrutura de sociedade apenas prejudicará a sociedade portuguesa como um todo. Os vários “remendos reformistas”, ainda que alargando o “prazo de sustentabilidade”, não podem servir-nos. Os portugueses não podem ficar reféns de conjunturas económicas que necessariamente influenciarão o saldo do Sistema Previdencial e impedirão o robustecimento do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social. Os portugueses merecem saber que tudo faremos para garantir o cumprimento das suas pensões de reforma – as que estão a pagamento e a curto, médio e longo prazo.

99. Reformar a estrutura orgânica e funcional da Segurança Social por ser bastante complexa, envolvendo um número excessivo de serviços, o que causa dificuldades operacionais ao nível da gestão. Este facto é particularmente notório no que respeita às entidades que integram o perímetro de consolidação do Orçamento da Segurança Social. Olhando apenas para as “grandes” instituições, temos o Instituto da Segurança Social (ISS), o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), o Instituto de Gestão de Fundos da Segurança Social (IGFCSS, incumbido da gestão do FEFSS – Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social), e o Instituto de Informática (II), aos quais se somam os institutos das regiões autónomas (Instituto da Segurança Social dos Açores – ISSA, e Instituto da Segurança Social da

Madeira ISSM). Uma reforma do sistema deveria passar pela revisão das competências dos institutos e por uma simplificação da estrutura, garantindo a otimização dos recursos humanos de que a Segurança Social dispõe, evitando as situações de desperdício de valor gerada pela realidade atual.

100. Combater a fraude prestacional e ser rigoroso na atribuição de prestações sociais. O acesso a prestações de natureza não contributiva deve estar sujeito à verificação da condição de recursos. O sistema de repartição, de natureza contributiva, confere aos contribuintes o direito à proteção social desde o nascimento até à morte, desde que verificadas determinadas eventualidades (nascimento, desemprego, doença, morte, ...). Essa proteção é materializada através de um conjunto de prestações sociais que constituem direitos adquiridos pelos beneficiários ao longo das suas carreiras contributivas. A par deste sistema, existe o sistema não contributivo – designado por Sistema de Proteção Social de Cidadania – através do qual o Estado se encarrega de efetuar uma repartição do rendimento que se pretende justa. Na medida em que se trata de um Sistema financiado maioritariamente por verbas do OE – transferências para a Segurança Social de receitas de impostos pagos por todos – é uma questão de justiça social e de moralização do sistema a exigência de que essas verbas sejam distribuídas pela Segurança Social a todos aqueles que efetivamente comprovem que delas necessitam.

101. Acabar com a realidade dos “lares-depósito”. Desincentivar a institucionalização, privilegiando e apostando no apoio domiciliário e em respostas de solidariedade que promovam a autonomia na velhice, dando substância à figura do Cuidador e incrementando o seu papel na realidade da sociedade portuguesa; pugnano pelo apoio à Família, assumindo-a como destinatário preferencial das prestações sociais relacionadas com apoio à velhice.

102. Combater os “guetos geracionais”. Dar cumprimento a uma intergeracionalidade que promove a qualidade de vida e o desenvolvimento social e emocional da sociedade, privilegiando equipamentos sociais que promovam a interação e o convívio entre gerações.

103. Dar valores dignos às prestações sociais. Corrigir desequilíbrios sociais, adotando uma abordagem sistémica e estrutural dos problemas sociais; estabelecer valores mínimos prestacionais, caminhando para que atinjam, pelo menos, o valor estabelecido estatisticamente como limiar da pobreza, nomeadamente no que concerne ao subsistema de solidariedade.

Economia social

A reter:

104. Reforçar os poderes de intervenção das entidades que compõem o terceiro setor, desde Misericórdias, Cooperativas, IPSS, Fundações, Associações e Mutualidades, e todas as organizações de voluntariado que por estarem mais próximas dos cidadãos podem prestar serviços com mais qualidade do que o Estado.

105. Planear e desenvolver um modelo social público inovador que promova o estabelecimento de parcerias com as entidades da economia social que garanta a sua sustentabilidade e transfira para estas a prestação de serviços na saúde, nos cuidados continuados e cuidados paliativos, no apoio domiciliário, nos lares e creches, numa lógica de proximidade e eficiência, aproveitando o know-how, meios humanos e equipamentos de que já dispõem.

106. Apostar na economia social como uma oportunidade de investimento, criadora de riqueza e emprego, capaz de configurar soluções inovadoras e sustentáveis.

107. Fomentar a inovação social e a aproximação do conhecimento às entidades do terceiro setor, em especial a área da investigação, no sentido de criar soluções inovadoras e geradoras de valor no número e na qualidade das respostas sociais.

108. Incentivar as boas práticas e reforçar a fiscalização nas IPSS, Misericórdias, Cooperativas, Fundações, Associações e Mutualidades e demais entidades do terceiro setor, por exigência do respeito pela moral e pelos direitos dos beneficiários e utentes que têm ao seu cuidado.

Trabalho

O futuro do trabalho está a mudar. Há uma nova revolução silenciosa que passa por áreas que não são as das tecnologias digitais e da informação em curso, mas antes a biotecnologia, a inteligência artificial e a robótica, ou a nanotecnologia. A automatização e uma maior interligação substituirão empregos por computadores abrindo caminho a novos desafios e a novos problemas, que passam por uma alteração progressiva de profissões e por mudanças setor a setor. Há todavia que preparar respostas de médio e longo prazo sem esquecer a evolução atual da sociedade e questões tão presentes quanto:

109. As atualizações do salário mínimo nacional com base na Constituição, no Código do Trabalho e na produtividade do trabalho, promovendo a competitividade da economia e do emprego.

110. A agilização dos mecanismos de mercado de emprego, devem promover um match mais fácil entre empregadores e candidatos a emprego, com recurso às novas tecnologias e a instrumentos de simplificação administrativa.

111. A dinamização da contratação coletiva, através da promoção do diálogo social. Neste ponto, deve ter-se especial atenção aos novos empregos decorrentes da economia digital em que a contratação coletiva vai encontrar muitas dificuldades. Promover a regulamentação destas novas formas de trabalho, como o crowdsourcing, partilha de trabalhadores, trabalho móvel com recurso a TIC's, trabalho por cheque-serviço, entre outras, de forma a assegurar os direitos dos trabalhadores e assegurar as contribuições para a segurança social e a tributação.

112. Alteração do Código de Processo de Trabalho, especialmente para conferir maior importância às fases de mediação e conciliação, para reforçar a contratação coletiva e dinamizar o diálogo social nas empresas, discriminando positivamente algumas áreas, como por exemplo, a Segurança e Saúde no Trabalho; combater a sinistralidade laboral e promover a saúde e segurança no trabalho.

Emprego

A criação de emprego para ser sustentada deve depender do crescimento económico. As empresas criam emprego, mas também não vivem sem trabalhadores. E quanto mais motivados estiverem esses trabalhadores, mais produto geram para a empresa. Por outro lado, a organização do trabalho no interior da empresa também é essencial para aumentar a produtividade e os lucros.

E é neste binómio que a questão tem de ser equacionada. Não numa perspetiva de “uns contra os outros” mas numa perspetiva de colaboração. Por isso, todas estas questões devem ser objeto de um diálogo profundo em concertação social.

Ou seja, não devem ser propostas medidas concretas, essas medidas devem ser encontradas pelos parceiros em concertação social. Contudo, algumas linhas deverão ser evidenciadas.

Antes de mais, referir que a Comissão Europeia está empenhada no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que é uma iniciativa do Presidente Juncker e que está a ser debatida com os Parceiros Sociais Europeus (CESE) onde estamos representados, naturalmente. Estas propostas aprofundam os direitos sociais dos trabalhadores que estão especialmente preocupados com os empregos gerados pela economia digital que tendem a ser disruptivos com implicações na vida das pessoas, na sustentabilidade da segurança social e na tributação.

Por outro lado, as medidas ativas de emprego, que são muito úteis em momentos de crise em que é necessário baixar drástica e rapidamente a taxa de desemprego, não são sustentáveis para sempre. Para além de dispendiosas, são potenciadoras do espírito de subsidi dependência por parte dos empregadores.



Mas, neste momento, e face às tragédias que assolaram o País, e que colocaram na agenda a questão da desertificação do interior, penso que devemos olhar para as medidas ativas de emprego como uma forma de coesão social e territorial. Isto é, encarar o que se passa no País como uma situação de crise e reforçar as medidas ativas de emprego para os territórios de baixa densidade e as regiões agora afetadas pelos incêndios, que levarão anos a recuperar.

A reter:

113. Promover a criação de emprego impulsionada pelo crescimento económico a que deverão estar associados modelos de contratação que privilegiem vínculos laborais equilibrados e sustentáveis.

114. Privilegiar a criação de emprego nas zonas de menor densidade populacional e no interior do País, através de medidas de discriminação positiva e majorações às empresas em termos de apoios públicos.

115. Reforçar as medidas de ativação de empregados, promovendo a inserção de trabalhadores beneficiários destas prestações no mercado de trabalho.

Formação profissional

116. Promover a formação em competências digitais, a todos os níveis de complexidade e ações de reconversão para a economia digital. Defendemos uma valorização contínua dos recursos humanos em processos de RVCC (validação e certificação de competências) escolares e profissionais e uma promoção da aprendizagem dual – formação de dupla certificação orientada para os jovens, conferindo o 12º ano e nível IV do Quadro Nacional de Qualificações, em alternância entre um centro de formação e empresas. É ainda fundamental permitir e promover a permeabilidade com o Ensino Superior neste tipo de aprendizagem.

O preocupante problema demográfico

- *Sabia que a taxa de fecundidade em Portugal é das mais baixas da UE? Portugal está mesmo no fim da tabela com 1,31 filhos, enquanto países como a França ou a Irlanda estão acima dos 1,9?*
- *Também a idade de ter filhos tem mudado na sociedade portuguesa sendo actualmente de 31 anos a idade média da mulher.*
- *Temos menos 1,5 milhões de jovens do que há 40 anos. Em 1975 eram metade da população. Em 2015 eram já menos de um terço.*

Importa por isso:

117. Promover com prioridade a natalidade desejada desencadeando um estudo aprofundado sobre quais as políticas a aplicar. Deixamos para já um conjunto de propostas: uma política fiscal mais favorável às famílias com mais filhos; um maior apoio às famílias nas despesas com saúde e educação e um alargamento da disponibilidade de creches e jardins de infância, com horários flexíveis e a baixo custo, ou mesmo a custo zero, para famílias com baixos rendimentos. Fundamental é também o aprofundamento das medidas que facilitem a conciliação da vida profissional com a vida familiar das famílias com filhos, designadamente, na flexibilidade dos horários e nas formas de prestação do trabalho.

A promoção do envelhecimento ativo

O problema demográfico tem uma outra dimensão para a qual o País, manifestamente, não está preparado: o do crescente número de pessoas idosas, suscitado pela diminuição da fecundidade, educação da população jovem e redução da mortalidade abaixo dos 65 anos. De acordo com números do INE (2017) Portugal tem hoje mais de 2.1 milhões de pessoas com mais de 65 anos e a estimativa de vários estudos recentes é a de que esta faixa etária ultrapasse um terço da população em 2050.

118. Promover uma cultura de respeito pelos mais velhos, dos seus direitos e o exercício da sua cidadania. Envelhecer é um benefício individual e social resultante de avanços civilizacionais. Mas viver mais anos com qualidade de vida é um objetivo que exige políticas públicas apropriadas.

119. O país deve promover os direitos das pessoas mais velhas e a sua melhor proteção em situação de vulnerabilidade, por forma a garantir a todos um envelhecimento vivido positivamente, em que a experiência e o conhecimento são bens para a comunidade que os deve retribuir com apoios adequados à condição de cada um, num trabalho apoiado pela solidariedade intergeracional.

120. Conceber uma política de apoios às pessoas mais velhas dependentes e às suas famílias que, até ao limite do possível, lhes permita viver no seu ambiente pessoal, através do reforço dos apoios aos familiares cuidadores que facilite a qualidade de vida das famílias e promova modelos de cuidado alternativos à institucionalização.

121. Elaborar um Plano Nacional de Ação para o Envelhecimento Ativo, que integre todas as medidas de política necessárias, designadamente, das áreas da saúde, da segurança e da justiça, da segurança social, do trabalho da habitação e acessibilidades, mas também da cultura, da educação e da cidadania, com metas definidas e calendarizadas, por forma a assegurar que o País responde às necessidades desta população e do seu crescimento.

122. Preparar o País para responder ao peso cada vez maior de idosos na sua população. Novos desafios e questões se levantam como o uso das novas tecnologias na saúde, a discussão sobre o prolongamento ou não da vida ativa, a integração no ordenamento do território de medidas específicas nas cidades por exemplo, ações de sensibilização contra o estereótipo do idoso e com a diminuição da população ativa.

Ter sempre presente a inclusão social

123. Promoção da inclusão social através de políticas de proteção e criação de apoios e incentivos que garantam a participação de todos de forma igualitária, sem atender ao género, condição física, nacionalidade, Estado económico, orientação sexual, etnia ou classe social proibindo qualquer forma de discriminação ou exclusão da sociedade e a existência de grupos marginalizados e criando apoios e incentivos.

124. Aplicação da investigação, do conhecimento e da inovação tecnológica enquanto novas soluções, que permitam maior integração social, designadamente para pessoas com mobilidade reduzida, portadoras de deficiência ou idosas.

125. Articulação do Estado com a Administração Local e todas as entidades do terceiro setor e da economia social, no sentido de aumentar a prevenção, o tratamento e as respostas a dar a todas as situações de exclusão social, através de iniciativas de proximidade que combatam o desemprego, a pobreza e fomentem a integração social dos sem-abrigo, das minorias étnicas, dos imigrantes, bem como o tratamento da toxicod dependência e do alcoolismo entre outras.

E a promoção da igualdade entre homens e mulheres

126. Maior participação política das mulheres, aproximando a representação política da realidade da sociedade portuguesa. A igualdade entre homens e mulheres, consagrada em todos os normativos legais relevantes, carece de execução prática, apesar dos esforços feitos e dos avanços inegavelmente registados.

Apesar das mulheres serem hoje a parte mais qualificada da população portuguesa, representando a maioria das pessoas licenciadas e doutoradas, a sua participação na vida pública, na tomada de decisão política e económica e a sua posição no mercado de trabalho estão longe do equilíbrio desejado.

127. O acesso a cargos de decisão em condições de plena igualdade e a eliminação das desigualdades salariais injustificadas. A sua erradicação deve passar pela maior transparência na estrutura remuneratória, pelo envolvimento e sensibilização dos empregadores e por uma melhor ação fiscalizadora por parte das entidades públicas competentes.

128. Uma cultura de não violência contra as mulheres. A violência doméstica, exercida maioritariamente contra as mulheres, é também ela uma expressão da desigualdade culturalmente enraizada na sociedade portuguesa. Impõe-se uma maior eficácia nas medidas de prevenção e de proteção das vítimas, bem como o aprofundamento da sensibilização da comunidade para uma violência que faz dezenas de vítimas por ano.

A promoção dos direitos das crianças

A pobreza infantil e a diferença de oportunidades com que se deparam as crianças em função do local ou da família em que nasceram condicionam profundamente o seu desenvolvimento e marcam desde cedo os seus percursos de vida, situação que deve ser contrariada por políticas públicas que abram iguais possibilidades para todos e promovam a mobilidade social ao longo da vida.

É urgente que Portugal adote uma verdadeira **agenda da criança**, que a coloque no centro das atenções dos poderes públicos e permita a plena concretização dos seus direitos, proclamados em tantos instrumentos internacionais de que Portugal é parte e que continuam por cumprir.

129. Promover a plena aplicação dos direitos previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança, atribuindo a uma entidade pública de relevo a monitorização do seu cumprimento.

130. Implementar uma política de erradicação da pobreza infantil, por apoio direto às famílias mais pobres e através dos suportes criados nos equipamentos de apoio à infância e no sistema educativo. A desigualdade estrutural que subsiste na sociedade portuguesa começa, desde logo, na infância.

131. Defender um aperfeiçoamento dos mecanismos e procedimentos envolvidos no regime da adoção, por forma a promover uma mais celerada desinstitucionalização das crianças e a sua mais rápida integração numa família.

132. Promover uma maior eficácia na prevenção dos maus tratos e no combate à violência exercida sobre as crianças, quer em meio familiar, quer no que respeita à violência em meio escolar, potenciada pela sua propagação através das novas tecnologias e redes sociais.

EIXO 3



**GOVERNAR MELHOR
- UM PAÍS
(MAIS) INTELIGENTE**



**PEDRO
SANTANA
LOPES**
#UmPSDmaisPPD

Mais coesão territorial

Medidas que devemos aprofundar:

133. Criar um novo modelo de governação que restabeleça a equidade e a justiça social e assuma a interioridade como estatuto jurídico, obrigando a que cada decisão política tomada seja avaliada sob o ponto de vista do impacto para a coesão territorial.

134. Criar entidades específicas de natureza jurídica inovadora para apoiar e gerir áreas críticas do território, com necessidade urgente de recuperação económica em consequência do flagelo dos incêndios que destruíram setores produtivos, recursos humanos e materiais.

135. Assumir que os territórios do Interior serão parte ativa nas políticas de coesão, da competitividade e do crescimento global da economia do País, nomeadamente no setor primário e que a relação entre territórios fronteiriços pode ser feita de forma mais estratégica e temática.

136. Promover um ordenamento e gestão adequadas do território, das áreas agrícolas e florestais, com aproveitamento dos recursos naturais, através de projetos estruturados e sustentáveis, apoiados no conhecimento, no saber fazer, na inovação, nas tecnologias, tendo por base planeamento a nível nacional, regional e local.

137. Descentralizar, desconcentrar e deslocalizar equipamentos e serviços públicos para cidades do Interior, através da elaboração de um plano estratégico que envolva o poder local e as associações representativas dos interessados, que atenda a critérios de eficiência, eficácia e qualidade.

138. Criar zonas especiais que ofereçam condições fiscais fortes e incentivos ao investimento e à fixação de mão-de-obra qualificada no Interior, e que permitam a instalação de empresas e indústrias, bem como o desenvolvimento de atividades nos setores tradicionais como a agricultura, a floresta e o desenvolvimento rural, criando polos geradores de riqueza e emprego por forma a dinamizar as economias locais. Neste âmbito a discriminação positiva no IRC e nos impostos sobre o património bem como a majoração de financiamentos são estímulos importantes.

139. Colaborar com o poder local na criação de espaços de atendimento e de apoio ao investimento no interior com simplificação de procedimentos, licenciamentos céleres e redução/isenção de taxas municipais.

140. Elaborar com a administração local planos de povoamento para o interior com estímulos e incentivos fiscais que contribuam para a fixação de pessoas e para o aumento da natalidade, fazendo com que as que optam por habitar nesses territórios obtenham rendimento compatível com uma vida digna, que acedam a bens e serviços com qualidade e equidade, que os próprios e os seus bens estejam protegidos.

141. Executar planos de investimento de médio longo prazo para obras e infraestruturas, seja de armazenamento de água, de transformação dos produtos em parceria com estruturas associativas e cooperativas, tal como um programa intenso de investimento em infraestruturas de apoio ao ordenamento do território na perspectiva agrícola e florestal.

142. Adotar políticas públicas na floresta e na agricultura que dêem prioridade ao uso do solo em detrimento do abandono, promovendo a mobilização produtiva das terras abandonadas e que fomentem uma adequada gestão e sustentabilidade económica e ambiental dos projetos.

143. Dar prioridade ao investimento na agricultura e à floresta mobilizando apoios comunitários maioritariamente para esse objetivo, aplicados regionalmente de acordo com as prioridades, correspondentes ao cruzamento das potencialidades naturais e opções de política regional e sub-regional. Nas zonas rurais e do interior as taxas de co-financiamento europeu deverão atingir o máximo possível.

144. Propor uma reprogramação de fundos para que a floresta constitua uma prioridade ao nível da prevenção, ordenamento e valorização económica. Neste domínio, propomos avançar com a instalação de micro ou pequenas centrais de biomassa (2MW) nos municípios, aproveitando o financiamento existente no Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos conhecido como plano Juncker, alargado até 2020 e que pretende mobilizar 500 mil milhões de euros na UE.

145. Criar uma estratégia florestal nacional, enquadrada por planos regionais de ordenamento florestal, transferindo-os para os planos diretores municipais, garantindo eficácia de aplicação.

146. Promover o ordenamento qualitativo da floresta que deve incluir a aposta na diversificação e utilização de espécies como o carvalho, o sobreiro, o castanheiro, e outras espécies que permitam em cada parte do território fazer de forma compatível formações menos combustíveis e a criação de áreas para contrariar a propagação de incêndios. Os programas de florestação com espécies de crescimento lento devem ter apoio financeiro que colmate a perda de rendimento e pelos anos necessários.

147. Garantir a boa cobertura de redes e de infraestruturas de comunicações móveis e assegurar o acesso às redes de informação através da criação de uma rede wi-fi universal que cubra com eficácia todo o território sem exceção.

Apostar na criação de plataformas de inovação territorial

148. Permitir que a inovação territorial seja uma prioridade nas políticas públicas e no fomento dos investimentos privados. Os ritmos científicos e tecnológicos que se esperam ver acontecer a partir da iniciativa universitária e académica através dos seus investigadores e das suas estratégias de transferência do saber deverão estar articulados com as necessidades do território e ser vistos como motores para a promoção das políticas industriais, de oferta turística, de desenvolvimento rural, da criação de uma economia social, de novos conceitos de gestão urbana e sobretudo de uma gestão integrada do território. As plataformas de inovação territoriais deverão potenciar os recursos endógenos e serem construídas no contexto das Estratégias de Especialização Inteligente.

149. Garantir o desenvolvimento dos centros de conhecimento e de inovação nas instituições de ensino superior do Interior, bem como a sua aproximação e articulação com os agentes locais assegurando transferência de conhecimento para todos os domínios de atividade.

Reforçar as funções de soberania na defesa nacional

A reter:

150. Portugal como produtor ativo de paz no mundo deve manter a disponibilidade dos seus militares nas operações da NATO e da UE, e assegurar a tradição de política externa, de segurança e defesa que desde sempre assumimos numa lógica de solidariedade institucional transnacional.

151. Continuar a apoiar o estabelecimento de uma Política Externa e de Segurança Comum da UE (PCSD), atendendo à sua dimensão atlântica, bem como a Política Europeia de Segurança e Defesa, participando, como fez até hoje, nas missões militares e civis da UE e em todas as fases do desenvolvimento das capacidades da União, inclusivé como membro da Agência Europeia de Defesa.

152. Apoiar a implementação da “cooperação estruturada permanente” (PESCO) dentro de limites que não ponham em causa a nossa soberania, a vitalidade e a especificação das Forças Armadas. A presença de Portugal na Aliança Atlântica permitiu a modernização e o caminho da internacionalização das Forças Armadas portuguesas. Esta aliança de segurança reforça Portugal num quadro internacional de pertença a uma comunidade de segurança do espaço euro-atlântico de relevantíssimo interesse estratégico.

153. Continuar a estabelecer parcerias estratégicas com os restantes membros da CPLP criando diferentes quadros de cooperação na defesa de interesses comuns, como é caso da segurança das linhas de comunicação marítimas, da prevenção da proliferação da criminalidade organizada que se sirva de Portugal e dos acordos de cooperação e estabelecimento como porta de entrada para o território europeu e no combate à pirataria marítima.

Enquanto comunidade, é fundamental a construção de uma tendencial liberdade de circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, um aprofundamento da relação empresarial, uma consolidação da cooperação em domínios setoriais de comum interesse e uma valorização sistemática da inter-relação linguística e cultural.

154. Reforçar a participação das Forças Armadas no sistema de proteção civil.

Na justiça

155. Apostar numa Justiça eficaz adotando medidas que conduzam a uma maior celeridade do sistema judicial que sirva, em primeiro lugar, os direitos dos cidadãos e que deixe de constituir, pela sua morosidade e ineficácia, um entrave ao desenvolvimento do País.

156. Adotar um plano de investimento efetivo para revitalizar o setor e recriar novas energias para uma nova e melhor Justiça, investimento que deverá também passar pela criação de melhores condições de trabalho e de produtividade em muitos tribunais.

157. Fomentar o princípio da separação de poderes que reforce a independência jurisdicional dos Tribunais e crie pontes de maior e melhor articulação entre o MJ e o CSM, de modo a conseguir-se uma gestão verdadeiramente profissional da Justiça.

158. Clarificar o conceito de autonomia do Ministério Público no sentido da existência de maior uniformidade de procedimentos e decisões e que no seu topo exista de facto uma liderança que exerça os seus poderes, dando ao Conselho Superior do Ministério Público maior poder consultivo e menor poder executivo.

Na administração interna

159. Criar um plano de investimento efetivo nas áreas de soberania para dotar, designadamente, as forças e serviços de segurança, bem como as entidades com competência na área da proteção civil, dos meios humanos e materiais essenciais ao exercício das suas atribuições, com vista à salvaguarda da segurança que é devida pelo Estado a todos cidadãos.

160. Otimizar o funcionamento do Ministério da Administração interna (MAI), que constitui a “face” do País em matéria de segurança, através da clarificação do modelo dual de coexistência de uma força policial civil (PSP) e de uma força policial militarizada (GNR), definindo com maior precisão as respetivas competências e o modo de articulação, dotando-as de maior eficácia.

161. Melhorar a atuação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), com competências na área da emigração mas também de investigação criminal, otimizando o seu modelo de organização e de qualificação dos recursos humanos

162. Rever o sistema de nomeação dos titulares de cargos integrados na hierarquia operacional da Autoridade Nacional da Proteção Civil por forma a garantir a sua competência técnica e a sua capacidade operacional e de comando.

163. Reestruturar e reorganizar internamente as entidades com competências essenciais na área da proteção civil na tutela da administração interna que revelaram falhas graves no seu modo de funcionamento e atuação no combate aos incêndios que flagelaram o País em 2017.

164. Proceder à revisão legislativa do processo eleitoral do MAI atualmente regulado por legislação ultrapassada, datada de 1975 e discutir meios de maior proximidade do cidadão com o processo eleitoral, designadamente, o voto eletrónico e formas de voto que acompanhem as pessoas em deslocação.

União europeia

165. Consolidar a União Económica e Monetária, melhorando o funcionamento do Euro e concluir a União Bancária, criando o Fundo de Resolução e assegurando a Garantia de Depósitos.

166. Reforçar a União Económica, lançando um Fundo Monetário Europeu que assegure, nomeadamente, proteção face a choques simétricos ou assimétricos.

167. Aprofundar o envolvimento da Assembleia da República nos processos de decisão comunitários nas diferentes áreas de governação, em especial, a económica, visando a obtenção do apoio político necessário aos programas de reformas estruturais que se revelem necessários.

168. Acelerar a realização de Acordos Comerciais, instrumentos essenciais na regulação do livre comércio e da globalização económica, promovendo a reciprocidade como elemento inalienável.

169. Acordar a criação de Recursos Próprios adicionais, a disponibilizar no contexto do próximo Quadro Financeiro Plurianual (2021-2027).

170. Preservar a livre circulação de pessoas, bens e capitais, protegendo o acervo de Shengen e consolidar o espaço político europeu para assegurar um melhor exercício da cidadania europeia.

171. Assumir uma Política Comum de Imigração e estimular a cooperação no acolhimento de refugiados.

172. Promover o Mercado Único Digital, potenciando as oportunidades e respondendo aos desafios da digitalização.

Reinventar e transformar o Estado

173. Inovar e modernizar o funcionamento do Governo e das Instituições, desde a organização à sua localização, incluindo transformações tecnológicas ou alterações nos procedimentos e equipas, recrutamento e capacitação de recursos.

174. Elaborar um roteiro mobilizador para a reforma do Estado que vise criar um verdadeiro programa de transformação do Estado assente na orientação da administração pública para o cidadão e na racionalização e redução de custos de funcionamento.

175. Modernizar o Estado através de um modelo organizativo que desburocratize e simplifique o seu relacionamento com o cidadão, promovendo a digitalização massiva de atos, processos/arquivos e a criação de serviços online intuitivos que fomente a celeridade e a eficácia das decisões.

176. Aproximar o Estado do Cidadão através da criação de serviços de proximidade.

177. Melhorar a eficiência dos serviços assente nas boas práticas de gestão e no desenvolvimento de uma cultura de excelência, focada numa boa gestão de recursos humanos, no seu recrutamento, na avaliação de funcionários, numa cultura de mérito e de formação de lideranças e atração de quadros para a administração pública.



Potenciar o desenvolvimento das regiões autónomas

178. Potenciar as Regiões Autónomas Portuguesas (RAs) enquanto territórios de características únicas que em muito contribuem para a riqueza do País e da União Europeia, o que justifica que sejam alvo de um investimento diferenciado integrado numa lógica de desenvolvimento de Portugal como um todo, em especial no que respeita à sua Zona Económica Exclusiva, à sua biodiversidade, ao seu potencial nos domínios das economias verde e azul, à sua posição geo-estratégica, à investigação e exploração da vulcanologia e da sismologia, ao seu potencial turístico e à astronomia, entre outros.

179. Promover o desenvolvimento sustentável e de valor acrescentado das RAs, valorizando os seus recursos endógenos e potenciando os apoios específicos a que tenham direito.

180. Continuar a aprofundar a Autonomia, processo dinâmico e progressivo, assegurando uma Autonomia moderna, responsável e sustentada para as RA(s) ajustada aos novos desafios económicos e sociais em constante mutação.

181. Assegurar o cumprimento dos princípios da subsidiariedade, reciprocidade e da continuidade territorial e clarificar as competências legislativas e fiscais das RA(s) por forma a que estas adquiram as ferramentas necessárias para encontrarem e desenvolverem novas soluções políticas e fiscais para as suas populações.

182. Salvaguardar nas negociações europeias o programa POSEI atualmente em vigor para a Agricultura e defender a retoma do programa POSEI Pescas bem como a criação de um programa específico para as RUPs na área dos transportes.

183. Salvaguardar nas negociações internacionais, nomeadamente nos acordos comerciais e diplomáticos, a análise ex-ante dos impactos previstos nas RAs, salvaguardando a biosfera, a saúde pública e os regimes de desenvolvimento económicos destas Regiões.

184. Apoiar um modelo de transportes aéreos e marítimos inter-ilhas e entre estas e o exterior em atinência com as características específicas de cada uma das RAs, potenciando, sempre que possível, os modelos de mercado liberalizado que garantam maior eficácia a mais baixo preço.

185. Garantir a inclusão das RAs nos programas Pan-Europeus de transporte, promovendo a melhoria e adequação de infraestruturas necessárias com recurso aos programas e fundos europeus existentes, quer no que respeita às redes criadas, quer no acesso e fornecimento de fontes de energia ou combustíveis alternativos.

186. Proteger as RDP e RTP Açores e Madeira enquanto meios de informação essencial de âmbito regional, defendendo a autonomia na gestão nas suas múltiplas formas.

187. Inscrever as RAs nos mais avançados modelos e tecnologias de informação e comunicação e do conhecimento digital, como forma de combater a distância e o isolamento.

A Madeira

188. Reforçar e concretizar a solidariedade nacional para com a Região Autónoma da Madeira, salvaguardando um dos anseios da população, em matéria de Saúde, com a construção de um Novo Hospital da Madeira.

189. Continuar a defender o Centro Internacional de Negócios da Madeira e o MAR - Registo Internacional de Navios da Madeira, instrumentos decisivos para a diversificação e internacionalização da economia regional, a captação de investimento estrangeiro, o aumento das receitas fiscais efectivas e o crescimento do emprego qualificado na Região.

190. Rever o Estatuto Político - Administrativo e a revisão da Lei das Finanças Regionais, imprescindíveis para a concretização da reforma do sistema político na Região Autónoma da Madeira.

Os Açores

191. Reforçar laços de cooperação institucional entre a Região e a República, que defenda a posição estratégica dos Açores - que não se alterou enquanto sentinela para a defesa do Atlântico Norte e elo essencial na relação transatlântica entre Portugal e os Estados Unidos da América - assim como uma nova abordagem a um conjunto de matérias que são de interesse regional, nacional e da própria União Europeia.

192. Promover a confluência e a boa articulação entre os respetivos governos e instituições para uma abordagem transversal, relativamente, por exemplo, à zona económica exclusiva e sua fiscalização, à extensão da plataforma continental, à exploração dos fundos marinhos, à investigação científica, ao ensino superior e a novos polos de conhecimento, à agro-pecuária e às pescas, ao turismo e à proteção do meio ambiente, ou não fosse o Arquipélago dos Açores um dos maiores santuários naturais do mundo. Será por aqui que a Autonomia se fortalecerá, criando-se, deste modo, condições para um crescimento económico mais condizente com as suas potencialidades, sendo a harmonia desse crescimento o modelo, para cumprirmos a ideia constituinte - pelos açorianos, pelos Açores e por Portugal.



Mais descentralização nas autarquias, cim's e áreas metropolitanas

193. Conferir às CCDR's maiores responsabilidades sobre as delegações ministeriais sedeadas nas suas áreas de intervenção.

194. Promover um modelo a partir da criação de Acordos Voluntários de Descentralização que permitam o reforço das competências ao nível local. Estes acordos deverão ser feitos entre o Governo e os municípios durante um período de 3 ou 4 anos e devem incidir sobre um conjunto alargado de áreas temáticas e atribuições onde se demonstre maior capacidade de atuação e de resultados por parte da administração local, acompanhados do respetivo financiamento. A avaliação e monitorização deverá considerar indicadores assentes em resultados reais.

195. Desenvolver os modelos existentes nas áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais reforçando o processo de atribuição de competências e respetiva descentralização, meios e transferências financeiras no sentido de assegurar maior eficácia na aplicação das políticas públicas da Administração Central.

196. Aprofundar as experiências das Juntas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, constituindo-as em projetos-piloto que permitam ao País aprender com tempo e sensatez os passos a dar em matéria de organização do território.

197. Desenvolver as Autoridades Metropolitanas de Transportes por forma a que possam prosseguir as suas atribuições através da elaboração de um plano de sustentabilidade e financiamento do próprio sistema com participações de natureza pública a repartir entre a administração central e a Administração local e ainda participação privada em modelo a definir, construindo soluções eficazes e adequadas às necessidades de transporte das populações abrangidas oferecendo-lhes maior qualidade de vida.

A gestão de cidades, reabilitação urbana e habitação

198. Adotar novos modelos de gestão de cidades que promovam o bem estar permanente das pessoas, adotando políticas amigas do ambiente e soluções inteligentes na gestão do espaço público e na construção de equipamentos que permitam uma vivência feliz e saudável.

199. Tornar as cidades acessíveis com eliminação das barreiras arquitectónicas para que sejam plenamente fruídas por todos.

200. Promover o património comum, as vivências contemporâneas e valorizar as tradições e singularidades de cada comunidade, constituindo-se agendas de intervenção, a par de um "innovation basket" que cada cidade deve procurar desenvolver abrindo o seu território à experimentação e ao teste de políticas locais que devem ser acompanhadas e monitorizadas por um observatório nacional das cidades, que funcionará como um estímulo para as áreas da cooperação, benchmark, liderança, formação, peer learning e city making.

201. Aplicar os fundos comunitários na criação de instrumentos que permitam a defesa dos centros históricos através de medidas específicas e dedicadas.

202. Facilitar o acesso à habitação para as classes média e média baixa, o que implica produzir casas para arrendar e com preços condicionados.

203. Promover a reabilitação urbana para abrir caminho a novos conceitos de gestão inteligente das redes urbanas (smart cities), e à expansão de conceitos de integração de áreas setoriais comuns a várias cidades e municípios.

204. Atrair o setor privado e o terceiro setor (em especial as Misericórdias) para parcerias na promoção habitacional.

205. Dinamizar o arrendamento urbano criando condições para retomar a confiança dos senhorios e atrair o investimento privado.

206. Assumir uma progressividade nos benefícios fiscais em sede de IRS, IRC, IMI e IMT para os senhorios e arrendatários de prédios de habitação permanente e contratos de arrendamento acima de cinco anos, em função do valor das respetivas rendas face ao valor patrimonial do imóvel.

207. Retomar o subsídio de renda para os arrendatários idosos com contratos de arrendamento anteriores a 1990, incentivando-os a mudar de casa quando assim o queiram.

208. Criar um subsídio de renda temporário (seis meses) e de emergência para acorrer às famílias vítimas de situações de doença ou desemprego que ficam transitoriamente sem condições de pagarem a renda.

209. Assegurar o crescimento do incentivo ao arrendamento por jovens de modo a aumentar o número dos seus beneficiários.

210. Assegurar que o “Programa Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível” destinado a financiar a reabilitação de edifícios maioritariamente habitacionais e propriedade de privados, seja incrementado de modo a abranger residências universitárias e equipamentos sociais.

211. Avançar para a elaboração de um Código da Construção e da Reabilitação que permita compilar, uniformizar e simplificar as regras que estão dispersas por centenas de diplomas. Nos últimos 20 anos houve muitas tentativas para realizar este trabalho mas que fracassaram.

212. Qualificar as habitações através do lançamento de um novo programa para concluir a erradicação dos alojamentos precários em Portugal.

213. Criar programas que visem responder à adaptação dos alojamentos para pessoas com mobilidade reduzida, às situações das pessoas sem-abrigo, às necessidades de alojamento das vítimas de violência doméstica e à erradicação dos alojamentos que não sendo precários não tem condições básicas de conforto e salubridade.

Reforma do sistema político

Atendendo ao afastamento crescente entre os partidos políticos e os cidadãos com implicações negativas para o próprio sistema democrático é urgente iniciar um processo de reflexão sobre o nosso sistema político e possíveis reformas para o aperfeiçoar. A abstenção tem aumentado chegando a 50% do eleitorado. Não pode haver uma democracia com qualidade quando a abstenção é tão elevada.

Neste contexto, é premente promover a participação cívica em todas as áreas de governação e garantir a aproximação dos cidadãos dos seus representantes políticos através de modelos transparentes e colaborativos que reforcem a sua confiança no sistema político e contribuam para uma democracia representativa. Os cidadãos devem fazer parte do sistema político e contribuir para o seu desenvolvimento.

Neste sentido, queremos também que o PPD/PSD dê o seu exemplo:

214. No fomentar de uma democracia direta e participativa com envolvimento permanente da sociedade civil nas políticas públicas, dando importância aos referendos seja a nível nacional, regional e local.

215. Na abertura do PPD/PSD à sociedade civil e à captação de talentos no sentido de acrescentar valor às opções e medidas estratégicas a propor ao País.

216. Na modernização do funcionamento do partido transformando-o numa plataforma colaborativa aberta, em permanente contacto com todos os cidadãos no sentido de recolher contributos para a construção de soluções participadas.

217. Numa maior responsabilização para quem exerce cargos políticos e numa defesa de um aumento da independência e dos poderes das comissões de inquérito parlamentares.

218. Pretendemos desonerar progressivamente o Estado com o financiamento dos partidos devendo em simultâneo ser definidas regras claras e transparentes de como o mesmo se deve processar.

219. Criar um grande debate nacional sobre o sistema eleitoral a partir da próxima legislatura, privilegiando os círculos uninominais conjugados com o círculo nacional proporcional e calibrar a representatividade proporcional das zonas de menor densidade populacional.

Um sistema político que aposte na cidadania de participação

220. Na promoção do reforço da participação cívica para estimular o compromisso de intervenção social das novas gerações e aprofundar os sistemas de participação pública através de diferentes mecanismos: meios digitais, reuniões, inquéritos, open houses, workshops, votações, fóruns, comités de cidadãos, grupos locais de ação, que contribuam para aproximar os cidadãos das estruturas de governação e da tomada das decisões que a eles respeitam.

221. No contributo para a melhoria das decisões políticas tornando possível que os cidadãos também participem na construção das decisões e promover a nível local, de um modo experimental, a contratualização de competências com a sociedade civil aprofundando a responsabilização e a descentralização.



**“ UNIR O PARTIDO
GANHAR O PAÍS ”**



PPD/PSD



**PEDRO
SANTANA
LOPES**

#UmPSDmaisPPD